



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E
DESENVOLVIMENTO (PPED)

MATHEUS YOSHIKAWA STACCHISSINI

**ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E SUAS CAPACIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE MARICÁ: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS PÚBLICAS.**

Orientador: Prof. Dr. FRANCISCO JOSÉ MENDES DUARTE

Rio de Janeiro

2024

MATHEUS YOSHIKAWA STACCHISSINI

Estado desenvolvimentista e suas capacidades para o Desenvolvimento Sustentável no município de Maricá: uma análise das empresas públicas.

Versão original

Texto de Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, estratégias e Desenvolvimento.

Área de Concentração:

Políticas Públicas.

Orientador:

Prof. Dr. Francisco José Mendes Duarte

Rio de Janeiro

2024

MATHEUS YOSHIKAWA STACHISSINI

ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E SUAS CAPACIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE MARICÁ: UMA ANÁLISE
DAS EMPRESAS PÚBLICAS.

Texto de Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, estratégias e Desenvolvimento.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2024

Prof. Dr. Francisco José Mendes Duarte - Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Valéria Gonçalves da Vinha – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Cícero Augusto Prudencio Pimenteira – Membro Externo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Lidia Hatsumi Yoshikawa, e ao meu pai, Nilton Stachissini pelo amor, apoio e dedicação incondicional ao longo de toda minha jornada. Sem a base sólida, a compreensão, e apoio que me foram passados por vocês, eu não teria chegado até aqui. À minha companheira, Ananda Winter Marques, minha eterna gratidão pela paciência, escuta, generosidade e afeto. Estar ao seu lado nos momentos mais desafiadores me impulsiona e me move. Seu amor e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse perseverar e alcançar meus objetivos. Um agradecimento especial ao meu orientador, Francisco Duarte, pela orientação, confiança e paciência. Sua sabedoria e dedicação foram essenciais para a realização deste trabalho, e sou imensamente grato pela oportunidade de aprender contigo. Aos amigos de vida, que passaram pelo Rio ao longo deste tempo que estive morando lá. Foram anos intensos e de altos e baixos que realmente reforçam a importância dos laços e relações que construímos ao longo da vida. Não seria nada sem vocês.

Por fim, quero expressar minha profunda gratidão aos amigos de Maricá, especialmente à Equipe da Sustentabilidade da Biotec, que se tornaram verdadeiros companheiros de trabalho e de vida. Vocês preencheram com amizade, solidariedade e companheirismo um lugar onde eu não tinha raízes nem familiares. Foi graças a vocês que encontrei um novo lar, e cada um de vocês tem um lugar especial na minha trajetória e no meu coração.

Muito obrigado.

RESUMO

STACHISSINI, Matheus Yoshikawa. **Estado desenvolvimentista e suas capacidades para o desenvolvimento sustentável no município de Maricá: uma análise das empresas públicas.** 2024. 120p. Dissertação (Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Versão original.

Resumo: A pesquisa investigou a trajetória de desenvolvimento do município de Maricá, analisando como o modelo de gestão local, inspirado no desenvolvimentismo e no modelo neoweberiano, pôde promover o desenvolvimento sustentável e da justiça social. O estudo buscou compreender as políticas públicas implementadas e as estratégias utilizadas para articular o uso das rendas do petróleo na diversificação econômica e no fortalecimento das iniciativas de inclusão social, transformando o município em um exemplo inovador de desenvolvimento no Brasil. Para atingir esses objetivos, o estudo começou analisando a evolução dos projetos de desenvolvimento regional, num panorama nacional e, posteriormente, do contexto de gestão municipal, evidenciando como os recursos petrolíferos foram utilizados de maneira estratégica para financiar projetos de infraestrutura e políticas sociais, dando destaque, também, aos conflitos inerentes deste processo. O uso desse recurso foi explorado não apenas como uma fonte de receita, mas como um meio para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento territorial, geração de empregos e à equidade social. Essa análise revelou que Maricá se distanciou de modelos tradicionais que priorizam o crescimento econômico de curto prazo, optando por iniciativas que fortalecem um desenvolvimento promovido pelo setor público. A pesquisa também examinou as políticas de inovação e sustentabilidade desenvolvidas no município, focando no papel das empresas públicas, como o Banco Mumbuca, a Codemar, o ICTIM, os projetos “Lagoa Viva” e “Farmacopéia”. Essas e outras instituições desempenharam um papel fundamental ao oferecer serviços públicos essenciais, apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e criar um ecossistema de inovação que impulsionou a prosperidade da localidade em parceria com instituições de ensino públicas. O argumento central da dissertação reside na capacidade do município em romper com a privatização e concessão de serviços para se desenvolver. As políticas adotadas no município servem como exemplo *suis generis* prático para outras regiões com desafios semelhantes. Observamos que municípios vizinhos, apesar de receberem rendas do petróleo não apresentam a mesma trajetória e isso pode indicar que o modelo adotado ali segue um caminho distinto e que nos parece mais promissor. Assim, o estudo não pretende ser conclusivo nem oferecer uma solução definitiva para o desenvolvimento, podendo ainda ser aprofundado em futuras análises.

Palavras-chave: Estado desenvolvimentista, desenvolvimento territorial, reformas gerenciais, desenvolvimento local, políticas públicas, sustentabilidade, Maricá-RJ, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

STACHISSINI, Matheus Yoshikawa. **Estado desenvolvimentista e suas capacidades para o desenvolvimento sustentável no município de Maricá: uma análise das empresas públicas.** 2024. 120p. Dissertação (Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Versão original.

Abstract: The research investigated the development trajectory of the municipality of Maricá, analyzing how its local governance model, inspired by developmentalism and the neo-Weberian approach, has promoted sustainable development and social justice. The study aimed to understand the public policies implemented and the strategies used to leverage oil revenues for economic diversification and to strengthen social inclusion initiatives, turning the municipality into an innovative example of development in Brazil. To achieve these objectives, the study began by analyzing the evolution of regional development projects at the national level and then focused on the municipal governance context, highlighting how oil resources were strategically used to finance infrastructure projects and social policies, while also emphasizing the inherent conflicts in this process. These resources were not merely viewed as a revenue source but as a means to create favorable conditions for territorial development, job creation, and social equity. This analysis revealed that Maricá diverged from traditional models that prioritize short-term economic growth, choosing instead to focus on public sector-driven initiatives that promote long-term development. The research also examined the innovation and sustainability policies developed in the municipality, focusing on the role of public enterprises such as Banco Mumbuca, Codemar, ICTIM, and projects like "Lagoa Viva" and "Farmacopeia." These and other institutions played a fundamental role by providing essential public services, supporting the development of new technologies, and creating an innovation ecosystem that fostered local prosperity in partnership with public educational institutions. The central argument of the dissertation lies in the municipality's ability to break away from privatization and service concessions as a path to development. The policies adopted in the municipality serve as a *sui generis* practical example for other regions facing similar challenges. We observed that neighboring municipalities, despite receiving oil revenues, have not followed the same trajectory, suggesting that the model adopted by Maricá takes a distinct, and seemingly more promising, path. Thus, the study does not aim to be conclusive or provide a definitive solution for development, and it may still be further explored in future analyses.

Keywords: developmental State, territorial development, local development, managerial reforms, public policies, sustainability, Maricá-RJ, sustainable development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS - Áreas de Especial Interesse Social

AEIU - Área de Especial Interesse Urbanístico

ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APA - Área de Proteção Ambiental

Biotec - Maricá Alimentos S.A.

BNB – Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODEMAR – Companhia de desenvolvimento de Maricá

Comif - Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense

CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

Cooperar - Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária

CRED - *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*

DET - Desenvolvimento Econômico Territorial

DLIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento

ENW – Estado neoweberiano

EPT - Empresa Pública de Transporte

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FHC - Fernando Henrique Cardoso

Finam – Fundo de Investimentos da Amazônia

Finor - Fundo de Investimentos do Nordeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSM - Fundo Soberano de Maricá

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEOBIA – Análise de Imagem Baseada em Objeto

HSBC – *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*

ICTIM - Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEA - Índice de Desenvolvimento da Educação Ambiental

Ifocs - Inspeção Federal de Obras contra as Secas

IDHm – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ILPES - *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JOM – Jornal Oficial de Maricá

LLERJ - Litoral Leste do Estado do Rio de Janeiro

MCMV - Minha Casa, Minha Vida

NGP - *New Public Management*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OILPOL - *International Convention for the Prevention of Pollution of the Sea by Oil*

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PE - Participação Especial

PIB - Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR - Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Plano Plurianual

PT - Partido dos Trabalhadores

RBC - Renda Básica de Cidadania

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

ROE - Receita Operacional Especial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNDRR - *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*

ZPP - Zona de Produção Principal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aumento dos desastres Naturais reportados e seus impactos em 2000-2019 em relação a 1980-1999.....	15
Tabela 2: Principais políticas e instituições envolvendo os municípios e sua participação no desenvolvimento econômico local no Brasil (1990-2006).....	41
Tabela 3: Leis e decretos que marcaram a transição dos fundos de investimento para os fundos constitucionais.....	48
Tabela 4: Distribuição de notícias levantadas em jornais locais por temática.....	82
Tabela 5: Recebimento de <i>royalties</i> e participação especial em Maricá (2000-2023).....	87
Tabela 6: Grau de dependência dos municípios do Rio de Janeiro da Zona de Produção Principal - ZPP (2023).....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB <i>per capita</i> entre Rio de Janeiro, Niterói e Maricá / Série revisada (Unidade: R\$)	17
Gráfico 2: Comparação das transferências por municípios ao longo do tempo.....	20
Gráfico 3: <i>Royalties</i> recebidos anualmente pelo município de Maricá (2000-2023).....	86
Gráfico 4: Comparativo do grau de dependência dos municípios fluminenses da ZPP (2019-2023).....	91
Gráfico 5: Comparativo da soma ROY & PE <i>per capita</i> dos municípios fluminenses da ZPP (2019-2023).....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pontos de exploração de petróleo da Petrobras (2022).....	52
Figura 2: Mapa Regional do Conleste.....	57
Figura 3: Localização do COMPERJ e municípios afetados.....	61
Figura 4: Tensões ambientais nos municípios envolvidos no COMPERJ.....	79

SUMÁRIO

Capítulo 1. Introdução	14
1.1. Contextualização e Formulação do problema	14
1.1. Objetivos da pesquisa	21
1.1.2. Objetivo Geral	21
1.1.3. Objetivos Específicos	21
1.2. Justificativas	22
1.3. Conceituando o Estado Desenvolvimentista, crítica neoliberal e as reformas gerenciais	25
1.4. A questão fundiária no município de Maricá	30
1.5. Proposta metodológica	34
Capítulo 2. Desenvolvimento Regional e Local em Perspectiva: Da Financeirização à Inovação Sustentável em Maricá.....	38
2.1. Desenvolvimento Territorial e Financeirização: Desafios e Oportunidades	38
2.2. Políticas Territoriais nos Governos do PT: Transformações e Legados	45
2.2.1. Novas Estratégias de Desenvolvimento: Da Sudene à PNDR	46
2.2.2. Petrobras e o Pré-sal: Impactos no Desenvolvimento Regional do Rio de Janeiro....	51
2.3. Maricá: Inovação e Sustentabilidade no Desenvolvimento Local.....	59
2.4. Contexto Socioeconômico de Maricá e as empresas públicas	64
2.4.1 Banco Mumbuca e a Moeda Social: Instrumentos de Inclusão e Desenvolvimento Local	66
2.4.2. EPT: Um marco da mobilidade	69
2.4.3. Centro de inovação: O papel do ICTIM no município.....	71
2.4.4. Codemar e o impulso para o desenvolvimento.....	73
2.4.5. Sanemar e a busca da melhora do saneamento.....	76
2.5. Conflitos, Participação social e mídia local: As disputas pelo projeto de desenvolvimento	79

Capítulo 3. Rendas do subsolo: Entre a prosperidade e a sustentabilidade	84
3.1. Da descoberta a prosperidade	85
3.2. Legislação e Sustentabilidade.....	93
4. Conclusões e Reflexões de um futuro mais sustentável para o município	102
Referencias	102

Capítulo 1. Introdução

O estudo apresentado deve ser compreendido à luz dos desafios contemporâneos enfrentados pela gestão pública, sujeita há quatro décadas à forte influência do pensamento neoliberal de desenvolvimento. Apesar das dificuldades de se propor uma agenda de desenvolvimento sustentável, há várias experiências em curso, algumas bem encaminhadas e com resultados que apontam possíveis alternativas ao modelo neoliberal de Estado. Essa pesquisa busca estabelecer um diálogo com estudos que abordam o papel do Estado no desenvolvimento e na promoção do desenvolvimento via setor público, rumo à sustentabilidade, examinando um caso de governo subnacional - Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Este estudo visa buscar caminhos e possibilidades para enfrentar os desafios decorrentes da crise ambiental atual.

1.1. Contextualização e Formulação do problema

Os desastres naturais, cada vez mais frequentes, têm perpetrado consequências deletérias e exigido respostas por parte dos governos e das sociedades mundiais. Para impedirmos o agravamento de desastres decorrentes das mudanças climáticas, é fundamental entender o real impacto causado pela ação humana na Terra e as limitações do modo de produção¹ e de consumo atual – que consiste na exploração intensiva de recursos naturais para atender às necessidades e desejos humanos. A crítica, sob a ótica da sustentabilidade, é de que o atual modo de produção não considera as limitações ecológicas do planeta. A sustentabilidade busca equilibrar as necessidades humanas com a capacidade de regeneração e resiliência dos sistemas naturais.

O alerta acerca dos limites energético-alimentares vigentes vem sendo emitido por parte da comunidade científica há, pelo menos, cinco décadas. Mas somente a partir da segunda metade do século XXI podemos afirmar que existe um consenso quanto a necessidade dessas mudanças. Alguns exemplos datam de 1972, como por exemplo o relatório *Only one Earth*² e o *Blueprint for*

¹ Referimo-nos aqui ao modo de produção capitalista, que se torna hegemônico a partir da revolução industrial do século XVIII. O conceito de modo de produção foi proposto, inicialmente, por Marx e Engels (1848). Embora reconheçamos que as instituições que conformam qualquer política são profundamente influenciadas pelas condições ensejadas pelo sistema de produção, o foco do presente estudo é analisar um processo de implementação e, portanto, apontaremos apenas de forma esporádica e não sistemática alguns dos efeitos dessa influência.

² Livro publicado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano em Estocolmo.

*Survival*³ e *Limites do Crescimento*⁴. Estes estudos abordam, respectivamente, os limites naturais para o crescimento econômico, os descompassos da biosfera, a herança tecnológica da humanidade e um panorama histórico das necessárias mudanças em busca de uma tentativa de desaceleração da inevitável mudança no clima (Marques, 2023).

A tabela a seguir, elaborada por Marques (2023), demonstra o aumento dos desastres socioambientais e seus impactos a partir da década de 80, com o objetivo de estimar prejuízos materiais em decorrência da mudança climática. O autor compara dois períodos distintos com o intuito de mostrar a aceleração do processo de degradação do meio ambiente. Com base nos dados do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (Cred) & United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR)*, intitulado "*Human Cost of Disasters: An Overview of the Last 20 Years (2000-2019)*":

Tabela 1: Aumento dos desastres Naturais reportados e seus impactos em 2000-2019 em relação a 1980-1999.

	Desastres Reportados	Total de mortes	Pessoas afetadas	Prejuízos materiais
1980-1999	4.212	1,19 milhão	3,25 bilhões	US\$ 1,63 trilhão
2000-2019	7.348	1,23 milhão	4,03 bilhões	US\$ 2,97 trilhões

Fonte: MARQUES, 2023, p.339.

O aumento da frequência de desastres induzidos pelo homem é nítido, bem como, os prejuízos consequentes dos últimos 40 anos. Caso não seja revertida a lógica deletéria, a tendência é que o cenário seja agravado nos próximos 10 anos. As mudanças climáticas e suas consequências são enquadradas como *wicked-problems*⁵ que são problemas com sequelas amplas e levam em conta a existência, em alguns casos, do agravamento da globalização e da sociedade moderna. São exemplos de problemas amplos, os riscos ambientais, o terrorismo, o tráfico internacional de drogas ilícitas, crises humanitárias alimentícias e os deslocamentos de refugiados de conflitos armados. Todos estes problemas listados exigem um complexo sistema de resposta por parte do poder público, além de uma coordenação globalizada (Cunha e Severo apud. IPEA, 2017; Coelho et. al., 2022).

3 Documento organizado por Edward Goldsmith e Robert Allen e assinado por mais de trinta cientistas dentro Julian Huxley, Frank Fraser Darling, Peter Scott.

4 Encomendado pelo Clube de Roma e organizado por Donella Meadows a edição traduzida para português se intitula: "Limites para o crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade".

5 Traduzindo livremente: "problemas perversos", o termo é utilizado por Head (2008).

No que se refere às mudanças necessárias, compreendemos que há uma necessidade por transformações políticas fundamentais. O neoliberalismo é um complexo fenômeno global que se refere a uma ideologia política, econômica e social que promove, em linhas gerais, a liberalização do mercado, a diminuição da intervenção do Estado na economia e a ênfase na livre concorrência e no livre comércio. Originado no final do século XX, ganhou força especialmente a partir dos anos 1970 e se difundiu em várias partes do mundo. Esse longo período de influência acarretou numa aceleração muito grande da deterioração do meio ambiente. Isso se deve a um processo de intensificação do uso de recursos naturais promovida pelo pensamento neoliberal. Neste estudo não pretendemos sugerir uma panaceia para o futuro, mas sim, refletir de modo crítico acerca do desenvolvimento social e apontar que existem boas práticas em curso que sugerem caminhos para mitigar a deterioração do planeta.

Entender o papel do Estado e como ele se desenvolveu ao longo do tempo pode nos ajudar na busca por caminhos para superar os desafios da crise climática. O Estado desenvolvimentista é um modelo dinâmico e de distintas características, mas que promove reflexões e possibilidades de respostas aos problemas supracitados. Assim, buscaremos com a revisão da vasta bibliografia acerca do desenvolvimento, das formas de gestão, demonstrar que existem experiências que se mostram promissoras para combater os desafios atuais.

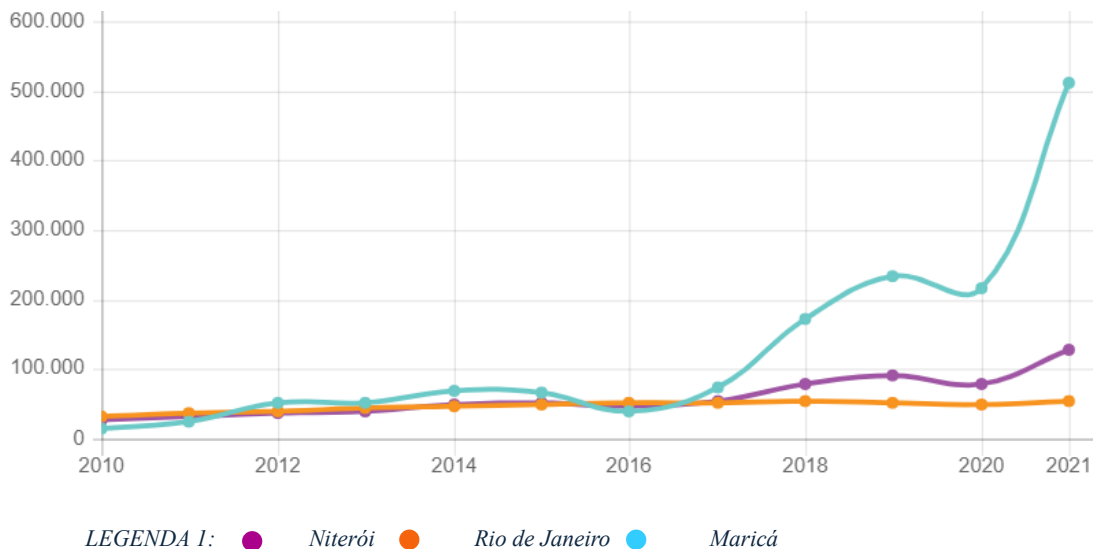
Maricá, município do estado do Rio de Janeiro, possui particularidades sociais e econômicas que nos convidam a refletir acerca tanto dos modelos de desenvolvimento⁶ dos últimos tempos quanto dos resultados que podem ser alcançados e que podem significar caminhos ambientalmente mais sustentáveis e coerentes com os desafios do início do século XXI.

Localizado no litoral leste do Estado do Rio de Janeiro, o município passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Inicialmente, essas mudanças foram impulsionadas pelo seu potencial turístico e pelo aumento de casas de veraneio, após a construção da ponte Rio-Niterói. Mais tarde, a descoberta de grandes reservas de petróleo no Pré-sal, em 2006 trouxe receitas substanciais para o município.

⁶ É sabido que existem diversos tipos de modelo de desenvolvimento. Aqui nos atentaremos a dois modelos que se contrastam: o neoliberalismo e o desenvolvimentismo. Com enfoque no tema do papel do Estado, para cada um deles, e como isto acaba influenciando na economia e na sociedade.

Hoje, o município de Maricá possui uma área total de 361,572km², segundo o Censo de 2020. Seu PIB⁷ *per capita* é de R\$ 511.810,82 (2021), bem superior à média do país que está em R\$ 42.247,52 (2021) e do próprio estado do Rio de Janeiro que está em R\$ 53.078,23 (2021) como fica ilustrado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 1: PIB *per capita* entre Rio de Janeiro, Niterói e Maricá / Série revisada (Unidade: R\$).



Elaboração própria com base em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&indicador=47004>.

Essa mudança de patamar entre o PIB dos locais analisados se deve ao recebimento de *royalties* de petróleo pelo município a partir de 2017. A obtenção de recursos financeiros provenientes dos *royalties* exige uma contrapartida cuidadosa sob a ótica da sustentabilidade. Isso ocorre porque tais *royalties* são uma compensação financeira pela exploração de recursos naturais, como água e minerais, considerando os impactos ambientais gerados e o aumento da demanda por serviços públicos decorrente dessa exploração, conforme apontado por Vilhena (2019) apud. Lustosa (2022).

No que diz respeito ao aspecto social do desenvolvimento sustentável, Maricá implementou políticas públicas que estão alinhadas com a erradicação da pobreza (ODS 1) e a redução das

⁷ Todas as informações foram retiradas do Panorama Municipal, disponível no sítio do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

desigualdades (ODS 10)⁸. Um exemplo é a criação do Banco Mumbuca, conhecido como Banco Popular Comunitário, que desde 2013 tem ajudado mais de 42 mil residentes de Maricá em situação de vulnerabilidade, através de programas de renda básica (Lustosa, 2022).

O que está ocorrendo é uma nova tentativa de legitimação do Estado enquanto agente central na promoção do desenvolvimento socioeconômico e, na atual conjuntura, da sustentabilidade. Este será o fio condutor do presente estudo. Posteriormente demonstraremos como as novas políticas implantadas em Maricá se relacionam com o desenvolvimento preconizados até então no país. O que deve ficar claro é que o desenvolvimentismo não possui uma definição única, segundo Diniz (2013), por se tratar de um processo de experimentação e aprendizado constantes. Quatro aspectos importantes devem ser enfatizados para que se compreenda qual deve ser a ação Estatal na ótica do pensamento desenvolvimentista, rumo à sustentabilidade: (i) a trajetória de cada país, além das condições institucionais de cada local; (ii) o Estado precisa agir para elaborar novas rotas desenvolvimentistas; (iii) abordagem multidisciplinar para sanar o papel das instituições na teoria do desenvolvimento e (iv) o Estado desenvolvimentista é mais do que políticas de desenvolvimento, portanto, não podemos nos guiar somente por indicadores de êxito de suas políticas econômicas (Diniz, 2013).

A globalização, segundo Castells (1999), ocorre em diversos planos. Da esfera financeira, comercial, produtiva, do crime, da comunicação e até dos fenômenos naturais. A globalização gera uma crise de poder do Estado-nação, por demandar uma resolução de problemas multisetorial. Esse contexto desencadeia uma necessidade de adaptação que pode levar a uma homogeneização de políticas. Esse nivelamento de políticas de Estados desiguais cria um desequilíbrio de resoluções de problemas, dado que os problemas locais são processados dentro do sistema global, mas, devem ser enquadrados dentro das possibilidades limitadas de cada país, caso contrário, se gera crise (Castells, 1999).

Esta última, por sua vez, leva a uma desconfiança entre cidadãos e o Estado e acarreta numa tribulação da legitimidade estatal. Como resposta para tal questão, o autor aponta dois fatores centrais: a cooperação internacional (multilateralismo) e a descentralização. O primeiro fator busca legitimar os governos através dessa cooperação com respostas conjuntas aos *wicked-problems* e o

⁸ Os ODS são os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que são um pacto de orientações feitas, na chamada Agenda 2030, durante a cúpula das Nações Unidas em 2015.

segundo fator tenta aproximar os cidadãos das esferas governamentais criando, assim, um estado-rede (Castells, 1999).

Os problemas apresentados até aqui, por serem dinâmicos e multidimensionais exigem uma capacidade de resolução complexa. Tal que acompanhe o processo do desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias capazes de solucionar os problemas.

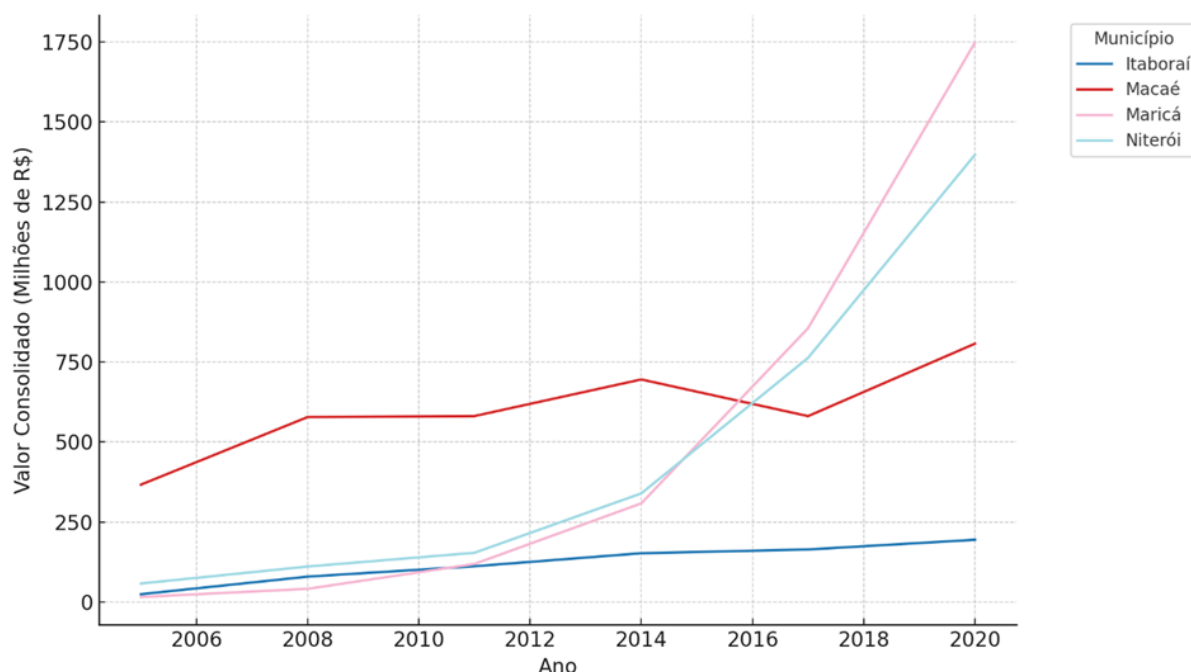
A falta de espontaneidade deste processo de desenvolvimento e inovação faz com que as novas indústrias sejam tracionadas pelo avanço científico. Logo, para retomar a legitimidade do Estado, cabe ao mesmo, materializar as tecnologias que serão desenvolvidas para solucionar estes problemas, em políticas. Para tanto, é necessário que mudanças significativas ocorram na organização das sociedades da era industrial. Esta reflexão, apresentada por Bell (1973) apud. Block et al. (2023), busca responder à questão: “quais são os processos que levam as descobertas de laboratório para serem transferidas em protótipos e serem produzidas como produtos para a sociedade?”. Ele mesmo respondeu à essa questão apontando o papel central do governo federal pelo estabelecimento de um programa que encoraje o uso das descobertas tecnológicas pela indústria – e não só a publicação destas descobertas tecnológicas (Block et.al., 2023, p.3).

Com isso, podemos entender que esse encaixe entre a teoria do desenvolvimento e os desafios postos para a sociedade pós-moderna depende essencialmente de uma vontade política e uma coordenação delas. Isto significa, desenvolver um projeto que seja amplificador o bastante para abarcar o contexto de cada local, bem como, as potencialidades de uma participação ativa do Estado (Block et al. 2023).

Os municípios, como unidades administrativas e sociais, ocupam uma posição singular na jornada rumo ao desenvolvimento sustentável, pois são o local onde as políticas são implementadas. Embora moldados por influências globais e nacionais, eles apresentam características, recursos e desafios próprios, tornando cada contexto municipal uma arena única para a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento municipal transcende a mera replicação de modelos predefinidos e exige a consideração das particularidades locais, respeitando a diversidade cultural, econômica e ambiental de cada região.

O gráfico a seguir demonstra o histórico das transferências para o município de Maricá e para outros municípios próximos, para um efeito ilustrativo da modificação das fontes de receita. Os valores representam transferências relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e *royalties*.

Gráfico 2: Comparação das transferências por municípios ao longo do tempo.



Elaboração própria com base em dados do Tesouro Nacional. Disponíveis em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/consultas/transferencias-constitucionais-realizadas>.

O gráfico apresentado retrata a evolução das transferências financeiras para Itaboraí, Macaé, Maricá e Niterói ao longo dos anos, com os valores ajustados para milhões de reais. No caso de Niterói e Maricá, o aumento expressivo nos valores consolidados está diretamente relacionado ao crescimento das rendas petrolíferas, como *royalties* e participações especiais. À medida que a exploração de petróleo na Bacia de Campos se intensificou, esses municípios passaram a receber volumes cada vez maiores de transferências relacionadas à atividade petrolífera, impulsionando suas finanças. Esses recursos têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento econômico local, permitindo investimentos em infraestrutura e políticas públicas.

O elemento-chave do problema de pesquisa está na identificação de fatores sociopolíticos que influenciaram o modelo gerencial no município e que impactam a capacidade de inovar em suas políticas de sustentabilidade ambiental. Este modelo leva em conta fatores políticos, que podem envolver a vontade política da administração municipal, as dinâmicas de poder local, a colaboração entre diferentes níveis de governo e a articulação com atores políticos e interessados. Leva em conta também os fatores sociais que podem abranger a conscientização da população em relação às questões ambientais, a mobilização da sociedade civil, a participação pública e a construção de uma cultura de sustentabilidade.

Nesse contexto, emerge a necessidade de explorar, compreender e aprimorar as estratégias de desenvolvimento municipal. Isso implica investigar algumas políticas públicas locais, a influência de fatores culturais e geográficos, as oportunidades e os desafios de cada cenário municipal, que é único. Com essa inspiração buscamos responder à seguinte pergunta: quais são as políticas e os fatores sociopolíticos que determinam o modelo gerencial com ênfase na sustentabilidade ambiental em Maricá?

1.1. Objetivos da pesquisa

1.1.2. Objetivo Geral

Investigar a trajetória do município de Maricá, analisando seu modelo de gestão e como as empresas públicas e as políticas de Estado impactaram o desenvolvimento local sustentável e a promoção da justiça social.

1.1.3. Objetivos Específicos

- Analisar a evolução das políticas públicas e da gestão municipal de Maricá, destacando o papel dos *royalties* do petróleo como facilitador de políticas de inovação e sustentabilidade, que transformaram o município em um caso inspirador de desenvolvimento social no Brasil;
- Examinar as políticas de inovação e sustentabilidade implementadas por Maricá, com foco na criação e atuação das empresas públicas, avaliando como essas políticas contribuíram para o desenvolvimento local sustentável e para a promoção da justiça social.

1.2. Justificativas

A necessidade de entender como modelos alternativos de gestão pública podem ser desenvolvidos em nível subnacional nos motiva a investigar formas de governança que estejam alinhadas com os desafios ambientais contemporâneos. A sustentabilidade ambiental se tornou uma prioridade global após discussões do que se entende como desenvolvimento sustentável. O texto de Cavalcanti (2012), economista ecológico, acerta ao propor uma reflexão do debate sobre sustentabilidade ambiental e seu antagonismo ao mantra do desenvolvimento econômico. Além de abordar as preocupações com as mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e a necessidade de preservar os ecossistemas para as gerações futuras. O autor traz a incontornável necessidade de mudanças. Essa alteração de caráter socioeconômico deve se orientar pela minimização do uso de matéria natural, energia e produção de resíduos, além da busca de uma eficiência máxima – análogo à própria natureza. Logo, o caminho para a sustentabilidade passa pela manutenção, reposição e crescimento de ativos de capital tanto físicos como humanos. É igualmente importante o fortalecimento da resiliência dos sistemas terrestres de modo que sejam capazes de se ajustarem aos choques e crises evitando a transferência intergeracional de dívidas ecológicas ou financeiras (Cavalcanti, 2012).

Existe uma questão específica que corrobora a justificativa da pesquisa, dado que este pesquisador participou como agente público envolvido no desenvolvimento de políticas públicas no campo de inovação, no município. Com o desenvolvimento de uma das empresas, a Maricá Alimentos S.A. (Biotec), diversos projetos vêm sendo implementados em parceria com outras secretarias numa rede que conecta o poder público municipal, instituições de ensino públicas, desenvolvimento de pesquisa, inovação e sustentabilidade.

A escolha de Maricá como o contexto de estudo é justificada pela sua localização costeira – o que a torna particularmente sensível aos impactos das mudanças climáticas – e pelas características demográficas e socioeconômicas da região. O estudo de Seabra e Rocha-Leão (2020) se debruça sobre as razões de ocorrerem inundações no município. As inundações são fenômenos que podem ocorrer por diversos aspectos sejam geográficos, políticos, econômicos e sociais. Tais desastres, cada vez mais recorrentes, proporcionam uma preocupação do poder público e exigem prontidão para tentar prever e evitar tais ocorrências. As inundações têm relações diretas com as mudanças climáticas e são agravadas pela ação antrópica descoordenada no solo

que prejudica a capacidade de absorção de água e acabam contribuindo para o acúmulo dela nas superfícies das cidades, principalmente em casos que as áreas já tenham algum histórico de acúmulo.

Em consonância dos motivos supracitados, as alterações substanciais na utilização do solo e na paisagem do território também são razões para inundações ocorrerem. Essa é uma das principais razões apresentadas no estudo de Seabra e Rocha-Leão (2020), com destaque para o período de 1985 e 2001, no município de Maricá. Dentre essas transformações, merece destaque a diminuição das extensões de pântanos (áreas úmidas), das zonas de areia e da vegetação de restinga. Houve avanço sobre essas regiões, principalmente pela expansão da ocupação urbana moderada e de baixa densidade. A diminuição da ocupação urbana de baixa densidade é justificada pela migração populacional para as áreas urbanas. Ou seja, várias zonas anteriormente designadas como ocupação urbana de baixa densidade passaram a ser consideradas como ocupação urbana de média densidade (Seabra e Rocha-Leão, 2020, p.118).

O estudo de Seabra e Rocha-Leão (2020) foi conduzido através de uma análise multitemática da bacia do Rio do Vigário, que está localizada no bairro de Itaipuaçu, em Maricá – mais especificamente nas regiões do Condomínio Residencial Carlos Marighella. Fato este que, mais recentemente, também já ocorreu na antiga sede da Biotec, que fica localizada em um bairro próximo, ocasionando a perda de material de escritório e prejudicando a realização das atividades por mais de uma semana, no período de chuvas de verão. Entre fevereiro e março de 2016 há registros de outra inundação decorrente das chuvas, que afetou três mil pessoas, resultando em cerca de 360 pessoas desabrigadas⁹.

O município de Maricá pertence ao Litoral Leste do Estado do Rio de Janeiro (LLERJ) que se configura como a região litorânea de maior relevância na extração de petróleo. Daí se origina a elevada receita do município oriunda de *royalties*. O fato de a região abrigar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é de extrema relevância em termos financeiros, sociais e ambientais. Segundo as autoras, os impactos são catalisados e podem agravar problemas já existentes na área, como por exemplo: a especulação imobiliária, a construção de dutos de

⁹ Mais informações sobre a inundação do ano de 2016 podem ser encontradas em diversas notícias em sítios eletrônicos, por exemplo: < <https://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/03/dois-dias-apos-um-temporal-marica-no-rj-continua-debaixo-dagua.html>>.

despejo de rejeitos e a tentativa de construção de terminais portuários em zonas de grande interesse geológico e ambiental (Seabra e Rocha-Leão, 2020).

Portanto, as políticas voltadas à promoção da sustentabilidade em Maricá carregam em si uma instigante possibilidade compensatória, afinal, são financiadas, em grande medida, por *royalties* de petróleo, uma fonte de energia intensiva em carbono. Logo, esse município se torna um *locus* relevante para pensar os desafios mais amplos da transição para um modelo de desenvolvimento sustentável. A investigação sobre o papel do Estado inovador em contextos municipais é crucial para diversificar as economias locais, gerar empregos e promover a sustentabilidade. A análise irá considerar o papel dos atores locais, as estratégias de desenvolvimento implementadas, políticas públicas já implementadas, bem como as lições aprendidas a partir de experiências municipais bem ou malsucedidas.

Os municípios, por serem unidades administrativas e econômicas regionais, têm potencial para se tornarem locais de experimentação e implementação de políticas inovadoras, alinhadas às necessidades e realidades locais. No cenário brasileiro, o município de Maricá emerge como um exemplo intrigante de como a atuação estatal pode moldar o desenvolvimento de uma região por meio da inovação.

Esta dissertação busca mergulhar na trajetória de Maricá, explorando como um Estado inovador pode influenciar positivamente o ecossistema local, impulsionando a economia, fortalecendo as capacidades locais e promovendo a sustentabilidade. Inspirados pelas contribuições teóricas de Celso Furtado, Bresser-Pereira, Marina Mazzucato, entre outros, investigaremos como as ações do governo municipal podem catalisar a inovação em Maricá. Esperamos que esta pesquisa contribua para o entendimento das potencialidades e desafios da implementação de um Estado inovador em um município de grande porte, como Maricá. Os resultados podem fornecer *insights* valiosos para gestores públicos e tomadores de decisão sobre como promover uma estratégia de inovação para o desenvolvimento local. Além disso, a dissertação pode ser uma base para futuros estudos acadêmicos sobre o tema.

1.3. Conceituando o Estado Desenvolvimentista, crítica neoliberal e as reformas gerenciais

O conceito de Estado desenvolvimentista está intimamente ligado à capacidade do Estado em promover a industrialização e o desenvolvimento econômico por meio de intervenções ativas na economia, com um foco significativo em aspectos políticos e sociais. Esse entendimento tem raízes em trabalhos como o de Gerschenkron (1976), que destacou o papel central das ações políticas no processo de industrialização em países que começaram tardiamente, e em Hirschman (1958), que argumenta que o desenvolvimento econômico depende de atitudes proativas e da identificação de recursos subutilizados, mais do que da simples otimização de recursos existentes. Os “*linkages*” (Hirschman, 1958), capazes de direcionar decisões de desenvolvimento e implementar reformas institucionais quando impulsionados pelo Estado.

Chalmers Johnson (1982) também conceitua o Estado Desenvolvimentista ao analisar o desempenho econômico de países asiáticos, como Japão e Coreia do Sul, e observou que esses Estados priorizaram o desenvolvimento econômico, posicionando-se entre o *laissez-faire* e o socialismo. No Brasil, teóricos como Bresser-Pereira (2019) e Bielschowsky (1988) reforçam essa ideia, apontando que o Estado promovia a industrialização para melhorar as condições econômicas e sociais do país, um movimento que perdurou de 1940 a 1960 como oposição à escola neoclássica.

Maricá é um exemplo atual de município desenvolvimentista no Brasil, pois adota uma gestão pública orientada pelo Estado com foco no desenvolvimento econômico e social. Utilizando os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo de maneira estratégica, a administração municipal investe em infraestrutura, educação, inovação tecnológica e políticas públicas inclusivas, criando um modelo de desenvolvimento sustentável. Em linha com os conceitos de Gerschenkron (1976) e Hirschman (1983), Maricá tem sido capaz de promover um desenvolvimento puxando por iniciativas do próprio Estado, beneficiando a população de forma mais equitativa. A gestão pública em Maricá reflete uma abordagem proativa, em que o Estado local age como agente central na condução do desenvolvimento.

Além disso, o modelo de Maricá, ao contrário das tendências neoliberais de redução da intervenção estatal, mantém um controle público robusto sobre setores estratégicos da economia local. Essa postura se assemelha ao papel que Johnson (1982) atribuiu aos Estados asiáticos, onde

o governo atua como coordenador de grandes transformações econômicas e sociais. Em Maricá, a administração busca não apenas otimizar a economia local, mas também fomentar setores inovadores, garantindo que os benefícios do desenvolvimento sejam amplamente distribuídos. Com isso, o município consolida-se como um caso contemporâneo de Estado desenvolvimentista, especialmente ao promover políticas que equilibram crescimento econômico com avanços sociais e ambientais.

A gestão pública do Estado desenvolvimentista é estruturada em torno de uma forte atuação estatal na promoção do desenvolvimento econômico, especialmente por meio da industrialização e inovação. Esse modelo se baseia em estratégias políticas, institucionais e sociais que capacitam o Estado a desempenhar um papel central na orientação da economia. Um dos elementos-chave dessa estrutura é a existência de uma burocracia estatal competente e relativamente autônoma. Essa burocracia é responsável por planejar e implementar políticas de desenvolvimento. Segundo Evans (1995, p. 122), ela opera com uma "autonomia inserida", mantendo uma relação próxima, porém independente, com os setores econômicos e sociais estratégicos, permitindo coletar informações e estabelecer parcerias sem se tornar refém de interesses privados.

O Estado desenvolvimentista coloca a promoção de atividades industriais como prioridade para impulsionar o desenvolvimento econômico, promovendo políticas que incentivem a produção nacional e a "sofisticação produtiva" (Bresser-Pereira, 2019b, p.142). Além disso, atua como promotor da inovação, investindo em pesquisa e desenvolvimento, educação e capacitação tecnológica, fundamentais para a criação de setores econômicos avançados e para garantir a competitividade no cenário global. O Estado também utiliza ferramentas regulatórias e, em muitos casos, políticas protecionistas para promover setores estratégicos e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial (Bresser-Pereira, 2019; 2019b).

No entanto, o papel do Estado desenvolvimentista foi criticado com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1970 a 1990, que questionou a eficácia da intervenção estatal frente às crises fiscais e à financeirização global. Autores como Pollitt e Bouckaert (2011 apud. IPEA, 2017) apontam que o modelo de administração pública burocrática foi substituído pela Nova Gestão Pública (NGP), impulsionada por líderes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Esse movimento buscava a introdução de práticas de gestão privada no setor público, promovendo eficiência, segmentação e concorrência (Hood, 1991).

No entanto, alguns autores desafiaram a abordagem neoliberal, e suas críticas, argumentando que o Estado desempenha um papel essencial na inovação e no desenvolvimento econômico. Chang (1999, 2004) destaca que as economias mais bem-sucedidas, como Estados Unidos e Alemanha, usaram amplamente políticas protecionistas e intervencionistas para fortalecer suas indústrias emergentes. Ele afirma que os países desenvolvidos historicamente aplicaram essas políticas para proteger seus mercados, enquanto recomendavam o oposto para as nações em desenvolvimento, prejudicando o potencial de crescimento dessas economias (Chang, 1999; 2004).

Já a autora Mazzucato (2014; 2015) reforça essa crítica, destacando que grande parte das inovações tecnológicas, como a internet e a biotecnologia, foram impulsionadas por investimentos estatais de longo prazo. Ela argumenta que o Estado não apenas financia, mas coordena e orienta inovações, assumindo riscos que o setor privado evita. Além de regulador, o Estado é um agente ativo mantenedor de investimento, moldando mercados e guiando o progresso em áreas estratégicas como a economia verde e a tecnologia médica (Mazzucato, 2014; 2015). Essa visão sugere que o Estado é crucial para a inovação, especialmente em setores de alto risco, e sua atuação estratégica é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Uma alternativa à NGP é o modelo do Estado Neoweberiano (ENW), que busca reafirmar o papel do Estado como líder no desenvolvimento e restaurar a confiança na gestão pública (Drechsler e Kattel, 2008). Esse modelo destaca a importância de uma burocracia forte e da governança democrática, promovendo o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida, especialmente em municípios como Maricá, onde a gestão pública focada em inovação e sustentabilidade ambiental se torna essencial para o desenvolvimento econômico.

Souza e Carvalho (1999), argumentam que o impacto da descentralização promovida pela Constituição de 1988 e as reformas administrativas subsequentes, trouxeram grandes desafios para a implementação de políticas públicas em um país marcado por desigualdades regionais. Ela destaca que a transferência de responsabilidades para Organizações Sociais (OS) e outras entidades privadas, inspirada no modelo de Nova Gestão Pública (NGP), acentuou a fragmentação do Estado, com consequências negativas para a equidade e a eficácia na prestação de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

Souza e Carvalho (1999) também criticam a importação de modelos de gestão estrangeiros para o Brasil, afirmando que esses modelos, desenvolvidos em países com estruturas mais afluentes

e homogêneas, não são adequados para a realidade brasileira. Elas enfatizam a necessidade de considerar as especificidades locais, inclusive as desigualdades regionais e sociais, ao formular políticas públicas descentralizadas. Nesse sentido, as autoras defendem que o papel da União e dos estados permanece crucial para apoiar os municípios em suas novas responsabilidades, algo que a mera gestão por contratos com OS não consegue suprir plenamente (Souza e Carvalho, 1999).

Essa crítica de Souza e Carvalho (1999) complementa o debate de autores como (Chang, 1999; 2004) e Mazzucato (2014; 2015), que questionam a primazia da eficiência técnica e a terceirização como princípios norteadores da administração pública. O município de Maricá, por sua vez, se opõe à lógica da terceirização pura e da privatização e adota um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, alinhado com as críticas feitas por eles.

Sen (2000) também se relaciona a esse debate ao argumentar que o desenvolvimento deve ser medido pela expansão das liberdades reais das pessoas, e não apenas pela eficiência econômica. Sen (2000) sugere que as políticas públicas focadas exclusivamente em resultados de curto prazo e na redução de custos, como as que surgem da lógica contratual, e de privatizações, falham em promover equidade e justiça social. Maricá, ao privilegiar políticas públicas inclusivas e sustentáveis, reflete essa visão de desenvolvimento mais amplo que Sen (2000) defende, contrastando com as reformas gerencialistas que colocam o mercado como principal ator no processo de governança pública

A gestão dos municípios no Brasil, especialmente após a descentralização promovida pela Constituição de 1988 e as reformas administrativas das décadas de 1990 e 2000, tem sido amplamente debatida na literatura acadêmica. Abrucio (1998), analisa o papel dos governadores e prefeitos na redemocratização e no contexto da descentralização do poder. Ele argumenta que, embora a descentralização tenha transferido maior autonomia para os municípios, muitos deles enfrentam dificuldades significativas devido à falta de recursos e de capacitação técnica, especialmente nas pequenas cidades. Essa transferência de responsabilidades sem o devido suporte muitas vezes compromete a eficácia das políticas públicas locais. Fatores estes que, no caso analisado, estão sendo combatidos através da capacitação da população, via ICTIM, e com o amparo das rendas oriundas das rendas petrolíferas.

Pires e Cardoso Jr. (2011), analisando o âmbito federal, apontam que as transformações no Estado brasileiro na virada do milênio, deram ênfase no fortalecimento das instituições de controle

e a criação de mecanismos de participação social. A Constituição de 1988 desempenhou um papel central ao institucionalizar o controle da burocracia como parte essencial do Estado democrático de direito. Ela forneceu a base jurídico-normativa para o fortalecimento das instituições de controle interno, como a Controladoria-Geral da União (CGU), e externo, como o Ministério Público (MP), o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, a Constituição estimulou a criação de instituições participativas, como conselhos, conferências e fóruns, que ampliaram o controle social sobre a gestão pública.

O controle interno, existente desde 1967, foi fortalecido com a criação da SFC em 1994 e sua integração à CGU em 2003, garantindo maior autonomia para supervisionar ministérios e fortalecer as carreiras de finanças e controle, utilizando sistemas como o Siafi¹⁰ e Sigplan¹¹ (Pires e Cardoso Jr., 2011). Paralelamente, o TCU ganhou mais autonomia após a Constituição de 1988, com menor influência do Executivo na escolha de dirigentes e maior independência administrativa e orçamentária, adquirindo competências como auditorias e sanções ao Executivo (Pires e Cardoso Jr., 2011).

No campo do controle social, Pires e Cardoso Jr. (2011) ressaltam que houve uma consolidação de um subsistema participativo no Brasil, que envolve a participação cidadã em decisões sobre políticas públicas. Esse subsistema inclui instituições como conselhos de políticas públicas e conferências nos níveis local, estadual e nacional, além de práticas como o orçamento participativo. Essas instituições, cuja base foi lançada pela Constituição de 1988, ganharam relevância nos governos subsequentes, principalmente durante os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva. Segundo os autores, embora faltem avaliações sistemáticas sobre a efetividade dessas instituições como instâncias de controle, seu potencial inovador ao incluir novos atores sociais na gestão pública é significativo (Pires e Cardoso Jr., 2011).

Todas essas modificações dos anos 90 e 2000 também foram transferidas para as esferas subnacionais. A estrutura de controle social e governança do município de Maricá é formada por 22 conselhos municipais, que atuam de forma participativa em áreas como saúde, educação, assistência social, e direitos humanos. Esses conselhos, organizados pela Casa dos Conselhos

¹⁰ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

¹¹ Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.

Municipais¹², são responsáveis pela formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas locais, permitindo a participação paritária entre sociedade civil e governo. A Casa também promove formação de conselheiros e realiza atividades de integração, palestras, e fóruns, para fortalecer a atuação cidadã.

No que diz respeito à governança orçamentária, embora Maricá não aplique o modelo de orçamento participativo, a administração realiza audiências públicas para discutir a elaboração do orçamento municipal. Essas audiências são abertas à população, permitindo que os cidadãos expressem suas prioridades e participem do processo de definição de investimentos, garantindo uma gestão mais transparente e inclusiva no planejamento financeiro do município.

Esses estudos demonstram que, apesar das boas intenções por trás da descentralização e das reformas gerencialistas, muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades estruturais que limitam sua capacidade de implementar políticas públicas eficazes. Além disso, a crítica à lógica de terceirização e contratos ressalta a importância de equilibrar a eficiência com a equidade na gestão pública municipal, algo que Maricá, por exemplo, busca ao promover políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, além da capacitação burocrática.

Assim, o referencial teórico da presente pesquisa explora as capacidades do Estado e suas abordagens inovadoras em políticas públicas, com ênfase no contexto político e social de Maricá. A pesquisa busca compreender como esses fatores moldam o desenvolvimento sustentável e os desafios contemporâneos na gestão pública frente à globalização e às pressões neoliberais.

1.4. A questão fundiária no município de Maricá

Seabra (2006) descreve alterações notáveis no uso e cobertura do solo, durante o período compreendido entre os anos de 1985 e 2001, no município de Maricá. Dentre essas alterações, merece destaque a diminuição das zonas de brejo (áreas úmidas), das faixas de areia e da vegetação de restinga. Estas áreas foram gradativamente ocupadas, predominantemente, pela expansão urbana de baixa densidade e pela expansão urbana de densidade moderada. A redução na expansão

¹² A Casa dos Conselhos de Maricá foi inaugurada para centralizar e apoiar os 22 conselhos municipais existentes na cidade. Além dos conselhos de saúde e educação, vale citar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDEF) e o Conselho Municipal de Enfrentamento à Dependência Química (COMAD). Esses conselhos promovem a participação da sociedade civil na formulação e fiscalização das políticas públicas locais.

urbana de baixa densidade é justificada pela observação de uma maior concentração urbana conforme identificado no estudo, ou seja, várias regiões anteriormente caracterizadas como expansão urbana de baixa densidade passaram a ser classificadas como expansão urbana de densidade moderada. O autor ainda destaca que a geomorfologia dessas áreas é muito particular e que sua impermeabilização favorece o acúmulo de água na superfície do solo e difícil escoamento após esse acúmulo pelas diversas variáveis analisadas pela classificação GEOBIA (SEABRA, 2006).

O condomínio Carlos Marighella fora construído em meados de 2015 por meio do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV). Esse projeto recebeu um investimento de R\$ 195.000.000,00 do governo federal e teve como objetivo a construção de 2.932 unidades habitacionais para beneficiar 12 mil pessoas com renda familiar de até R\$ 1.600,00. O terreno utilizado foi de 126.000m² dividido em oito blocos de apartamentos. Seabra e Rocha-Leão (2020) ainda apontam para o fato de a escolha do local ter sido orientada por uma redução nos custos da construção do empreendimento que, apesar de ter sido reduzido pelo local, acarretou problemas de inundação para os beneficiários do programa.

O artigo de Valpassos e Mello (2019) se dedica a um histórico dos conflitos que envolvem a implementação das políticas públicas, de caráter sanitarista, e relatam que no município de Maricá esta tensão esteve presente desde muito tempo. Seu estudo acerca de obras de saneamento teve enfoque em dois assentamentos de pesqueiros distintos da costa litorânea do Rio de Janeiro: Ponta Grossa dos Fidalgos, na Lagoa Feia e o de Zacarias, no Lago Grande de Maricá.

Para enquadrar o prélio descrito acima devemos, brevemente, apresentar o que os autores entenderam como “visão sanitarista” e suas consequências para a formulação das políticas públicas. Em oposição a um sistema político de saneamento altamente centralizado, presente na época do Império, a República formulou uma reorganização que deu mais autonomia e liberdade para estados e municípios para organização de políticas para higiene pública. Essa descentralização, na época da República, não trouxe os resultados esperados. Após as expedições de sanitaristas médicos-viajantes como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Penna e Arthur Neiva, a realidade do país foi escancarada como deplorável, pois, presenciaram diversas epidemias nos interiores do país (Valpassos e Mello, 2019 p. 145).

As alterações de solo, decorrentes de projetos sanitарistas começou a partir da República Velha e tinham o intuito de, por meio do enfrentamento das regiões de águas paradas, realizar a expansão do uso da terra e erradicação as doenças endêmicas que causavam tantos problemas à nação. Os pântanos eram vistos como regiões economicamente não produtivas e responsáveis pela propagação dos mosquitos transmissores de doenças. Com isso, tinham o plano de substituir estas áreas por pastagens e plantações de cana-de-açúcar, aumentando o espaço capaz de gerar riqueza para o país e avançar na batalha contra as enfermidades que afetavam a saúde da população brasileira (Valpassos e Mello, 2019).

Com o propósito firme de enfrentar o desafio da estagnação das águas, a República Nova tomou uma medida decisiva em 1933, estabelecendo uma comissão destinada a liderar a batalha contra as áreas pantanosas. Essa comissão empenhou-se na tarefa de drenar as terras encharcadas e, adicionalmente, promoveu a colonização das áreas conquistadas por meio desse processo. Em decorrência de seus esforços incansáveis e dos resultados positivos obtidos, a comissão foi posteriormente promovida, em 1936, à posição de Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, sendo colocada sob a liderança de Hildebrando de Araújo Góes. O sucesso continuado desse empreendimento culminou em uma segunda ascensão da Diretoria de Saneamento, desta vez em 1940, quando foi reconfigurada e transformada no Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

“No contato entre as perspectivas sanitарistas e as representações dos pescadores sobre os ambientes lagunares, surgia uma oposição entre cosmovisões que representava, também, diferentes concepções a respeito da forma adequada de administrar a natureza e com ela relacionar-se.” (Valpassos e Mello, 2019, p. 4)

Fica evidente que a implementação de políticas sanitарistas aflora conflitos que se referem a uma disputa pelos espaços ocupados por sujeitos. Neste conflito, o importante trabalho dos sanitарistas de combate às doenças presentes no país contrastou-se e trouxe consequências para as populações que viviam da pesca em regiões do município de Maricá. A conexão entre as águas doces, provenientes de rios e lagoas, e as águas salgadas do oceano, é um aspecto crucial para a atividade de pesca artesanal ao longo da costa do Brasil. A ação dos sanitарistas contra os pântanos, considerados vetores de doenças, provocou um desequilíbrio ambiental, afetando a reprodução das espécies locais e, conseqüentemente, impactando a atividade pesqueira (Valpassos e Mello, 2019).

De 1951 em diante o pescado foi se tornando cada vez mais escasso a ponto de só restarem 30% dos 800 pescadores artesanais de Maricá no ano de 1955, segundo Valpassos e Mello (2019). Os autores denominam o efeito do sanitarismo através da abertura de canais para escoamento de áreas alagadas e combate aos mosquitos como um “fato social total” que afetou todos os segmentos sociais dos povoados e regiões do município. O modo de implementação generalista que reduzia os particularismos locais a mera credence, ignorância ou atraso, geraram consequências ruins que hoje estão sendo combatidas pela Biotec através de bioinsumos remediadores no projeto Lagoa Viva. A busca pela revitalização das lagoas que foram afetadas pela ação humana, hoje, apresenta uma condição distinta da anterior e proporciona uma retomada da pesca local. Resta evidente que a formulação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental enseja um cuidado com sua formulação e exige que seja feita uma análise ampla e participativa.

A gestão pública de Maricá integra aspectos do Estado Neoweberiano com elementos de um modelo de Estado Desenvolvimentista, que visa fortalecer o papel do poder público em setores estratégicos. Maricá, a partir de 2008, desenvolve uma gestão focada em inovação, sustentabilidade e inclusão social, características que contrastam com o gerencialismo puro e com as práticas típicas da Nova Gestão Pública (NGP), que privilegiam a eficiência e a introdução de práticas de mercado. Em vez disso, a administração de Maricá enfatiza a equidade e o desenvolvimento local com base em políticas públicas que mantêm o Estado como protagonista em áreas estratégicas, como o transporte, a habitação e a sustentabilidade ambiental.

A criação do condomínio Carlos Marighella e a expansão de outros condomínios na região para a construção de residências são exemplos concretos de como o município tem utilizado a gestão do solo para promover desenvolvimento habitacional. O condomínio Carlos Marighella foi desenvolvido dentro do programa MCMV, do governo Federal, como um projeto habitacional popular que visa atender às necessidades de moradia para as classes de menor renda, garantindo o acesso à infraestrutura básica e a uma localização próxima de serviços públicos essenciais.

Esses projetos de expansão habitacional estão diretamente conectados às políticas de sustentabilidade implementadas pela gestão local. Maricá busca integrar novas áreas residenciais de forma planejada, priorizando a proteção ambiental e a minimização dos impactos ecológicos. Essa abordagem está alinhada com a visão desenvolvimentista em que o uso do solo é planejado de maneira estratégica, buscando equilibrar o crescimento populacional com a preservação dos

recursos naturais. A inclusão de soluções sustentáveis, como áreas verdes e sistemas de saneamento ambientalmente responsáveis, reforça o compromisso do município em garantir um desenvolvimento urbano que seja tanto socialmente inclusivo quanto ecologicamente sustentável.

Embora o condomínio Carlos Marighella e a expansão de outros projetos residenciais em Maricá visem à inclusão social, as frequentes inundações na região, devido à sua geomorfologia, mostram que a gestão do solo ainda pode ser aprimorada. O poder público precisa implementar medidas mais eficazes de drenagem e controle de enchentes para garantir que o desenvolvimento habitacional seja sustentável e resiliente aos desafios ambientais locais.

Ao fortalecer as capacidades locais, combina esses aspectos de gestão para promover uma descentralização que não se limita a transferir funções para o setor privado, mas que mantém o controle público de serviços essenciais. De acordo com o modelo de gestão adotado, a administração municipal se apropria de ferramentas típicas do Estado Neoweberiano, como a transparência e a *accountability*, ao mesmo tempo que inova ao criar mecanismos participativos e de gestão pública direta, como o uso de moedas sociais (Mumbuca) para inclusão econômica. Isso exemplifica uma transição que reforça o papel do Estado local sem se render às práticas de terceirização e privatização, características do modelo gerencialista e da NGP. Essa abordagem busca garantir que o Estado, mesmo no nível municipal, seja um agente ativo na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento econômico sustentável, alinhando-se à corrente que prioriza o fortalecimento da esfera pública e a participação ativa dos cidadãos.

1.5. Proposta metodológica

Dado o curto prazo disponível para a realização da pesquisa, é importante adotar uma metodologia eficiente e focada, que permita coletar e analisar os dados de maneira precisa e dentro do prazo estabelecido. Uma abordagem adequada pode ser fundamentada em um método misto de estudo de caso exploratório. Além de uma revisão da literatura acerca das capacidades estatais para enquadrar o processo de atuação e do papel do Estado para indução de inovação.

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem mista, utilizando métodos quantitativos e qualitativos. Serão coletadas informações acerca do arcabouço legal nas diferentes esferas de governo, além de uma análise histórica da ação antrópica em Maricá, bem como, serão

levantadas informações sobre os planos de políticas de inovação e como essa relação da intervenção estatal logrou consequências nem sempre positivas para o meio ambiente e para os municípios.

Segundo Godoy (1995) a abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: (i) a pesquisa documental, (ii) o estudo de caso e a (iii) etnografia. Esta última possibilidade de pesquisa não nos interessa muito pelo curto tempo de desenvolvimento da pesquisa o que não diminui sua importância, mas, iremos focar nas duas demais formas de pesquisa apresentadas. (i) A pesquisa documental: segundo a autora, devemos entender o termo “documentos” de modo amplo. Deve ser destacada a importância da inclusão e análise de documentos no trabalho proposto neste estudo uma vez que os documentos são uma fonte “não reativa” e contém informações que permanecem as mesmas ao longo do tempo. Jornais, revistas, memorandos, atas, relatórios são importantes fontes de informação para analisarmos a implementação de políticas públicas além de permitirem que possam ser entendidas os processos de decisões e formulações de políticas. É fundamental que este método esteja presente uma vez que temos que analisar não só o arcabouço legal e institucional (seja a nível federal ou municipal) e todas essas decisões são documentadas e publicadas nos respectivos Diários Oficiais.

Na técnica (i) devemos nos atentar para três aspectos importantes, segundo Godoy (1995) que são: (a) A escolha dos documentos, (b) o acesso a eles e (c) a sua análise. Em (a) e (b) deve-se atentar especificamente para o uso de poucos documentos, nos casos em que serão utilizados documentos pessoais, a priori, não é a intenção da pesquisa aqui proposta o uso de documentos pessoais, e caso seja em algum momento específico, estaremos cientes de que devem ser utilizados de forma cautelosa. O foco da pesquisa será em documentos oficiais e de acesso relativamente mais simples, logo, uma amostragem um pouco maior é esperada, seja por parte do acesso ao Diário Oficial de Maricá, ao Diário Oficial da União ou demais plataformas *online* que permitam acesso às informações relevantes quanto ao processo de formulação das políticas públicas de meio ambiente e a formulação do Estado inovador. Em (c) segundo Bardin (2011) a “análise de conteúdo” tem por objetivo o “desvendar crítico” e a análise serve tanto ao método qualitativo como quantitativo. A função heurística que visa a análise do conteúdo em si e enriquecimento a tentativa exploratória se distingue da função de “administração da prova” que verifica a veracidade dos achados dentro das fontes utilizadas. Na pesquisa qualitativa o referencial era a presença ou ausência de algum fragmento a ser analisado, ou seja, se existe algum conteúdo explícito quanto à

inovação voltada para a sustentabilidade ou meio ambiente. Os estudos quantitativos ficariam por conta da frequência com que aparecem determinadas características do conteúdo. Ambas as abordagens podem auxiliar na compreensão e aprofundar os achados propostos no estudo (Bardin, 2011).

Além disso, (ii) o estudo de caso, constitui outro método de análise que nos interessa e buscaremos enquadrá-lo no caso das empresas públicas do Município. O propósito fundamental do estudo de caso é a análise intensiva de uma dada unidade social seja um indivíduo notório (líder sindical, político, cientista), ou grupo de pessoas como organizações nacionais e internacionais ou um conjunto de empresas que venha desenvolvendo algum sistema inédito (Godoy, 1995).

Na pesquisa tentaremos identificar pontos de inflexão e reformulação das políticas públicas no município. Seja por alguma adequação de debate internacional, ou, de tomada de decisão de algum político ou grupo político, buscaremos os fatores que determinaram a gestão municipal como executora de políticas para o desenvolvimento e aprofundamento da sustentabilidade e de iniciativas que visam a preservação, produção consciente de alimentos e a busca de um desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentável.

Como salienta Godoy (1995) o pesquisador que opta pela técnica do estudo de caso deve partir de um esquema teórico e deve manter-se alerta para novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho de pesquisa. Além de informações relevantes, buscamos também, limitações ou ideais para a criação das empresas e que fundamentalmente se caracterizam pela produção de alimentos, serviços e recuperação do meio ambiente, para o município, de um modo ambientalmente consciente, mas, também tentam desenvolver alternativas de desenvolvimento e receita para o município, seja pela criação de novos produtos e desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

Segundo Miles e Huberman (1994), a análise dos dados em pesquisas qualitativas consiste em três atividades iterativas e contínuas: (1) Redução dos dados: consiste da seleção e processo contínuo de simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo; (2) Apresentação dos dados: organização dos dados de modo que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir dos dados (textos narrativos, matrizes, gráficos, esquemas etc.); (3) Delineamento e verificação da conclusão: É a fase final que se concretiza na identificação de padrões, possíveis hipóteses, e configurações de um fluxo de causa

e efeito para determinado fenômeno analisado. Tentaremos dividir o estudo em duas fases: Uma fase inicial exploratória qualitativa, com a respectiva coleta de dados; E uma segunda fase mais descritiva quantitativa (uma extensão dos resultados), em que se utilizara da análise de conteúdo. Buscaremos, portanto, realizar um levantamento da bibliografia e em teorias preliminares para a análise da inovação de gestão no município. A segunda parte, decorrerá de uma síntese dos achados e formulação de hipóteses para os fatores inovadores e de sustentabilidade de caracterizam a atuação das empresas públicas do município.

Capítulo 2. Desenvolvimento Regional e Local em Perspectiva: Da Financeirização à Inovação Sustentável em Maricá

Devemos contextualizar a pesquisa num panorama nacional que envolve uma disputa entre formas de desenvolvimento que guiariam as políticas públicas de Estado dos últimos anos. É importante entendermos o contexto em que se inserem as novas políticas, pois foi graças a retomada da centralidade do papel do Estado que o município aqui analisado pôde desenvolver tantas políticas públicas inovadoras. Essa disputa se deu entre o neoliberalismo e o desenvolvimentismo, nesta sessão, iremos explorar os fatores que marcaram essa disputa por espaço e influência na formulação das reformas de gestão e nas políticas públicas nacionais e municipais.

2.1. Desenvolvimento Territorial e Financeirização: Desafios e Oportunidades

Tanto o neoliberalismo quanto o desenvolvimentismo valorizam grandes projetos de infraestrutura como motores do desenvolvimento econômico, mas discordam quanto à forma de conduzi-los. Hirschman (1982) destaca que os conflitos gerados nesse processo, são inerentes, e podem comprometer a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades. Em ambos os casos, as políticas adotadas causaram danos ao meio ambiente e às populações locais, gerando tensões em torno desses projetos. No contexto de municípios como Maricá, esses conflitos estão diretamente relacionados à maneira como políticas e obras impactam o ambiente e as comunidades (Silva, 2015).

O Neoliberalismo enfatiza os interesses privados e a busca pelo lucro, frequentemente se sobrepondo às preocupações ambientais e sociais, o que pode acabar gerando conflitos maiores com as comunidades locais e danos ao meio ambiente. Segundo Albuquerque (1999), os estudos sobre desenvolvimento local de abordagem ortodoxa focaram exclusivamente na estabilidade macroeconômica, assumindo que isso seria suficiente para garantir o desenvolvimento da localidade. Ele discute os limites e equívocos dessa perspectiva, destacando que a competitividade das empresas não depende apenas de fatores internos ou de uma economia liberal, mas também do território, do ambiente em que estão inseridas, da infraestrutura ao redor, dos recursos humanos que podem atrair e dos financiamentos disponíveis, entre outros fatores. Albuquerque (1999)

argumenta que o território é um ator decisivo no desenvolvimento, necessitando de uma abordagem mais inclusiva e menos dependente (Albuquerque, 1999).

As estratégias do setor extrativista no Brasil, exemplificadas pela Companhia Vale do Rio Doce (Vale), refletem as políticas de desenvolvimento dos governos do PT. No contexto neoliberal, a Vale atua como elo entre processos internacionais e domésticos, buscando valor e influenciando o Estado para reduzir custos, muitas vezes precarizando o trabalho e causando impactos socioambientais. Empresas como a Vale utilizam mecanismos jurídicos e estatais para controlar reservas minerais e transformar bens naturais em recursos econômicos privados. Criada em 1942, a Vale foi estabelecida para garantir o acesso internacional às jazidas de minério de ferro do Brasil, destacando sua importância estratégica. A empresa busca criar "territórios protegidos" nas localidades onde se instala, frequentemente entrando em conflito com outras formas de uso do espaço (Milanez et al., 2018). Tanto a Vale quanto a Petrobras, apesar de atuarem em setores distintos, possuem desafios comuns enfrentados por grandes empresas estatais no Brasil. Ambas passaram por crises e escândalos de corrupção, levantando questões sobre governança corporativa e transparência (Milanez et al., 2018).

Além disso, as interações indiretas entre os setores de mineração e de petróleo e gás são evidentes na necessidade de infraestrutura logística compartilhada. Assim como a Vale, a Petrobras depende de uma cadeia eficiente de transporte para acessar mercados internacionais. Essa interdependência ressalta a importância de políticas públicas e investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento e competitividade desses setores. Ambas buscam se adaptar a mudanças no cenário político-econômico, visando eficiência operacional, redução de custos e maior inserção nos mercados globais, compartilhando desafios e oportunidades como grandes empresas estatais (Milanez et al., 2018).

O desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, ocorrido em 2015, destaca a complexidade e a gravidade das consequências das atividades dessas empresas. Esse incidente envolve diversos atores, incluindo grupos transnacionais, estratégias estatais e corporações financeiras, todos operando dentro da lógica extrativista. O rompimento da barragem do Fundão não foi um caso isolado, mas um reflexo das pressões por rentabilidade que resultaram em negligências na segurança. A intensificação do processo produtivo, impulsionada pela busca por lucratividade e

pela expectativa de alta demanda contínua por minério de ferro, aumentou a taxa de acidentes de trabalho e o risco de rompimento da barragem (Mansur et al., 2016).

O desastre do Fundão reflete um problema sistêmico no setor de mineração. O evento marcou o fim de um megaciclo das *commodities* e intensificou a dependência econômica do Brasil no setor minerador-exportador. A Samarco exemplifica uma operação que prioriza a rentabilidade e a produção em detrimento da segurança e da sustentabilidade. Nesse contexto, a responsabilidade é compartilhada entre Samarco, Vale, BHP Billiton, o Estado brasileiro, instituições financeiras e outros agentes, evidenciando a interconexão de decisões que resultam em impactos socioambientais negativos (Mansur et al., 2016).

A fragilização das políticas de proteção ambiental e a priorização do desenvolvimento econômico a qualquer custo são características do Neoliberalismo que contribuem para a intensificação dos conflitos socioambientais, como fica claro pelo caso da Samarco e tantos outros¹³ (Silva, 2015).

Dando continuidade ao trabalho aqui proposto e reconhecendo que o processo de formulação de políticas públicas fora influenciado pelas correntes de pensamento descritas, nos voltaremos ao conceito de desenvolvimento local ou regional. Silva e Marques (2020) definem o desenvolvimento regional como um processo que envolve a promoção do crescimento econômico, a redução das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida nas diferentes regiões de um país. Ainda ressaltam a necessidade de estratégias integradas de políticas de desenvolvimento regional, capazes de incorporar diferentes setores e acordos de governança inclusiva, reconhecendo a especificidade de cada lugar e evitando abordagens de desenvolvimento de "tamanho único"¹⁴ (Silva e Marques, 2020).

Já o termo Desenvolvimento Econômico Territorial (DET) foi formulado pelo *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES), que é uma instituição da Comissão

¹³ Os recentes vazamentos de óleo nos litorais brasileiros também são esquecidos e pouco compensados pelos responsáveis. Em 2011 houve o vazamento na Bacia de Campos no Rio de Janeiro e ainda mais recente, entre 2019 e 2020 foram encontrados os resquícios de um grande vazamento de petróleo cru no litoral Nordeste. Disponível em: < <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/revitalizacao-de-bacias/5-fatos-que-nao-te-contaram-sobre-a-poluicao-por-oleo-no-litoral-do-nordeste>; e <https://www.oceanoparaleigos.com/post/oleo-nas-praias-do-nordeste-5>>

¹⁴ Esse termo utilizado pelos autores se refere a modelos de desenvolvimento que sejam adaptados às realidades de cada local. De modo que não se pode importar ou implementar modelos iguais em localidades distintas.

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Senra (2010) explica que o DET tem objetivo de orientar a pesquisa e análise das políticas e instituições brasileiras que associam desenvolvimento e território. Este termo descreve a habilidade de uma comunidade local em estabelecer objetivos coletivos de avanço material, equidade, justiça social e sustentabilidade, além de mobilizar os recursos necessários para alcançá-los. Este conceito destaca a relevância da participação ativa dos atores locais na promoção do desenvolvimento de suas regiões, buscando um equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental (Senra, 2010).

Senra (2010) destaca vários aspectos cruciais das políticas municipais relacionadas ao DET. Ele ressalta o papel fundamental dos municípios como elos nas organizações territoriais no Brasil, sublinhando sua importância para o desenvolvimento regional e sua atuação como agentes políticos na execução de políticas sociais. A participação ativa do poder executivo municipal nos processos de DET é enfatizada, assim como a necessidade de considerar as características institucionais e o porte de cada município para entender sua atuação nesse contexto. Além disso, Senra (2010) menciona os incentivos oferecidos por muitos municípios para atrair empresas, a existência do programa Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), e a relevância das políticas territoriais municipais como instrumentos essenciais para ações territoriais. Ele também aponta a importância das formas de cooperação, como consórcios privados e associações de municípios, que desempenham papéis significativos na representação política e na prestação de serviços técnicos nos territórios municipais (Senra, 2010). A tabela seguinte representa alguns aspectos relevantes do processo de regionalização do desenvolvimento.

Tabela 2: Principais políticas e instituições envolvendo os municípios e sua participação no desenvolvimento econômico local no Brasil (1990-2006).

Política/Instituição	Descrição	Participação dos Municípios
Consórcios de Segurança Alimentar e	Iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que promoveu segurança alimentar e desenvolvimento local, abrangendo 576 municípios.	Os municípios participaram como membros dos consórcios para implementar ações locais e regionais de segurança alimentar e desenvolvimento.

Desenvolvimento Local (CONSADs)		Alguns exemplos: Grande ABC (SP), Rio Miranda e Ponta Porã (MS).
Territórios Rurais Sustentáveis	Projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário que abrange 109 territórios rurais, cobrindo 34% do território nacional.	A gestão e implementação de projetos sustentáveis nos territórios rurais é feita com parceria dos governos municipais. Um exemplo é a região do Cariri Paraibano (PB) que contém 7 municípios da Paraíba.
Programa Comunidade Ativa	Iniciativa voltada para a promoção do desenvolvimento local por meio da capacitação e organização de atores sociais e implementação de arranjos produtivos locais. Responsável por criar os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS).	Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) abaixo de 0,5 participam na organização e condução dos fóruns, promovendo o desenvolvimento local integrado e sustentável. Foram 696 municípios alcançados até 2002.
Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas	Projeto que reconhece a exclusão social resultante da competitividade regional, promovendo a base socioeconômica local e regional, e a articulação de ações de diferentes níveis de governo.	Municípios são envolvidos na formulação e implementação de projetos de desenvolvimento mesorregional com participação da sociedade local visando a integração entre os entes federados para fortalecer a base socioeconômica local,
Associações de Municípios	Organizações que realizam representação política e prestam serviços técnicos, promovendo a cooperação entre municípios para execução de serviços e desenvolvimento regional.	Municípios se associam para compartilhar recursos, realizar ações conjuntas e fortalecer a representatividade política regional. São 19 associações só em Santa Catarina e são representadas no plano estadual pela Federação Catarinense de Associações de Municípios - Fecam.
Comitês de Bacias Hidrográficas (Lei Federal 9.433/97)	Estruturas de gestão ambiental e de recursos hídricos que envolvem municípios na gestão das bacias hidrográficas mobilizando 47% (2.604) dos municípios brasileiros, principalmente nas Regiões Sudeste (82%) e Sul (50%) do país.	Municípios participam na gestão integrada das bacias hidrográficas, colaborando na formulação e implementação de políticas ambientais e de uso sustentável dos recursos hídricos.

Elaboração própria com base em Senra (2010).

O período analisado por Senra (2010) contempla um recorte temporal de transformação do pensamento neoliberal com mais ênfase e influência do desenvolvimentismo. A regionalização do

desenvolvimento foi destaque nos governos do PT e a retomada de projetos com esse sentido também. Essa influência reverberou e teve impulsionadores distintos, especialmente na região litorânea do Sudeste.

Segundo Abdalla e Faria (2018) o desenvolvimento local tem sido frequentemente associado a uma abordagem *bottom-up*, que enfatiza a participação cidadã, o empoderamento local e a construção de capacidades comunitárias. Essa abordagem pode ser vista como uma alternativa à abordagem *top-down*, que enfatiza a centralização e a atração de investimentos externos para promover o crescimento econômico. No entanto, os autores também destacam que o conceito de desenvolvimento local tem sido frequentemente apropriado por empresas e governos para promover uma agenda de mercado, que enfatiza a competitividade, a eficiência e a maximização dos lucros. Essa abordagem pode levar à formação de cidades orientadas ao mercado, que priorizam as necessidades das empresas em detrimento das necessidades sociais mais amplas. Portanto, os autores sugerem que o conceito de desenvolvimento local precisa ser examinado criticamente, a fim de evitar que seja cooptado por agendas de mercado e para garantir que seja orientado para a promoção da justiça social, da equidade e do desenvolvimento sustentável (Abdalla e Faria, 2018).

A retomada do papel do Estado no desenvolvimento, fruto da influência desenvolvimentista, teve um impacto significativo na natureza e no propósito das políticas regionais no país. Porém, com a atuação do governo seguindo a agenda neoliberal, as políticas regionais foram sendo moldadas por uma lógica que submete a sua formulação a orientações dos credores do Estado (Silva, 2015). Os credores do Estado incluem instituições financeiras, investidores institucionais, empresas, organizações internacionais e outros governos, que emprestam dinheiro ao Estado em troca de juros e garantias.

Teixeira e Pinto (2012) apresentam dados que explicitam a dependência dos governos do setor financeiro no Brasil. Entre 2001 e 2007, a maior parte das receitas do sistema bancário-financeiro provinha de títulos da dívida pública interna, com a manutenção de altas taxas de juros contribuindo para o poder econômico e político desse setor. A independência operacional do Banco Central, comandado por representantes dos interesses financeiros, refletia esse poder, com a política de juros altos favorecendo o setor bancário-financeiro em detrimento de outros segmentos da economia. Durante o governo Lula, o setor bancário-financeiro manteve sua hegemonia, evidenciada pelo aumento de sua riqueza e lucros líquidos, com as taxas de lucro do setor financeiro

aumentando de 15,5% em 2003 para 25,1% em 2007, devido às altas taxas de juros e spreads bancários. A crise financeira internacional de 2008 deslegitimou parcialmente a ortodoxia econômica que sustentava essa hegemonia, mas mesmo após a crise, o setor financeiro continuou a influenciar fortemente a política econômica nacional (Teixeira e Pinto, 2012).

A lógica financeira tem um papel crucial nas decisões econômicas, influenciando a alocação de recursos, a governança corporativa e as estratégias de investimento. Com a financeirização, há uma maior interconexão entre os mercados financeiros e a economia real, aumentando a dependência de empresas e governos dos mercados financeiros para financiar suas operações e investimentos. Isso pode resultar em uma ênfase excessiva em objetivos de curto prazo, como maximização de lucros, em detrimento de metas de longo prazo, como sustentabilidade ambiental e social, como ficou evidente pelos recentes desastres naturais apresentados anteriormente, envolvendo a Vale, Petrobrás e Samarco. Além disso, a financeirização pode afetar a distribuição de recursos e poder na economia, aumentando a desigualdade e a concentração de riqueza (Gabbi e Ticci, 2014).

No caso específico de Maricá, os fatores políticos e econômicos foram de suma importância no processo de inovação em sustentabilidade. A gestão do PT na prefeitura de Maricá influenciou a priorização de políticas sociais e de desenvolvimento econômico local, por meio da criação de secretarias que aumentam a proximidade do governo local com as demandas da população. Atualmente o município conta com 32 secretarias e podemos citar alguns exemplos: Participação Popular e Direitos Humanos, Economia Solidária, Cidade Sustentável, Políticas Inclusivas, Promoção e Projetos Especiais, Habitação e Assentamentos Humanos dentre outras¹⁵.

Com o intuito de incentivar a competitividade dos territórios para torná-los mais atraentes para investimentos, muitas das demandas da localidade são deixadas de lado. Maricá, até o momento, parece tentar buscar um diálogo mais próximo entre o poder público e a população local. Essa proximidade das secretarias públicas do município com a população busca evitar que as decisões de exploração natural, produção, emprego e fluxo populacional sejam feitas à revelia e causem mais prejuízo para o desenvolvimento local. Isso pode ter um impacto na capacidade de

¹⁵ A lista completa das secretarias do município fica disponível em site eletrônico: <https://www.marica.rj.gov.br/secretarias/>.

reduzir ou mitigar as disparidades regionais herdadas do passado (Silva, 2015; Abdalla e Faria, 2019; Silva e Marques, 2020).

Beskow e Pellanda (2017) argumentam que o neoliberalismo pode ser um dilema para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, pois ele é um modelo excludente que se articula através de mecanismos ideológicos sutis que vão assumindo formas mais sofisticadas de violência, tornando a dominação contemporânea cada vez mais invisível. Essa relação do neoliberalismo com os mecanismos ideológicos é impeditiva da construção de subjetividade e conhecimento coletivo, o que pode trazer implicações fortes para o desenvolvimento regional.

2.2. Políticas Territoriais nos Governos do PT: Transformações e Legados

O Brasil figura entre os dez maiores países do mundo em extensão territorial, população e economia. No entanto, o país também enfrenta grandes heterogeneidades e desequilíbrios regionais. Esses fatores levam muitos especialistas a defenderem a necessidade de implementar políticas de desenvolvimento regional integrado, que possam pensar um projeto nacional de longo prazo (Crocomo; Guilhoto, 1998).

O desenvolvimento regional no Brasil tem sido uma preocupação constante ao longo das décadas, com esforços do Estado em implementar políticas para reduzir as desigualdades entre as regiões do país. Desde os anos 1950, o Brasil tem uma tradição consolidada em políticas regionais, que evoluíram e se aperfeiçoaram ao longo do tempo. Historicamente, a criação do Ministério do Planejamento em 1962, durante o governo do Presidente João Goulart, marcou um momento importante para o planejamento estatal deliberado. Celso Furtado, o primeiro a assumir o ministério, baseou as principais ações governamentais de planejamento econômico em suas teses, que ainda são referências importantes. Furtado (2003) acreditava no processo político para reverter a dependência que gerava desigualdades extremas entre as regiões do Brasil e que, em sua visão, era responsável pelo subdesenvolvimento do país. Por essa razão, a questão do desenvolvimento regional lhe era um tema caro e fora abordado em sua obra (Furtado, 2003).

Nos anos 1970, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II já abordavam a dimensão regional, e na década de 1980, documentos federais de políticas regionais também foram elaborados. Na década de 1990, a estratégia de eixos nacionais de integração e desenvolvimento do governo federal se fundamentou em estudos conduzidos pelo IPEA, e posteriormente, o instituto

continuou a fornecer análises significativas para a formulação da regionalização dos planos nacionais (IPEA, 2017).

Entender esse histórico é importante pois o processo de desenvolvimento regional se modificou, ao longo do tempo e foi influenciado pelo cenário em questão. Para entendermos o que inspirou e influenciou o município de Maricá a desenvolver políticas por conta própria e quais planos foram desenvolvidos no âmbito nacional para a região onde está o município o contexto do debate desenvolvimentista se faz necessário.

2.2.1. Novas Estratégias de Desenvolvimento: Da Sudene à PNDR

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada em 1959 por Celso Furtado, no governo de Juscelino Kubitschek, como parte de um esforço coordenado de reflexão, planejamento e criação institucional para promover o desenvolvimento do Nordeste do país (Colombo, 2020). Ao longo dos anos, a Sudene desempenhou um papel importante na implementação de políticas de desenvolvimento regional na região, buscando reduzir as disparidades econômicas e sociais em relação às regiões mais desenvolvidas do Brasil. A criação da Sudene foi precedida por iniciativas como a Inspeção Federal de Obras contra as Secas (Ifocs) em 1909 e o Banco do Nordeste (BNB) em 1952, evidenciando a preocupação histórica do governo federal com a região Nordeste (IPEA, 2017).

As políticas regionais no Brasil foram influenciadas significativamente pelas rodadas de neoliberalização desde os anos 1980. A primeira rodada focou em ajuste fiscal, abertura comercial e desregulação financeira, inspirada por políticas adotadas no Chile e no Reino Unido. O objetivo era reduzir o tamanho do Estado, cortando gastos públicos e promovendo privatizações e liberalizações, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, de 1989. Nos anos 1990, a segunda rodada reestruturou o papel do Estado, que passou a atuar como regulador e fiscalizador das atividades econômicas, transferindo responsabilidades para a iniciativa privada e criando agências reguladoras. Esta fase também incluiu o surgimento de ONGs para gerenciar atividades anteriormente sob responsabilidade estatal. A Sudene foi extinta em 2001, durante o governo de FHC, como parte de um processo de reestruturação e redução de órgãos públicos, em meio a um contexto de ajustes fiscais e reformas administrativas implementadas no Brasil nos anos 1990, em pleno auge da segunda rodada de neoliberalização (Andrade, 2019; Portugal e Silva, 2020).

A decisão de encerrar a Sudene foi motivada por uma série de fatores, incluindo a busca por redução de gastos públicos, a reorganização da estrutura administrativa do governo e a revisão de políticas setoriais e regionais. A extinção da Sudene fez parte de um conjunto de medidas adotadas na época visando a racionalização da máquina pública, com o objetivo de torná-la mais eficiente e enxuta, e para combater irregularidades (Andrade, 2019).

Em consonância com as alterações estruturantes, também vieram alterações de financiamento. A transição das políticas de financiamento regional no Brasil foi marcada pelo declínio dos fundos de investimento e o surgimento dos fundos constitucionais. Durante os anos 1980, os fundos de investimento como o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) enfrentaram diversas críticas e desafios, incluindo a má gestão e a ineficácia em reduzir as desigualdades regionais. Em resposta às deficiências observadas, foi criada a Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais (Comif), que, em 1985, apontou a necessidade de maior controle e avaliação dos investimentos (Portugal e Silva, 2020).

Com a promulgação da Constituição de 1988, foram instituídos os fundos constitucionais de financiamento para as regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). A Lei Complementar nº 7.827 de 1989 regulamentou esses fundos, direcionando o crédito preferencialmente para pequenos produtores e empresas locais, com o objetivo de promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. As superintendências regionais, que antes gerenciavam os fundos de investimento, passaram a ter um papel reduzido, com a gestão dos fundos constitucionais transferida para os bancos de desenvolvimento regional. Estas leis e decretos exemplificam as mudanças normativas que moldaram o financiamento e a gestão das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, refletindo uma evolução do modelo baseado em fundos de investimento para um enfoque mais descentralizado e orientado ao desenvolvimento sustentável e competitivo das regiões menos desenvolvidas. A tabela a seguir apresenta as principais alterações que marcaram o modelo de financiamento das políticas regionais do país, no âmbito federal.

Tabela 3: Leis e decretos que marcaram a transição dos fundos de investimento para os fundos constitucionais.

Lei/Decreto	Alterações
-------------	------------

Decreto nº 91.158/1985	Designação para avaliar a eficácia dos fundos de investimento como Finam e Finor, visando aumentar sua eficiência.
Lei Complementar nº 7.827/1989	Regulamentação dos fundos constitucionais, direcionando crédito para pequenos produtores e empresas locais.
Lei nº 8.034/1990	Suspensão temporária dos fundos de investimento.
Lei nº 8.167/1991	Reintrodução dos fundos de investimento com novas mudanças gerenciais e administrativas.
Lei nº 9.532/1997	Redução gradual das alíquotas dos incentivos fiscais até 2013, sinalizando a extinção dos fundos de investimento.

Fonte: PORTUGAL E SILVA, (2020). Elaboração do autor

Já, a partir dos anos 2000, ocorreu a terceira rodada, que tentou equilibrar a presença do Estado com políticas de mercado, introduzindo programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR¹⁶), que buscavam reduzir as desigualdades socioespaciais e promover um desenvolvimento mais equilibrado. O Estado foi reposicionado como facilitador e catalisador do desenvolvimento econômico e social, influenciado por teorias neo-institucionalistas (Andrade, 2019; Portugal e Silva, 2020).

Após a extinção da Sudene em 2001, a superintendência foi posteriormente recriada durante o primeiro governo Lula, como parte dos esforços para fortalecer as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, especialmente na região Nordeste. A recriação da Sudene foi mencionada como parte do programa de governo que se comprometia em formular e implementar uma política nacional de desenvolvimento regional. Além disso, a proposta do Plano Plurianual (PPA 2003-2007) tinha como objetivo a redução das desigualdades regionais do país, destacando uma preocupação especial com o Nordeste Semiárido e com a Amazônia nos discursos do presidente eleito (Brasil, 2004b).

¹⁶ O Decreto nº 6.047/2007 institui a PNDR, com o objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e promover equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. A PNDR orientou programas e ações federais, focando na inclusão social, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica. As estratégias envolvem estimular processos de desenvolvimento regional em múltiplas escalas e articular ações que melhorem a distribuição de recursos públicos e investimentos, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A data da recriação da Sudene coincide com a ascensão do governo do PT no município de Maricá. A eleição do governo do PT em Maricá ocorreu em meio a transformações no cenário político nacional. Compreender o contexto político nacional e a influência gerada no local é crucial para entender a consolidação de políticas públicas como a Renda Básica de Cidadania (RBC) e a criação do Banco Mumbuca e da moeda local Mumbuca. Washington Luiz Cardoso Siqueira, "Quaquá", foi eleito prefeito em 2008 e começou a desenhar essas e outras políticas para o local, em conjunto com os legisladores do município.

O cenário econômico brasileiro no início do século XXI melhorou significativamente. Puxado pelo contexto externo ascendente e permitindo ao Estado retomar políticas de desenvolvimento, incluindo as regionais. Em 2003, o governo federal do PT propôs sua primeira política de desenvolvimento regional, buscando superar limitações anteriores, como a falta de convergência das rendas estaduais, a concentração de recursos em áreas metropolitanas do Norte e Nordeste, a inadequação das propostas para o semiárido nordestino e a Amazônia. Essa nova política visava reduzir desigualdades¹⁷ regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades (Brasil, 2004b).

A PNDR, nas suas fases I e II, adota princípios de transparência, participação social, territorialidade, capilaridade no território e transversalidade das políticas, ampliando seu alcance e desafios de eficácia e eficiência. Ela tem como foco o semiárido nordestino, regiões de fronteira e áreas com declínio populacional. Seu objetivo era principalmente a elevação de renda per capita e maior equidade entre as regiões do país, o estímulo da competitividade produtiva e a diversificação econômica e fortalecimento de cidades médias. Ao longo do período, acabou enfrentando limitações financeiras e organizacionais, com restrições nos fundos de desenvolvimento regional e coordenação inadequada com governos subnacionais, dependendo de políticas nacionais universais para seu sucesso (IPEA, 2017b).

Vale pontuar que a PNDR apresenta uma abordagem distinta das políticas anteriores de desenvolvimento regional, pois é composta por uma série de programas com diferentes escalas

¹⁷ Alguns dados mostram que a estratégia de desenvolvimento dos anos do PT foi bem-sucedida, do ponto de vista social. Indicadores como a queda do desemprego que chegou em cerca de 5% em 2014, em algumas regiões metropolitanas, o aumento do rendimento médio real, que praticamente duplicou de 2001 a 2014, e a redução do índice de Gini de 0,6 nos anos 1990 para 0,53 em 2014, demonstram avanços sociais significativos. Além disso, a pobreza extrema foi reduzida de 29 milhões de pessoas em 1992 para pouco mais de 10 milhões em 2012 (IPEA, 2017).

territoriais de incidência e não cabe pormenorizar os detalhes de todos estes programas. No entanto, é interessante para a análise em questão que esses programas têm o objetivo de promover trajetórias de desenvolvimento mais equilibradas entre as regiões do Brasil, incluindo os municípios. A PNDR adota novas escalas para o planejamento e execução de projetos, como as mesorregiões diferenciadas, com critérios técnicos bem definidos para todo o território nacional. Isso permite detectar dinâmicas de desenvolvimento e estagnação em diferentes contextos microrregionais do país, orientando a ação governamental para o desenvolvimento regional de forma mais eficaz. A PNDR é considerada a primeira experiência verdadeiramente nacional de desenvolvimento regional, com foco de atuação diferenciada de acordo com as realidades inter e intrarregionais em todo o território brasileiro, buscando promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo em todos os níveis, incluindo os municípios (Silva, 2016; IPEA, 2017b).

De maneira semelhante ao que acontece no município de Maricá, onde as políticas são financiadas pelo Banco Mumbuca, em uma escala completamente distinta, o PNDR é financiado por bancos públicos. Vale destaque a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se relaciona com as estratégias de redução das desigualdades regionais propostas pela PNDR de diversas formas. Seja como mecanismo de financiamento do desenvolvimento regional, conforme estabelecido pela PNDR. O BNDES desempenha um papel estratégico na implementação das políticas de desenvolvimento regional, buscando estimular o crescimento econômico e reduzir as disparidades entre as diferentes regiões do Brasil (Silva, 2016; Quaglio e Paiva, 2017).

Quaglio e Paiva (2017) apontam que a efetividade do BNDES no contexto da PNDR envolve não apenas adotar o discurso de tipologia microrregional, mas também atuar ativamente nas regiões que precisam de estímulos para desenvolver suas potencialidades. Isso inclui direcionar recursos financeiros e promover investimentos que fortaleçam a economia local, gerem empregos e aumentem a competitividade regional. A conformidade entre a atuação do BNDES, suas linhas de financiamento e os desembolsos com as estratégias de redução das desigualdades regionais é essencial para garantir uma alocação eficiente e equitativa dos recursos, contribuindo para diminuir as disparidades econômicas e sociais no país (Quaglio e Paiva, 2017).

Tanto o BNDES quanto um banco municipal têm a capacidade de atuar como agentes financeiros estratégicos que direcionam recursos para projetos e iniciativas que visam promover o

desenvolvimento econômico e social em regiões específicas. Ambos os mecanismos de financiamento podem oferecer crédito em condições favoráveis, como taxas de juros atrativas e prazos adequados, com o objetivo de incentivar o investimento em setores estratégicos e impulsionar a atividade econômica local. Além disso, tanto o BNDES quanto um banco municipal podem estabelecer parcerias com instituições locais, governos regionais e outros agentes para maximizar o impacto dos recursos disponibilizados e garantir a efetividade das ações de desenvolvimento. Apesar de operarem em escalas diferentes - o BNDES em nível nacional e um banco municipal em uma área geograficamente mais restrita - ambos os mecanismos têm o potencial de contribuir para a redução das desigualdades regionais, o estímulo ao crescimento econômico local e a promoção do desenvolvimento sustentável em suas respectivas áreas de atuação (Silva, 2016; Quaglio e Paiva, 2017).

Mais adiante veremos que alguns índices do município indicam uma relativa melhora, ou senão, uma manutenção positiva, dado o aumento expressivo da população. A calibragem e acompanhamento desse tipo de política é complexa e sujeita a influências diversas, mas, até aqui, deve estar clara que a influência da regionalização dos investimentos também chegou no município.

2.2.2. Petrobras e o Pré-sal: Impactos no Desenvolvimento Regional do Rio de Janeiro

Importa ressaltar que o uso das empresas públicas como instrumentos de desenvolvimento, especialmente a Petrobras, é o principal pomo da discórdia entre neodesenvolvimentistas e neoliberais no Brasil. Sob a perspectiva neodesenvolvimentista, a Petrobras desempenha um papel central no fomento ao desenvolvimento econômico e social do país, alinhando-se com políticas que buscam a redução da dependência externa e o fortalecimento da indústria nacional. A criação da Petrobras em 1953, durante o período de industrialização e substituição de importações, foi um marco estratégico para consolidar a autonomia energética e impulsionar a economia brasileira.

Hoje, além das bacias de Campos e Santos, a Petrobrás é responsável pela exploração e produção de petróleo e gás em outras 17 bacias importantes no Brasil. No total, há mais de 100 plataformas de produção instaladas (Petrobrás, 2022). O mapa seguinte demonstra os locais onde a empresa opera no país:

Figura 1: Pontos de exploração de petróleo da Petrobrás (2022)



Pontos de exploração da Petrobrás (2022), obtido em: <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/exploracao-e-producao>

A descoberta do Pré-sal, uma região rica em matéria orgânica acumulada há mais de 100 milhões de anos, situada entre os continentes Americano e Africano, representou um avanço significativo para o Brasil. A exploração do petróleo na camada do Pré-sal abrange uma área de aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre Santa Catarina e Espírito Santo, abrangendo as bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, totalizando cerca de 149 mil km², quase três vezes e meia o tamanho do estado do Rio de Janeiro. Essa descoberta, no final dos anos 2000, posicionou o Brasil entre os maiores produtores de petróleo do mundo, atraindo significativos investimentos públicos e privados no setor, o que fortaleceu ainda mais o papel estratégico da Petrobras no desenvolvimento nacional (Petrobrás, 2022).

O *boom* das *commodities* no início do século XXI, aliado à valorização do real frente ao dólar entre 2002 e 2012, gerou um cenário favorável para a economia brasileira. A entrada de

capital externo, atraído pelas elevadas taxas de juros e pela alta rentabilidade do capital no país, foi intensificada pela elevação dos preços das commodities no mercado internacional. Como grande produtor de matérias-primas, o Brasil se beneficiou desse contexto, consolidando sua posição no cenário econômico global (Silva, 2015).

Dessa forma, a Petrobras e a descoberta do Pré-sal exemplificam a importância das empresas públicas no contexto neodesenvolvimentista, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e do estado do Rio de Janeiro. Segundo Lima (2008), seria importante que fossem realizadas alterações no marco legal do setor petrolífero para permitir que o Estado pudesse obter uma maior parcela do resultado da produção de petróleo, especialmente no caso do petróleo produzido em blocos já licitados na área do Pré-sal. Uma das sugestões é a implementação de uma alíquota de exportação sobre o óleo cru, com possibilidade de crescimento ao longo do tempo, visando incentivar as empresas a refinar o petróleo no Brasil. Além disso, o estudo destaca a importância da tributação e participação governamental na arrecadação de recursos provenientes da exploração do Pré-sal (Lima, 2008).

Embora a descoberta do Pré-sal tenha aberto novas possibilidades, nem todas foram positivas. Grandes empresas e corporações envolvidas na cadeia de produção petrolífera passaram a se interessar intensamente por essa nova fonte de mercadoria. Isso, mais uma vez, gerou conflitos com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Como mencionado anteriormente, apesar da preocupação com o aprimoramento da infraestrutura voltada ao desenvolvimento industrial do país, projetos como o PAC 1 e PAC 2 lançaram grandes iniciativas com significativo impacto ambiental, como hidrelétricas, desencadeando conflitos sobre as prioridades de desenvolvimento. Na exploração de poços de petróleo na costa brasileira, a política favoreceu setores da burguesia interna, como mineração e agronegócio, em detrimento de trabalhadores e comunidades rurais. Isso gerou críticas sobre a sustentabilidade e a justiça social das políticas, refletindo um conflito contínuo entre crescimento econômico e preservação ambiental (Costa; Khan, 2014).

Uma das consequências da exploração do Pré-sal no litoral fluminense e que trouxe impactos sociais e ambientais foi a implantação do emissário terrestre e submarino, que tem o objetivo de transportar o efluente industrial do COMPERJ até a praia de Itaipuaçu, no município de Maricá. Entre os principais impactos identificados, destaca-se a preocupação dos pescadores

locais com o afugentamento de espécies e a consequente alteração na renda devido à implantação do emissário submarino. Além disso, durante a fase de implantação do emissário foi prevista a ocorrência de revolvimento dos sedimentos, contribuindo para o aumento da turbidez e afetando a camada fótica, o que poderia resultar em alterações na comunidade planctônica marinha. Outro impacto relevante seria a possibilidade de processos erosivos e alterações no uso e ocupação do solo devido à abertura de valas e escavações necessárias para a instalação do emissário. Adicionalmente, a operação do emissário poderia impactar negativamente o turismo na região, sendo considerado um impacto indireto, permanente e de longo prazo (Sad e Santos, 2022).

Segundo Noronha et al. (2018), há anos os incidentes marítimos com petroleiros aumentaram a atenção global para a poluição marinha, resultando em conferências internacionais e normas como a Convenção de Londres de 72/73 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. Esses vazamentos de óleo no mar levantam questões políticas e de planejamento, levando à criação de convenções internacionais, como a *International Convention for the Prevention of Pollution of the Sea by Oil* (OILPOL) em 1958, adaptadas para enfrentar os desafios da indústria do petróleo.

Esses debates sublinham a importância de regulamentações e ações para mitigar os impactos ambientais das atividades humanas, especialmente na indústria do petróleo¹⁸. As regulamentações incluem a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo de 1969 (CLC/69), a MARPOL 73/78 e a OPRC/90, que estabelecem diretrizes para prevenir e responder a incidentes de poluição por óleo, promovendo a cooperação internacional e a proteção do meio ambiente marinho, além de legislações nacionais específicas (Noronha et. al. 2018).

Noronha et al. (2018) detalham como as ações humanas têm o potencial de afetar irreversivelmente os processos naturais, acelerando, retardando ou alterando-os. Os autores destacam a importância de entender os processos físicos, ecológicos e sociais para avaliar como as atividades humanas impactam a dinâmica ambiental. Eles diferenciam conceitos de impactos e

¹⁸ Noronha et. al. (2018) aborda desde o primeiro grande desastre envolvendo o petroleiro Torrey Canyon em 1967, até o mais recente vazamento na Baía de Guanabara em 2000. Entre esses incidentes, incluem-se os acidentes com os navios Argo Merchant em 1976, Amoco Cadiz em 1978, Exxon Valdez em 1989, Erika em 1999 e Prestige em 2002. Estes eventos catastróficos desencadearam a criação de convenções e regulamentações internacionais para prevenir e mitigar os impactos ambientais.

aspectos ambientais, esclarecendo que os aspectos se referem às diversas maneiras como uma ação humana pode ser observada, enquanto os impactos são as mudanças forçadas no ambiente resultantes dessas ações. Isso explica que os aspectos ambientais são elementos das atividades que podem interagir com o meio ambiente.

A legislação brasileira define impacto ambiental como qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, afetando a saúde, segurança, bem-estar da população, atividades sociais e econômicas, a biota, condições estéticas e sanitárias, e a qualidade dos recursos ambientais (Brasil, 1986). Embora o termo impacto ambiental muitas vezes tenha conotação negativa, ele também pode ter implicações positivas, dependendo do contexto. Pelas razões apresentadas, os princípios da prevenção e precaução são essenciais para a gestão ambiental, enfatizando a importância de adotar medidas antecipadas para evitar danos ao meio ambiente. A aplicação desses princípios está ligada ao estudo de impacto ambiental, que visa diagnosticar e definir meios para evitar riscos ambientais (Noronha et al., 2018).

O Princípio da Precaução é crucial na proteção ambiental frente aos impactos do Pré-sal, pois busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que os recursos naturais sejam utilizados de forma responsável para beneficiar tanto as gerações presentes quanto futuras. Este princípio enfatiza a importância de considerar os benefícios imediatos da extração de petróleo, como geração de empregos e riqueza, bem como os impactos ambientais a longo prazo. As atividades relacionadas ao Pré-sal devem ser conduzidas de maneira sustentável, preservando os ecossistemas marinhos, mitigando a poluição e promovendo o uso racional dos recursos. Assim, é possível equilibrar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, garantindo a qualidade de vida das atuais e futuras gerações (Lamounier e Medeiros, 2012).

Lamounier e Medeiros (2012) apontam que a exploração do Pré-sal apresenta uma série de potenciais impactos no meio ambiente e na sociedade. Do ponto de vista ambiental, a atividade pode resultar em danos significativos aos ecossistemas marinhos, com riscos de vazamentos de petróleo e contaminação dos solos e da água. Além disso, as emissões de gases de efeito estufa associadas à extração e transporte do petróleo podem contribuir para as mudanças climáticas. Em relação aos impactos sociais, embora a exploração do Pré-sal possa gerar empregos e aumentar a

arrecadação de *royalties*, também pode trazer desafios como pressão sobre infraestruturas locais, especulação imobiliária e desigualdades sociais, segundo os autores.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (Conleste) é discutido como um elemento central na reorganização regional em torno do COMPERJ. Carvalho (2012) destaca que o Conleste foi criado como uma resposta institucional para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades decorrentes do COMPERJ. Esse consórcio reúne 13 municípios¹⁹, incluindo Maricá, com o objetivo de desenvolver soluções integradas para questões comuns, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico, infraestrutura e gestão de recursos naturais. A criação do Conleste representa uma nova forma de governança regional, buscando superar a visão tradicional da cidade como uma unidade isolada e promovendo a ideia de "cidade-região" ou "rede regionais de cidades" (Carvalho, 2012, p. 320). Haesbaert (2010) e Vainer (2001) apud. Carvalho (2012) discutem a importância de compreender os processos sociais e econômicos em uma perspectiva de múltiplas escalas. Neste sentido, o Conleste exemplifica essa abordagem ao promover a cooperação entre municípios para enfrentar desafios comuns e fomentar o desenvolvimento regional de maneira integrada. O consórcio é visto como um novo marco para a gestão regional, evidenciando a necessidade de coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo (Carvalho, 2012, p. 321).

¹⁹ Os municípios que fazem parte do Conleste são: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá, Casimiro de Abreu, Magé, Nova Friburgo e Teresópolis.

Figura 2: Mapa Regional do Conleste



Imagem extraída do Fórum CONLESTE, obtida no estudo de Carvalho (2012) p.330 v.2.

Além disso, o Conleste tem potencial para transformar as dinâmicas de poder na região, ampliando a participação popular e fortalecendo a democracia local. No entanto, há riscos de que essas iniciativas sejam cooptadas por interesses econômicos e políticos, o que poderia limitar a eficácia dos processos participativos e perpetuar desigualdades existentes (Carvalho, 2012, p. 322). Em resumo, o Conleste é um instrumento crucial para a gestão integrada e o desenvolvimento sustentável da Região Leste Fluminense, representando uma tentativa de institucionalizar a cooperação regional e promover uma governança mais democrática e inclusiva. Contudo, a autora enfatiza a necessidade de vigilância constante para garantir que os processos participativos sejam efetivos e não sejam manipulados por interesses particulares.

Um dos principais avanços destacados é a promoção da cooperação entre os 13 municípios que compõem o consórcio. Esta cooperação tem sido essencial para enfrentar desafios comuns e aproveitar oportunidades de desenvolvimento regional. O consórcio permite uma gestão mais integrada e eficiente de recursos, bem como a implementação de políticas públicas de forma coordenada, o que é fundamental para a região que enfrenta impactos significativos devido ao

COMPERJ. Outro avanço significativo, segundo Carvalho (2012) é a melhoria da infraestrutura regional. O Conleste tem sido importantíssimo na captação de recursos e investimentos para a construção e melhoria de rodovias, saneamento básico e outras infraestruturas essenciais. Estas melhorias têm facilitado o desenvolvimento econômico, atraindo novas empresas e promovendo a criação de empregos na região. A integração das políticas de desenvolvimento urbano e econômico tem sido crucial para mitigar alguns dos impactos negativos associados ao crescimento acelerado impulsionado pelo COMPERJ (Carvalho, 2012).

Carvalho (2012) também destaca os avanços na governança regional promovidos pelo Conleste, incentivando a participação dos municípios nas decisões estratégicas e na formulação de políticas públicas. Esta participação mais ativa e colaborativa entre os municípios é um passo importante para fortalecer a democracia local e assegurar que as necessidades e prioridades de cada município sejam consideradas. A criação de fóruns e conselhos intermunicipais é uma das estratégias utilizadas pelo consórcio para garantir que a governança seja mais inclusiva e representativa.

Na área de sustentabilidade, o Conleste tem trabalhado para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, a gestão de resíduos e a proteção dos recursos hídricos são alguns exemplos de iniciativas que buscam assegurar que o crescimento da região não comprometa seu patrimônio ambiental. A articulação de políticas ambientais integradas é vista como um avanço significativo na promoção de um desenvolvimento mais sustentável na região. Apesar destes avanços, Carvalho (2012) ressalta que existem desafios significativos que ainda precisam ser enfrentados. A distribuição equitativa dos benefícios econômicos, a mitigação dos impactos sociais negativos e a continuidade da participação ativa da sociedade civil são pontos críticos que necessitam de atenção constante (Carvalho, 2012).

A implantação do Conleste e do COMPERJ impactou não apenas o município de Itaboraí, mas também os municípios limítrofes onde foram instaladas estruturas para atender esse megaempreendimento. Essa infraestrutura, além de alterar significativamente a paisagem e a dinâmica ambiental da região, gerou preocupações sobre os possíveis impactos socioambientais, como a deterioração da qualidade da água nas proximidades do ponto de lançamento e a concentração de substâncias nocivas no ambiente marinho. A comunidade pesqueira local, que

depende diretamente do ambiente natural para sua subsistência, foi uma das mais afetadas, expressando preocupações com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade de suas atividades (Sad e Santos, 2022).

Com o intuito de desenvolver a região e respeitar o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, apresentaremos na próxima sessão algumas iniciativas destinadas a mitigar as consequências da exploração de petróleo, uma atividade intensiva em carbono e que tem consequências ambientais para o litoral fluminense.

2.3. Maricá: Inovação e Sustentabilidade no Desenvolvimento Local

É no contexto de transformações no âmbito político nacional que se dá a eleição do governo do PT em Maricá. O entendimento do cenário político do município é fundamental para compreender como as políticas públicas locais, como a RBC e a criação da moeda local Mumbuca, foram consolidadas. Ao longo dos últimos quinze anos, o município tem sido governado pelo PT.

O debate acerca do desenvolvimento do país teve influências significativas na questão da moradia em Itaboraí. Sob a lógica Neoliberal, a moradia é tratada como uma mercadoria sujeita às leis do mercado, o que resulta em especulação imobiliária e aumento dos preços dos imóveis, excluindo grupos de baixa renda do acesso à moradia adequada. Este modelo acentua as desigualdades socioespaciais, com a proliferação de condomínios privados e empreendimentos de luxo fragmentando o território urbano e intensificando a segregação social.

A ênfase nas parcerias público-privadas, mais características do neoliberalismo, influencia a forma como projetos habitacionais são desenvolvidos, com maior participação do setor privado na provisão de moradia, impactando a acessibilidade e a qualidade da habitação. Esta abordagem pode priorizar lucros sobre necessidades sociais, resultando em habitações que não atendem adequadamente às demandas da população de baixa renda, exacerbando problemas como a informalidade e a precariedade habitacional (Cardoso, 2019).

Por outro lado, o Desenvolvimentismo apresenta uma perspectiva diferente para a questão habitacional. Ele defende a intervenção estatal para garantir o acesso à moradia adequada, buscando equilibrar crescimento econômico e equidade social. Em Itaboraí, essa abordagem pode se manifestar em políticas públicas que promovem a construção de moradias populares e a regularização fundiária, visando reduzir a desigualdade socioespacial. A atuação do Estado na

provisão de habitação pode envolver investimentos diretos em infraestrutura urbana, saneamento e serviços públicos, melhorando a qualidade de vida das comunidades de baixa renda. Além disso, o Desenvolvimentismo pode fomentar a criação de programas habitacionais que priorizam a inclusão social e a sustentabilidade, buscando integrar áreas urbanas segregadas e proporcionar um desenvolvimento urbano mais equilibrado e justo, o que não foi detectado na região, até então.

Em Itaboraí, a questão da valorização da terra está associada a diversos conflitos que permeiam o cenário urbano da região. Um dos principais conflitos diz respeito à disputa pelo uso do solo, especialmente em áreas que estão passando por processos de desenvolvimento e valorização imobiliária, como é o caso de regiões próximas a grandes empreendimentos ou infraestruturas. Essa disputa muitas vezes envolve interesses diversos, como especuladores imobiliários, proprietários de terras, investidores, órgãos públicos e a população local, resultando em conflitos de interesses e na pressão por mudanças nas normativas urbanísticas para acomodar diferentes usos do solo. Os conflitos de terra em Itaboraí foram intensificados principalmente a partir do estabelecimento do COMPERJ na região, em 2006, para explorar o Pré-Sal (Cardoso, 2019).

Além disso, Cardoso (2019) aponta que 2007 e 2014, a população de Itaboraí cresceu 32%, passando de aproximadamente 197 mil habitantes para cerca de 260 mil, impulsionada pelo desenvolvimento do COMPERJ. Durante este período, o preço médio dos imóveis residenciais aumentou significativamente, com o valor do metro quadrado crescendo até 200% em algumas áreas. Houve um aumento substancial nos investimentos em infraestrutura urbana, resultando na construção de novos bairros e empreendimentos habitacionais para acomodar os trabalhadores do COMPERJ. No entanto, a rápida expansão populacional e a especulação imobiliária levaram a desafios como a proliferação de habitações irregulares, ocupações informais e deficiências em serviços públicos essenciais como saúde, educação e saneamento (Cardoso, 2019).

Essas diferenças refletem abordagens opostas em termos de política habitacional: enquanto o Neoliberalismo enfatiza o mercado e a iniciativa privada, frequentemente exacerbando desigualdades e exclusões, o Desenvolvimentismo propõe uma atuação mais robusta do Estado para garantir que a moradia seja tratada como um direito social fundamental, promovendo políticas que visam a inclusão e a justiça social. A aplicação dessas duas abordagens pode ser observada nas

dinâmicas habitacionais e nas intervenções urbanísticas, influenciando de maneira distinta o acesso à moradia e a configuração socioespacial do município vizinho de Maricá.

O mapa a seguir mostra a região afetada pelo COMPERJ fazendo uma diferenciação entre os níveis de influência que o projeto exerce no município.

Figura 3: Localização do COMPERJ e municípios afetados



Fonte: SOUZA et. al. (2019), Pg. 358.

Pela proximidade dos municípios, Maricá também fora afetado pelo projeto. Houve uma grande atração de trabalhadores e investidores para a região em busca de oportunidades de emprego e negócios, o que resultou em um aumento da demanda por moradia e em um crescimento demográfico expressivo. Esse influxo populacional acelerou o processo de urbanização, levando ao surgimento de novos empreendimentos imobiliários e à expansão da malha urbana através de condomínios e conglomerados de residências.

Entre 2008 e 2023, o município de Maricá passou por um significativo crescimento em termos de habitação. Em 2010, o Censo do IBGE registrou aproximadamente 47.000 domicílios particulares permanentes em Maricá. Este número cresceu consideravelmente ao longo dos anos, atingindo cerca de 89.000 residências visitadas em 2023 durante as ações de combate à dengue realizadas pela prefeitura (Prefeitura de Maricá, 2024; IBGE, 2024).

Esse aumento é reflexo das políticas públicas implementadas na cidade, como o programa habitacional MCMV, a construção de novos condomínios e a expansão urbana em áreas previamente subdesenvolvidas. As iniciativas incluem projetos como o condomínio Carlos Marighella, construído em 2015, que acrescentou 2.932 unidades habitacionais ao município (Souza, 2019; Seabra e Rocha-Leão, 2020).

Fica claro que a presença do COMPERJ estimulou a valorização da terra e dos imóveis nas áreas próximas ao complexo petroquímico, atraindo investidores e especuladores imobiliários interessados em aproveitar as oportunidades de valorização. Esse fenômeno contribuiu para a fragmentação territorial dos municípios, com a destinação da produção imobiliária principalmente para as faixas de renda média e alta, e para a intensificação dos conflitos fundiários e habitacionais na região.

É importante considerar que tal projeto também gerou controvérsias e impactos ambientais, como salientado por Cardoso (2019), pondo em xeque a real contribuição do empreendimento para a promoção da sustentabilidade na região. Além disso, a interrupção e reestruturação do projeto ao longo dos anos podem ter afetado a previsibilidade dos recursos financeiros provenientes desse empreendimento para investimentos em projetos sustentáveis em Maricá.

Portanto, embora a presença do COMPERJ possa ter proporcionado um potencial aumento no financiamento para projetos de sustentabilidade em Maricá, Itaboraí e demais municípios é necessário considerar os diversos aspectos envolvidos, incluindo os impactos socioambientais e a estabilidade do empreendimento, para avaliar de forma abrangente o impacto desse complexo petroquímico no financiamento de iniciativas sustentáveis no município, fatos que extrapolam o espaço deste estudo.

No entanto, a ênfase em projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico nem sempre esteve alinhada com uma abordagem abrangente de sustentabilidade, o que pode ter limitado a inovação em práticas mais sustentáveis no município. A falta de integração entre as esferas de governo, a burocracia e a influência de interesses contrários a medidas ambientais mais rigorosas também podem ter impactado a capacidade de Maricá de implementar iniciativas inovadoras em sustentabilidade.

Para garantir a perenidade dessas políticas, um dos mecanismos centrais é a diversificação das fontes de financiamento. Embora os *royalties* do petróleo tenham sido essenciais para viabilizar muitos projetos, a dependência desse recurso pode se tornar um risco no futuro. Como veremos adiante, o município vem reduzindo o seu nível de dependência desse recurso através de investimentos públicos em iniciativas sustentáveis e que ampliam a base de arrecadação municipal. O fortalecimento das capacidades estatais, tanto no aspecto técnico quanto no administrativo, desempenha um papel importante na continuidade das políticas públicas. A formação de servidores capacitados e a institucionalização de práticas de gestão inovadoras, como vem sendo feito pelo ICTIM, são fundamentais para garantir que essas políticas sejam mantidas, mesmo com mudanças no cenário político.

Além disso, o desenvolvimento de uma economia local mais diversificada pode distribuir melhor a demanda por habitação e infraestrutura, evitando a concentração excessiva em certas áreas da cidade evitando um boom populacional descontrolado, que pode ser impulsionado por programas sociais e pela especulação imobiliária. A combinação dessas estratégias ajudará a manter o crescimento populacional sob controle, preservando a qualidade de vida dos moradores e o equilíbrio ambiental

Pedote et al. (2022) destaca fatores essenciais para a construção de capacidades estatais que corroboram com os aspectos fundamentais no desenvolvimento de políticas públicas, consolidando capacidades estatais significativas no município de Maricá. A consolidação de capacidades políticas, que permitiram a implementação da RBC e outras políticas inovadoras, foi viabilizada pela eleição de "Quaquá" e pela gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), fortalecendo a governança municipal (Pedote et. al., 2022).

A "autonomia inserida", conforme descrita por Evans (1995), é visível no esforço da gestão pública de Maricá em promover parcerias com setores privados e buscar soluções inovadoras sem renunciar ao controle estatal sobre as políticas centrais de desenvolvimento. O Estado, representado pela gestão municipal, mantém uma relação próxima com atores econômicos e sociais, como no caso da parceria para os projetos da Biotec, SANEMAR e Codemar, que buscam trazer soluções tecnológicas para os desafios urbanos. Dessa forma, o município consegue direcionar seus recursos e capacidades para a promoção de um desenvolvimento socioambientalmente responsável.

2.4. Contexto Socioeconômico de Maricá e as empresas públicas

Em 2008, antes da chegada do PT, o município de Maricá apresentava os seguintes dados, segundo o IBGE: a população residente era de aproximadamente 104.000 habitantes, a área territorial era de 361,75 km² e a densidade demográfica era de cerca de 287,5 habitantes por km². O IDHm era de 0,765, classificando-o como médio. A taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos era de 96,4%, enquanto a taxa de mortalidade infantil era de 18,5 óbitos por mil nascidos vivos. A média salarial dos trabalhadores em Maricá era de aproximadamente 1,5 salários-mínimos por mês. Segundo o Tesouro Nacional, as receitas orçamentárias realizadas somaram aproximadamente R\$ 78 milhões, enquanto as despesas empenhadas totalizaram cerca de R\$ 76 milhões. Esses dados refletem um município em desenvolvimento, com potencial para crescimento econômico e social (IBGE, 2023; Tesouro Nacional, 2023; Portal Maricá, 2021).

Já no ano de 2021, a média salarial mensal em Maricá-RJ atingiu 2,3 salários-mínimos. Quando comparado com outros municípios do estado, Maricá ocupava a 20^a posição de 92 em termos de média salarial e a 52^a posição em termos de taxa de ocupação. Ao ampliar a análise para o âmbito nacional, o município estava na 958^a posição de 5570 em média salarial e na 1927^a posição em taxa de ocupação, se comparado com os municípios brasileiros (IBGE, 2023).

Quanto ao percentual de receitas externas em 2015, atingiu 77,8%, classificando-se na 38^a posição no âmbito estadual e na 3.993^a posição nacional. Logo, o município apresenta uma economia que se desenvolve muito rápido, ao mesmo tempo que a capacidade de geração de empregos não acompanha a velocidade do crescimento da economia que se baseia principalmente nas receitas do petróleo (IBGE, 2023). O fato de o município apresentar uma população atual de aproximadamente 223.938 habitantes, refletindo um crescimento significativo de 54,87% em relação ao Censo de 2010, quando a população era de 127.461 pessoas, mostra que mesmo com um crescimento vertiginoso da população, ele pôde manter os índices nos mesmos níveis com uma população significativamente maior.

De acordo com Rodrigues e Neumann (2021), com base nos dados da Rais, que registra estabelecimentos e empregos na economia formal, entre os dez municípios fluminenses que mais recebem repasses oriundos da exploração de petróleo e gás, Maricá foi a cidade que apresentou o maior crescimento no emprego formal, com um aumento de 83% nos últimos dez anos (entre 2010

e 2019). O número de estabelecimentos também cresceu 12,3%, um valor próximo ao de Niterói (12,8%), a segunda cidade que mais recebeu *royalties* e participações especiais no período. Contudo, Maricá possui uma base empresarial frágil, predominantemente ancorada em serviços de baixa especialização e sem uma base industrial significativa. Em 2019, havia 3.314 estabelecimentos registrados na Rais, dos quais 55% (1.815) não possuíam funcionários e outros 27% tinham entre um e quatro empregados. As empresas locais em Maricá são caracterizadas por uma baixa qualificação e dinamismo, com 35% das empresas atuando no setor de comércio, um percentual superior à média regional (Rodrigues e Neumann, 2021).

O emprego formal em Maricá não parece ser resultado de um novo dinamismo econômico, apesar do expressivo aumento de microempreendedores individuais, que passou de 3.095 em 2012 para 11.852 em junho de 2021, um crescimento de 280%, superando o ritmo de 260% das cidades vizinhas do Leste Fluminense. O aumento das ocupações no comércio pode ser um reflexo positivo da criação da RBC, paga através da moeda social Mumbuca, que deve ser gasta na cidade para dinamizar a economia local. Este aumento ainda não reflete o impacto das transferências significativas registradas em 2020 e 2021 devido às políticas públicas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 (Rodrigues e Neumann, 2021).

Em 2020 e 2021, Maricá registrou crescimento no emprego formal, contrário à tendência nacional. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 2.524 novos postos de trabalho foram criados entre janeiro de 2020 e maio de 2021, enquanto no Estado do Rio de Janeiro 83 mil vagas formais foram fechadas. Nos primeiros cinco meses de 2021, Maricá gerou 1.629 novas vagas, principalmente na construção civil e nos serviços de arquitetura e engenharia, que juntos representaram quase dois terços dos empregos formais criados. Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre as políticas de transferência de renda e a formalização do emprego, a prefeitura divulga amplamente os dados do Caged e os gestores afirmam que existe uma relação de causa e efeito entre ambos (Rodrigues e Neumann, 2021).

Outro fator político recente e de extrema relevância foi a política pública de educação ambiental em Maricá. Por meio da Secretaria Municipal de Educação e conta com projetos em desenvolvimento. O município de Maricá se destacou na pesquisa do MEC por apresentar um Índice de Desenvolvimento da Educação Ambiental (IDEA) elevado na região sudeste. A pesquisa teve por finalidade investigar a efetividade das políticas públicas de educação ambiental, com vistas

a reduzir as desigualdades e injustiças sociais. A partir dos resultados da pesquisa, observou-se que o município de Maricá apresentava o maior IDEIA do Estado do Rio de Janeiro. No entanto Oliveira (2021) aponta que, apesar de existir uma política estruturada, esta não possui uma normativa mediante à Secretaria Municipal de Educação, não contando com orçamento e grande parte das práticas são feitas pelos esforços individuais de um conjunto de pessoas implicadas com a temática. A tese da autora apresenta uma análise crítica da política pública de educação ambiental em Maricá, buscando compreender os determinantes que reverberam na elaboração da política de educação ambiental e como os processos de reestruturação produtiva do território e a ação do governo local têm influência na educação ambiental desenvolvida na cidade.

2.4.1 Banco Mumbuca e a Moeda Social: Instrumentos de Inclusão e Desenvolvimento Local

A Lei Municipal Nº 2.448 de 26 de junho de 2013 instituiu o Banco Comunitário Popular de Maricá (Banco Mumbuca) e deu diretrizes para a implementação da moeda social Mumbuca. O Banco Mumbuca e a moeda social (Mumbuca) tiveram um impacto significativo no desenvolvimento local de Maricá. tiveram um impacto significativo no desenvolvimento local de Maricá. A introdução da moeda social, a Mumbuca, e do Banco Mumbuca foi parte de um programa municipal de economia solidária²⁰, com o objetivo de distribuir renda, combater a pobreza e promover o desenvolvimento econômico e social. A implementação dessas iniciativas proporcionou uma série de resultados positivos para o município dinamizando a econômica local, ampliando instrumentos de desenvolvimento local, possibilitou novos projetos no âmbito do Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁰ A economia solidária é um modelo econômico e social que valoriza a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Diferente do capitalismo tradicional, que foca no lucro e na competição, a economia solidária busca o bem-estar coletivo, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. As iniciativas incluem cooperativas, associações e empresas autogeridas, onde os membros participam democraticamente das decisões e compartilham equitativamente os resultados. Esse modelo promove a inclusão social e econômica, fortalece comunidades locais e oferece alternativas ao desenvolvimento, respeitando recursos naturais e práticas sustentáveis. Ao criar redes de cooperação, a economia solidária contribui para uma sociedade mais justa e igualitária. Mais detalhes em: < <https://fbes.org.br> >.

Barbosa (2021) aponta a importância desta política para o desenvolvimento sustentável por diversos motivos. Em primeiro lugar, a moeda social pode ser uma ferramenta para a promoção da inclusão financeira e para a redução da pobreza, uma vez que pode servir como fonte de renda para as famílias beneficiárias. Além disso, a introdução da moeda social pode aquecer a economia local e gerar aumento e diversificação na oferta de produtos e serviços, ativando as capacidades produtivas locais de maneira mais sustentável. A moeda social também pode contribuir para a construção de um senso de comunidade e para o aumento da autoconfiança individual e coletiva.

Esta política foi desenvolvida a partir de um processo participativo e colaborativo, que envolveu diversos atores locais, como a prefeitura, organizações da sociedade civil, empreendedores locais e a população em geral. O processo teve início em 2013, com a criação do Programa de Transferência de Renda Mumbuca, que tinha como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade social no município. A partir daí a prefeitura iniciou um processo de diálogo com a sociedade civil e com os empreendedores locais, com o objetivo de criar uma moeda social que pudesse complementar o programa de transferência de renda nacional (Bolsa Família) e estimular a economia local. O processo de desenvolvimento da moeda social envolveu diversas etapas, como a realização de oficinas participativas, a criação de um comitê gestor, a definição das regras de funcionamento da moeda e a criação de uma rede de estabelecimentos comerciais que aceitam a moeda. A moeda social Mumbuca foi lançada em 2017 e, desde então, tem sido utilizada como meio de pagamento em diversos estabelecimentos comerciais do município, além de ser aceita para o pagamento de serviços públicos, como IPTU e taxas de licenciamento (Barbosa, 2021).

Um fator político relevante foi a existência de líderes comprometidos com a sustentabilidade e capazes de mobilizar apoio político. Isso foi essencial para impulsionar mudanças e implementar políticas inovadoras. Neste campo, devemos destacar a importância de Washington Quaquá como um líder político local em Maricá. Além de seu próprio trabalho, Quaquá e Braga (2017), sobre a RBC, Pereira et. al. (2020), Barbosa e Rodrigues & Neumann (2021), Dias (2022) apontam-no como um agente político relevante para início de políticas inovadoras no município no sentido de recuperar o papel do Estado e dar um olhar socioambiental para as políticas locais.

A administração municipal de Maricá, portanto, ao implementar a RBC, distribuída através da moeda social Mumbuca, inovou e rompeu com o que preconiza o pensamento neoliberal. Esta

política pública visa não apenas reduzir a pobreza, mas também estimular a economia local, pois a moeda só pode ser utilizada no comércio local, fortalecendo os pequenos negócios e gerando um ciclo virtuoso de consumo e produção dentro do município. Além disso Entre 2020 e outubro de 2021, o governo municipal injetou mais de R\$ 700 milhões na economia local, 80% dos quais em forma de transferência de renda para a população, o que ajudou a manter o comércio ativo e preservou empregos (Rodrigues e Neumann, 2021).

A Mumbuca tem sido fundamental no combate à exclusão financeira, especialmente entre pessoas em situação de vulnerabilidade social que não têm acesso aos serviços bancários tradicionais. A Mumbuca permite que essas pessoas realizem transações e participem da economia local, promovendo inclusão financeira e facilitando o acesso a bens e serviços essenciais. Durante a pandemia de Covid-19, quando muitos trabalhadores informais e autônomos perderam suas fontes de renda, a Mumbuca atuou como um mecanismo de transferência de renda, oferecendo suporte complementar às famílias mais afetadas. Ao incentivar o consumo local, ela ajudou a manter a circulação de dinheiro dentro da comunidade, preservando pequenos negócios e empregos em um momento de crise, fortalecendo a resiliência econômica da cidade (Rodrigues e Neumann, 2021).

Outro aspecto importante é a ênfase no desenvolvimento local através da economia solidária. Maricá tem adotado políticas que promovem a inclusão social e econômica, como o incentivo à formação de cooperativas e o apoio ao empreendedorismo local. A criação de programas específicos para pequenos e médios empresários e a priorização de compras públicas locais são exemplos de como o município busca fortalecer sua economia de forma inclusiva e sustentável. Políticas desta natureza já estão regulamentadas desde 1971, no âmbito federal (Brasil, 1971) mas não são todas as unidades da federação que dispõe nos entes subnacionais organizações desta natureza.

Essas políticas demonstram uma abordagem que valoriza a intervenção estatal e a cooperação local, em oposição à ênfase neoliberal na desregulamentação e na redução do papel do Estado. Maricá está investindo em uma estrutura econômica e social que busca promover o desenvolvimento equitativo e sustentável, utilizando os recursos disponíveis para beneficiar diretamente sua população e fortalecer a economia local.

2.4.2. EPT: Um marco da mobilidade

A criação da Empresa Pública de Transportes (EPT) em Maricá surgiu em resposta à necessidade de um transporte público mais acessível e eficiente, refletindo as demandas históricas por tarifas justas no Brasil. A EPT foi criada com o objetivo de oferecer transporte gratuito aos moradores, promovendo a inclusão social e garantindo o direito ao transporte, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Essa iniciativa atende principalmente à população de baixa renda, facilitando a mobilidade urbana.

A criação da EPT, estabelecida pela Lei nº 2.474 de 2013 e modificada pela Lei Complementar nº 244 de 2014, alinha-se com as diretrizes da Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), que prioriza o transporte coletivo e principalmente a gratuidade. Ao oferecer transporte gratuito, a iniciativa de Maricá foi uma resposta direta às manifestações de 2013, que se iniciaram devido ao aumento das tarifas de transporte público nas cidades brasileiras. Essas manifestações expuseram a insatisfação popular com a qualidade e os custos dos serviços de transporte, levando o município a adotar uma abordagem proativa com a criação da EPT, que já conta com cerca de 135 veículos, dos quais aproximadamente 24 pertencem à empresa (Maricá, 2014b).

Embora as manifestações de 2013 tivessem como ponto de partida o aumento das tarifas de transporte, elas logo se ampliaram para criticar o governo federal, então liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo partido que governava Maricá à época. Enquanto o governo federal enfrentava uma crise de legitimidade, Maricá adotava uma postura inovadora e direta com a criação da EPT, não apenas atendendo às demandas por transporte público de qualidade, mas também reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e inclusão social. A ação de Maricá pode ser vista como uma tentativa de reconectar-se com a base popular e de fundamentação desenvolvimentista, puxada pelo Estado.

Além disso, em 2019, a Lei nº 2.862 criou o sistema de bicicletas compartilhadas “vermelhinhas”, sob responsabilidade da EPT, que disponibiliza gratuitamente 250 bicicletas distribuídas em 25 estações ao longo da cidade (Maricá, 2019). Essa iniciativa ampliou as opções de transporte público sustentável, alinhando-se com os princípios da mobilidade urbana inclusiva.

A constituição da EPT exemplifica a capacidade do município de promover o desenvolvimento local através de políticas públicas inovadoras e inclusivas. Conforme apontam Rodrigues e Neumann (2021), políticas públicas eficazes devem responder às necessidades reais da população, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A EPT faz isso ao garantir transporte gratuito e de qualidade, facilitando a mobilidade urbana e atendendo às necessidades de deslocamento dos moradores, especialmente os de baixa renda.

O impacto da EPT não se limita à mobilidade urbana. De acordo com Albuquerque (1999), o desenvolvimento local é impulsionado pela capacidade dos governos de implementar políticas que promovam a inclusão social e a sustentabilidade. A criação da EPT contribuiu para a redução das desigualdades ao garantir acesso igualitário ao transporte e impactou diretamente na segurança pública, combatendo o domínio das milícias no transporte alternativo. Em muitas regiões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, milícias controlam o transporte alternativo, cobrando tarifas e extorquindo os moradores. Em Maricá, os "vermelhinhos" reduziram a dependência da população desses serviços controlados por milicianos, diminuindo a sua influência e promovendo maior igualdade social (Alves, 2011; Cano e Duarte, 2012; Maricá, 2023).

O impacto econômico do transporte gratuito também foi significativo. As famílias de Maricá conseguiram economizar até 20% de sua renda, o que impulsionou o consumo local e gerou melhorias em outros setores da economia. Além disso, a medida colaborou para enfraquecer as atividades informais e ilícitas relacionadas ao transporte, como ocorre em áreas controladas por milícias (Brasil de Fato, 2023). A política de transporte público gratuito tornou-se, assim, um exemplo de intervenção pública eficaz, abordando tanto questões econômicas quanto de segurança e fortalecendo o papel do Estado na prestação de serviços essenciais (Teixeira, 2014; Mendonça, 2020).

Em 2017, Fabiano Horta, também do PT, assumiu a prefeitura após ter sido vereador por dois mandatos consecutivos e Presidente da Câmara Municipal. Durante sua gestão, deu continuidade a políticas como a EPT e a moeda social Mumbuca, implementadas em gestões anteriores. Antes de ser prefeito, Horta atuou como deputado federal, destinando verbas para Maricá. Em sua reeleição em 2020, ele expandiu o programa de Tarifa Zero, ampliando os ônibus gratuitos para todo o município e incluindo o transporte de bicicletas, também gratuito. Além disso,

lançou o Passaporte Universitário para promover o acesso ao ensino superior e programas de suporte ao emprego e ao trabalhador durante a pandemia de Covid-19.

Com uma gestão marcada pela continuidade desde 2008, Maricá manteve-se sob a liderança do PT, garantindo uma linha ideológica consistente e promovendo o aprimoramento das políticas públicas, sem grandes rupturas em sua implementação. A criação e expansão da EPT e outras políticas são exemplos de como a gestão pública do município tem priorizado a inclusão social e a prestação de serviços essenciais, respondendo de forma inovadora às demandas da população.

2.4.3. Centro de inovação: O papel do ICTIM no município

O Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) foi estabelecido pela Lei Complementar nº 325, em 11 de dezembro de 2019. Trata-se de uma autarquia dedicada à pesquisa científica e tecnológica, tanto básica quanto aplicada, com o objetivo de desenvolver novos produtos, processos e serviços inovadores. Entre os projetos em seu portfólio destacam-se: A portfólio destacam-se: a ETEC Bem Viver Alimentar, que promove e subsidia a produção de alimentos locais em Maricá, como banana, jaca, guandu, aipim e abóbora. Seu objetivo é proporcionar uma alimentação mais saudável aos cidadãos maricaenses e desenvolver um ecossistema cooperativo local. Nesse ecossistema, os produtores podem comercializar seus produtos com empresas parceiras e com o serviço público, permitindo que qualquer pessoa contribua para essa rede e obtenha uma fonte de renda complementar. Entre os parceiros estão a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Açougue Vegano e a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar) (Maricá, 2019c).

Além disso, o Projeto de Qualificação Profissional para o Ambiente Profissional e Empreendedor – Qualifica Maricá, realizado através do Edital de Chamamento Público nº 2/2021 é outro exemplo de desenvolvimento promovido pelo Estado. Este projeto visa desenvolver conhecimentos específicos e habilidades em ética, cidadania, empreendedorismo e relações interpessoais, oferecendo uma formação integral. Realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho, o Qualifica Maricá segue as diretrizes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal em 2011. O projeto oferece 16 cursos de qualificação distribuídos entre cinco polos: Centro, Condado, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. Em 2022, o programa teve 13.836 inscrições, 3.398 matrículas e 2.266 formados,

distribuídos em três ciclos de três meses cada. Em 2023, foram 17.920 inscritos, 3.968 matriculados e 2.421 formados (Maricá, 2019c).

A criação do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) representa uma iniciativa significativa no fortalecimento das capacidades de desenvolvimento local do município. De acordo com Silva e Marques (2020), a inovação e a pesquisa científica são motores essenciais para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Ao estabelecer o ICTIM, Maricá demonstra um compromisso com a promoção de um ambiente propício à inovação, apoiando tanto a pesquisa básica quanto aplicada.

Um dos projetos emblemáticos do ICTIM é a ETEC Bem Viver Alimentar, que promove a produção local de alimentos e a construção de um ecossistema cooperativo. Este projeto não apenas contribui para a segurança alimentar e a saúde dos cidadãos, mas também fomenta a economia local ao criar oportunidades de renda para os produtores. Conforme destaca Senra (2010), iniciativas que fortalecem a economia local e promovem a sustentabilidade são fundamentais para o desenvolvimento regional integrado.

As capacidades estatais envolvidas na promoção da inovação em Maricá incluem tanto capacidades político-relacionais quanto técnico-administrativas. No caso da ETEC Bem Viver Alimentar, por exemplo, as capacidades político-relacionais são evidentes na formação de uma rede de atores que inclui universidades, cooperativas e empresas. Esta rede facilita a troca de conhecimentos e recursos, essencial para o sucesso do projeto. Além disso, as capacidades técnico-administrativas são fundamentais para a implementação e gestão dos projetos, garantindo que os objetivos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz.

Os atores envolvidos nas capacidades técnico-administrativas incluem órgãos públicos como a Prefeitura de Maricá e a Secretaria Municipal de Trabalho, que são responsáveis pela coordenação e execução dos projetos. Esses atores garantem a implementação das diretrizes e regulamentos estabelecidos, além de monitorar e avaliar o progresso dos projetos (Maricá, 2019c). Já os atores político-relacionais, por outro lado, incluem instituições acadêmicas como a UFRRJ, que contribuem com expertise científica e tecnológica, e entidades públicas e privadas como o Açougue Vegano e a Cooperar. Estas parcerias permitem a troca de conhecimentos e recursos, criando um ecossistema de inovação colaborativo.

No projeto Qualifica Maricá, as capacidades técnico-administrativas se manifestam na organização e oferta de cursos de qualificação profissional, seguindo diretrizes nacionais e adaptando-se às necessidades locais. A parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e a adesão ao Pronatec exemplificam como a administração pública pode coordenar esforços e recursos para maximizar o impacto dos programas de qualificação (Maricá, 2019c).

Conforme destaca Senra (2010), iniciativas que fortalecem a economia local e promovem a sustentabilidade são fundamentais para o desenvolvimento regional integrado. Nesse contexto, o ICTIM não só contribui para a inovação tecnológica, mas também para a construção de um ecossistema de inovação que abrange diversos setores da sociedade, criando um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, o Projeto de Qualificação Profissional Qualifica Maricá reflete a importância de investir em capital humano como estratégia de desenvolvimento local. Segundo Silva e Marques (2020), a qualificação profissional é crucial para preparar a força de trabalho para os desafios do mercado moderno e para promover a inclusão social. O Qualifica Maricá, ao oferecer cursos em diversas áreas e promover a formação integral dos participantes, alinha-se com essa perspectiva, ampliando as oportunidades de emprego e empreendedorismo no município.

O ICTIM, com seus projetos voltados para a inovação e a qualificação profissional, exemplifica uma abordagem integrada de desenvolvimento local que combina pesquisa científica, sustentabilidade e inclusão social. Esta estratégia não só atende às necessidades imediatas da população, mas também cria as bases para um crescimento econômico sustentável. Esta estratégia não só atende às necessidades imediatas da população, mas também cria as bases para um crescimento econômico sustentável.

2.4.4. Codemar e o impulso para o desenvolvimento

A Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), uma sociedade de economia mista criada pela Prefeitura de Maricá, conforme a Deliberação Legislativa nº 511 de 8 de maio de 1973, é regida pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas e por seu Estatuto Social. Em junho de 2013, a Lei nº 005 autorizou sua constituição, e sua publicação ocorreu um ano depois. A missão da Codemar é promover o desenvolvimento do município através da gestão de bens e áreas públicas, com um enfoque no desenvolvimento socioeconômico e sustentável de Maricá e da região

Leste Fluminense, em parceria com a Prefeitura e entidades públicas e privadas, visando atrair investimentos, gerar empregos e renda.

Entre os principais projetos da Codemar destaca-se o Aeroporto Municipal de Maricá, que, a partir do decreto nº 040 de 19 de abril de 2016, passou a ser administrado, mantido, operado e explorado economicamente pela Codemar. Remodelado e reinaugurado em 2018, o aeroporto iniciou operações de transporte *offshore* em 2022 e está em processo de ampliação para receber voos comerciais em 2024 (Maricá, 2017;).

Outros projetos da empresa incluem o Parque Industrial e Terminal de Ponta Negra, que visa transformar Maricá em um polo da indústria 4.0; o Parque Tecnológico, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), com a criação de uma escola de *startups*; e o desenvolvimento urbano da cidade. No campo da produção, está prevista a produção de camarões na Fazenda Pública Joaquín Piñero e a criação de um Polo de Moda em parceria com o Senai CETIQT. Outro projeto no âmbito da produção é o Farmacopéia que tem como objetivo o desenvolvimento de fitoterápicos, óleos essenciais e cosméticos naturais utilizando cerca de 20 plantas medicinais produzidas na fazenda. O projeto Inova Agroecologia implantará hortos da biodiversidade e promoverá a agricultura sustentável (Codemar, 2024).

A Biotec, subsidiária da Codemar criada pela Lei nº 3.097 de 15 de dezembro de 2021, foca na biotecnologia e no setor agroalimentar. Sua missão é desenvolver sistemas bioeconômicos inovadores, promover a geração de empregos e negócios sustentáveis, e melhorar a inclusão socioeconômica. A Biotec aspira ser uma referência nacional em soluções biotecnológicas sustentáveis e inclusivas, fundamentada em valores como sustentabilidade, diversidade, inclusão, solidariedade, responsabilidade social e ambiental, inovação, ética e transparência. O projeto Lagoa Viva, baseado na mesma lei, inaugurou a primeira Biofábrica de Maricá para a produção de bioinsumos, utilizados na recuperação das lagoas sem a adição de produtos químicos, uma técnica desenvolvida com base em *know-how* japonês. Em novembro de 2021, os primeiros lotes de bioinsumos foram lançados no canal central da cidade, iniciando a revitalização das águas. Em maio de 2022, foi inaugurado o Laboratório de Pesquisa e Inteligência Ambiental, um complexo de seis laboratórios que utilizam microrganismos para tratar efluentes, tornando Maricá autônoma nas análises de qualidade da água. Pesquisadores da UFF monitoram diariamente as condições dos rios, lagoas e canais da cidade, com 35 pontos de coleta de amostras. As análises iniciais mostram

aumento da biodiversidade e redução de 70% na mortandade dos peixes. O projeto também inclui a despoluição de poços artesianos e a formação de técnicos para o setor (Maricá, 2021;2022).

Outro projeto futuro de grande envergadura será o Teleporto de Maricá, que almeja se tornar o maior da América Latina. Este empreendimento contará com uma constelação de 700 satélites, desenvolvida em parceria com a *OneWeb* e o grupo Leonardo, com o objetivo de aprimorar significativamente a transmissão de dados e o acesso à internet em toda a região. A Maricá Telecom, operadora de telefonia móvel virtual, será responsável por oferecer internet ilimitada e de alta velocidade, com cobertura nacional. Inicialmente, este serviço será destinado aos alunos e professores da rede municipal, garantindo que todos tenham acesso a recursos educacionais digitais de qualidade. Esses projetos têm como objetivo impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de Maricá, promovendo a inovação tecnológica, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esta iniciativa está em consonância com o papel ativo do Estado na promoção da inovação e no desenvolvimento econômico. Mazzucato argumenta que o Estado deve ser um catalisador e um parceiro na inovação, enquanto Chang destaca a necessidade de políticas econômicas que favoreçam o desenvolvimento a longo prazo e a equidade social (Mazzucato, 2014; Chang, 2011).

A entrada da agenda ambiental no modelo de desenvolvimento de Maricá é um elemento central, refletindo um compromisso robusto com a inovação sustentável. Segundo Rodrigues e Neumann (2021), a incorporação desse tipo de práticas visando a sustentabilidade nas políticas públicas é essencial para o desenvolvimento local integrado e duradouro. A Codemar, com a implementação de projetos como o Lagoa Viva e a criação da Biofábrica, evidencia uma abordagem que prioriza a sustentabilidade ambiental, alinhada com as tendências globais de desenvolvimento sustentável (Rodrigues e Neumann, 2021).

A inovação para a sustentabilidade é uma das capacidades técnico-administrativas que a prefeitura de Maricá busca desenvolver. Conforme apontam Silva e Marques (2020), a criação de iniciativas como o Parque Tecnológico e a Biotec pode atuar como um contraponto ao desenvolvimento neoliberal, fornecendo uma base para o desenvolvimento regional que não depende exclusivamente das forças do mercado. Essas estratégias ajudam a mobilizar recursos locais, fortalecer as capacidades endógenas e fomentar uma governança mais participativa e inclusiva. Este esforço contínuo para fomentar um ambiente de inovação que promove a

sustentabilidade e a inclusão social. Ajuda na promoção de práticas que preservem os recursos naturais e melhorem a qualidade de vida dos cidadãos.

No entanto, a implementação de tais projetos enfrenta desafios. Senra (2010) destaca que o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras frequentemente enfrenta resistência, tanto interna quanto externa. Em Maricá, desafios como a coordenação entre diferentes entidades, a necessidade de investimentos substanciais e a gestão das expectativas da população geram tensões. Há um inerente conflito entre uma parcela da população que vive em locais de interesse imobiliário com empresas que buscam capitalizar no município. Conforme destacado por Hirschman (1983), este conflito é evidenciado durante o processo de crescimento desequilibrado. Os conflitos de território e a exclusão das comunidades tradicionais do processo de tomada de decisão são problemas que foram destacados e exigem atenção do poder público municipal.

A Codemar, ao promover um desenvolvimento baseado na sustentabilidade e inovação, deve lidar com a complexidade de integrar esses valores em uma estrutura administrativa tradicional. A necessidade de desenvolver competências técnicas específicas e de atrair investimentos que compartilhem os mesmos valores de sustentabilidade e inovação é crucial para o sucesso dessas iniciativas.

2.4.5. Sanemar e a busca da melhora do saneamento

Historicamente, a saúde pública no Brasil tem enfrentado diversos desafios relacionados ao saneamento. Desde a década de 1960, houve uma intensificação na publicação de normas e na criação de programas destinados a melhorar as condições de saneamento, como a iodação do sal e a regulamentação das águas de consumo humano. Durante a redemocratização do país, o movimento sanitário ganhou força, culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, que proclamou a saúde como um direito de todos e um dever do Estado (Brasil, 1988, Funasa, 2009).

A Funasa, desde a sua criação, tem desempenhado um papel crucial na promoção do saneamento básico, especialmente em municípios menores e áreas rurais. Entre 1995 e 2001, foram investidos cerca de R\$ 2,6 bilhões em ações de saneamento, abrangendo desde o abastecimento de água até a coleta e tratamento de esgoto. Esses esforços têm sido fundamentais, mas não suficientes,

para melhorar a saúde pública, reduzindo a incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento adequado (Funasa, 2009).

A Companhia de Saneamento de Maricá (Sanemar) é uma sociedade de economia mista, criada oficialmente em 18 de fevereiro de 2019, para prestar serviços de esgotamento sanitário e colaborar com o abastecimento de água em Maricá, visando melhorar a qualidade de vida e o meio ambiente. Autorizada pela Lei Complementar nº 183 de 2009 e criada pelo Decreto nº 198 de 2018, a Sanemar está vinculada ao Gabinete do Prefeito (Maricá, 2018c).

A Sanemar busca aumentar a cobertura de esgotamento sanitário visando à universalização dos serviços para promover o desenvolvimento social e econômico. A empresa compartilha a responsabilidade pelo saneamento básico com a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (Somar), que cuida da drenagem e resíduos sólidos, gestão e reestruturação da limpeza urbana e revitalização de áreas públicas. Desde 1 de novembro de 2021, a Sanemar atua em parceria com Águas do Rio, do grupo AEGEA, na área de abastecimento de água. A criação da Sanemar foi uma iniciativa da Prefeitura de Maricá para agilizar investimentos em saneamento e ampliar a cobertura de esgoto, promovendo a saúde pública preventiva.

Mesmo com todas essas iniciativas, o Painel de Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indica que o município ainda tem uma coleta incipiente de cerca de 1,18% de esgoto tratado. Em relação aos resíduos sólidos, o município apresenta uma diferença considerável, com cerca de 98,88% do território atendido, índice que supera as médias do estado, da região e do país, que são de 97,78%, 95,65% e 90,39%, respectivamente (BRASIL, 2022).

Para reverter esse cenário negativo, a empresa trabalha com duas estações de tratamento de esgoto, além de uma microETE no bairro de Itaipuaçu. Recentemente, a Sanemar inaugurou outras duas estações de tratamento de esgoto nos bairros de Camburi e em Itaipuaçu²¹.

²¹ Foi amplamente noticiada a nova estação de esgoto no bairro de Itaipuaçu, visando solucionar os baixos índices de tratamento de esgoto que persistem no município. Mais informações em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-inaugura-2a-estacao-de-tratamento-de-esgoto-em-itaipuacu/#:~:text=Saneamento%20de%20Maric%C3%A1,-A%20Sanemar%20foi&text=Somente%20ao%20longo%20do%20ano,e%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20do%20Imbassa%C3%AD>>.

Segundo Beskow e Pellanda (2017), a criação de empresas públicas de saneamento pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento local que fortalece a capacidade institucional e operacional do município. Ao centralizar esforços em uma empresa local, Maricá não só promove a saúde pública e a qualidade de vida dos seus habitantes, como também gera empregos e fomenta a economia local. Por exemplo, a construção e operação das estações de tratamento de esgoto geram empregos diretos e indiretos, além de promoverem a capacitação da mão-de-obra local. Além disso, a melhoria das condições sanitárias reduz custos com saúde pública, uma vez que a incidência de doenças relacionadas ao saneamento inadequado diminui.

A criação de empregos e a capacitação da população são efeitos diretos das iniciativas de saneamento. Estudos demonstram que investimentos em saneamento básico podem gerar uma significativa quantidade de empregos diretos e indiretos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para cada milhão de dólares investido em saneamento, cerca de 10 a 20 empregos diretos são criados. Além disso, a capacitação da mão-de-obra local é promovida através de treinamentos específicos para operar e manter as estações de tratamento, que destacam a importância da formação técnica no setor de saneamento para o desenvolvimento local (OIT, 2016).

Desse modo, a Sanemar, em parceria com projetos como o Lagoa Viva, contribui para o desenvolvimento local ao buscar a promoção da universalização do saneamento básico e ao fortalecer as capacidades institucionais e operacionais do município. Esta parceria é um exemplo de como iniciativas ambientais podem ser integradas aos projetos de saneamento para alcançar resultados mais sustentáveis e abrangentes. O Projeto Lagoa Viva não apenas contribui para a melhoria da qualidade da água nas lagoas, mas também promove a biodiversidade e a recuperação dos ecossistemas locais.

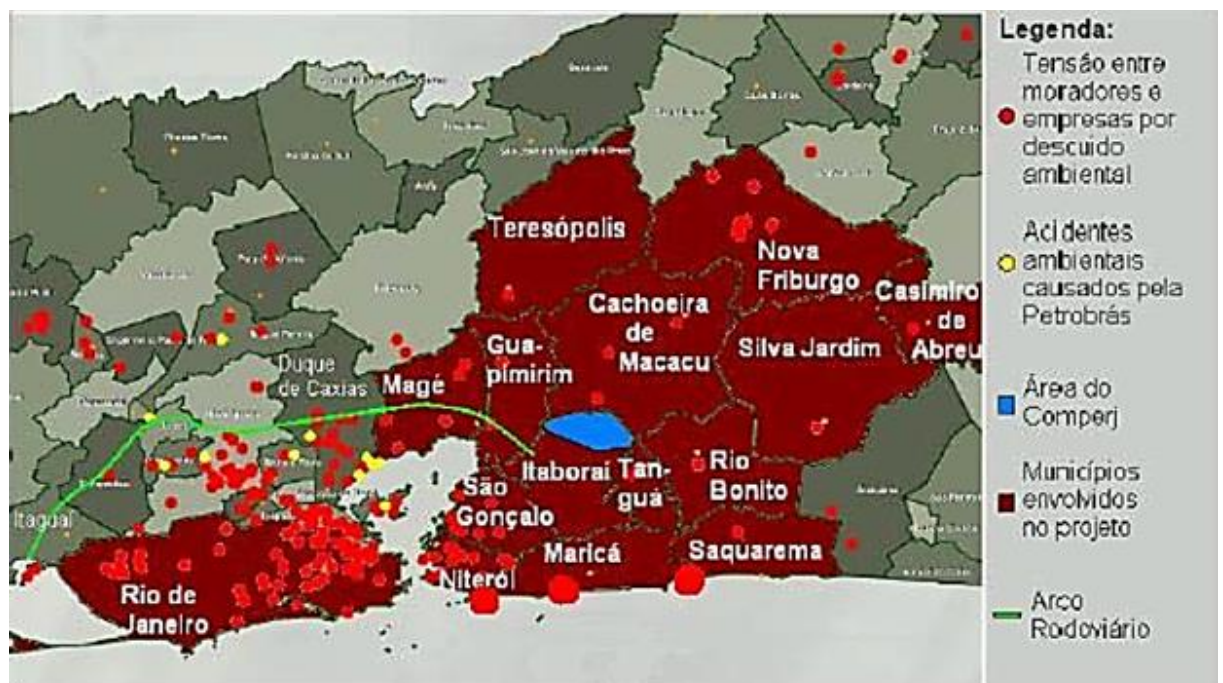
Essa abordagem se alinha aos princípios do desenvolvimentismo e se contrapõe à lógica neoliberal predominante, evidenciando que o estado pode e deve desempenhar um papel central na provisão de serviços essenciais e na promoção do bem-estar social. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), há o objetivo de universalizar o saneamento até 2030 (BRASIL, 2010). Além disso, essa meta está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que visam garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos (Nações Unidas, 2015).

Além disso, conforme Abdalla e Faria (2019), essas iniciativas de saneamento se contrapõem aos preceitos neoliberais, que geralmente privilegiam a privatização e a minimização do papel do estado. Em vez disso, a abordagem de Maricá, por meio da Sanemar, reforça o papel do Estado na provisão de serviços essenciais. O estímulo à criação de empregos, investimento público em setores estratégicos, como é o saneamento, são marcas de modelo de desenvolvimento local orientados pelo Estado e que impulsionam as capacidades locais.

2.5. Conflitos, Participação social e mídia local: As disputas pelo projeto de desenvolvimento

Tratando dos conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento desequilibrado, conforme apresentado por Hirschman (1983), fica nítido quando ilustrado pelo mapa dos conflitos ambientais na região das cidades do Conleste. A imagem foi extraída do trabalho de Carvalho (2012) e ilustra a densidade de conflitos registradas em estudos realizados na época da implementação das iniciativas analisadas no presente estudo.

Figura 4: Tensões ambientais nos municípios envolvidos no COMPERJ



A imagem foi adaptada do trabalho de Menezes (2009) apud. Carvalho (2012) p.339

A análise dos conflitos ambientais na região mostra que nas cidades médias do Conleste, esses conflitos são ainda poucos, reforçando a ideia de serem locais ideais para grandes empreendimentos. Até 2009, 11 acidentes ambientais envolvendo a Petrobras ocorreram, gerando conflitos com moradores, apesar das garantias da empresa de seguir normas de segurança ambiental. As preocupações dos ambientalistas de Maricá, especialmente sobre o emissário submarino, são significativas. Em Maricá, à época, havia três pontos de tensão relacionados a projetos ainda não implementados: 1) o emissário submarino de Itaipuaçu, recentemente licenciado; 2) a área dos pescadores artesanais de Zacarias, com o projeto do *resort* Maraey; 3) o polo naval Terminal de Ponta Negra (Porto de Jaconé), em processo de licenciamento. Além desses conflitos, Carvalho (2012) ressalta que a expansão de áreas de habitação precárias vem crescendo de modo concomitante aos condomínios de luxo que também se proliferam pela região (Carvalho, 2012).

O Conleste foi criado em 2006, seguido pela criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento da Área de Influência do COMPERJ em 2007, presidido pelo governador do Rio de Janeiro e composto por secretarias estaduais, prefeitos, representantes da ALERJ, Ministério das Cidades, BNDES e Caixa Econômica. O Fórum busca planejar e executar políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável na região do COMPERJ, atendendo demandas estratégicas de lideranças estaduais. No entanto, o processo envolve tensões e conflitos entre diferentes atores, com uma disputa entre a racionalidade industrial, voltada para o lucro, e as preocupações das populações locais com a sustentabilidade (Carvalho, 2012).

Menezes (2009) apud. Carvalho (2012) aponta que a construção do COMPERJ ocorreu sem integrar as discussões da Agenda 21 nos 15 municípios envolvidos. O projeto é um espaço de disputa de interesses, dividido em quatro setores: órgãos públicos (1º setor), universidades e entidades comerciais (2º setor), ONGs e sindicatos (3º setor), e representantes de moradores (4º setor). A Agenda 21 promove fóruns deliberativos para criar planos de desenvolvimento local, mas o modelo é criticado por sua falsa paridade, já que trata a comunidade como homogênea, limitando a participação do 4º setor, que representa a sociedade civil. Além disso, o objetivo da Agenda 21 não é consenso, com membros da sociedade civil relatando que a Petrobras escolheu esse formato para legitimar o investimento, mas a população se sentiu enganada pelas promessas da empresa, tanto em termos de sustentabilidade quanto de preservação ambiental.

Menezes (2009) apud. Carvalho (2012) também observa que os impactos ambientais do COMPERJ são enormes, mas minimizados pelo discurso de geração de empregos e criação de um "corredor ecológico". A concepção conservacionista e o ambientalismo liberal, que promove a segregação de comunidades tradicionais em áreas delimitadas são pontos que ressaltam as críticas. Esse modelo reforça a concepção de propriedade privada, alheia à episteme de muitas comunidades tradicionais, resultando em conflitos e assimetrias de poder entre os grupos envolvidos. Enquanto os três primeiros setores utilizam os aparelhos estatais e a Agenda 21 para territorializar áreas de interesse, os atores do 4º setor disputam um território mínimo, como observado por Haesbaert (2004) apud. Carvalho (2012).

Por sua vez, Perruzo (2005) apud. Carvalho (2012) aponta que o jornalismo local revela algumas tendências importantes: 1) os laços políticos locais tendem a ser fortes e podem comprometer a informação de qualidade, resultando em um tratamento tendencioso ou omissão de fatos importantes devido a ligações políticas e interesses econômicos dos donos da mídia, embora isso não seja exclusividade da mídia local; 2) na mídia local, essas relações de poder são mais explícitas, pois os leitores podem confrontar mais facilmente os fatos e suas versões; 3) a dependência de releases e informações mediadas por assessores é comum, além do "jornalismo declaratório" preso às fontes oficiais, com frequência reproduzindo notícias de outros jornais (Carvalho, 2012, p. 353).

Melo (2007) apud. Carvalho (2012) ressalta que, no interior, a comunicação interpessoal permite às pessoas confirmarem informações, o que redefine o papel da mídia local, que deve agir com responsabilidade para manter sua credibilidade. Isso, junto com a participação nos eventos, torna os cidadãos mais críticos em relação à mídia, facilitando a identificação de omissões ou manipulações. Além disso, a imprensa local enfatiza debates e interatividade com o público, reforçando o sentimento de pertencimento. A mídia digital local também se destacou, com jornais virtuais fortalecendo os laços sociais e o senso de comunidade.

Com base nesses apontamentos teóricos, foram levantadas notícias de jornais locais impressos, portais online e blogs jornalísticos de 2009 a 2012, focando em temas prioritários para o estudo da participação popular, segundo Carvalho (2012), os temas e o quantitativo de notícias respectivo ficou da seguinte forma: a) legalização dos transportes alternativos (11); b) posicionamento da comunidade caiçara Zacarias frente à construção de um resort (5); c) protestos ambientalistas contra o emissário submarino do COMPERJ e o Porto de Jaconé (56); d)

reivindicações dos sindicatos municipais (6); e) organização de vendedores ambulantes (11). Notícias gerais sobre o COMPERJ, o CONLESTE e canais de participação popular também foram incluídas pela sua relevância (38). Os jornais impressos utilizados foram "A Voz de Maricá", "Maricá em Foco" e "Outras Palavras", focados em Maricá. Os blogs locais foram "Itaipuaçu site", "Maricá Info" e "Lei Seca Maricá". Os portais regionais foram "O Terminal" e "O Fluminense", voltados para o Leste Fluminense, e o portal "Notícias Maricá", da assessoria de comunicação da Prefeitura. Foram selecionadas 125 notícias, destacando-se os conflitos políticos locais sobre os temas apresentados. A análise incluiu as abordagens editoriais dos jornais, comparando notícias polêmicas e contrastantes para apresentar os principais conflitos políticos locais e os resultados são apresentados na tabela seguinte (Carvalho, 2012 p. 359):

Tabela 4: Distribuição de notícias levantadas em jornais locais por temática

TEMAS	JORNAIS	Itaipuaçu site	Outras Palavras	Lei Seca Maricá	A Voz de Maricá	Maricá em Foco	A Tribuna	Maricá Info	O fluminense	Notícias Maricá
Vendedores ambulantes		-	-	2	-	-	2	3	-	4
Pescadores/Resort		-	-	-	1	-	-	1	1	2
CONLESTE/COMPERJ		3	1	2	1	-	1	1	2	2
Emissário Submarino		5	2	6	1	-	-	2	6	1
Luta Sindical		-	-	2	-	1	1	1	-	1
Canais de Participação		4	-	1	-	2	-	-	-	18
Porto de Jaconé		16	5	1	1	1	1	5	2	1
Transporte Alternativo		1	1	1	2	-	2	3	-	1
Total=125		27	9	15	6	4	7	16	11	30

Tabela extraída de Carvalho (2012) p. 359

A tabela indica que a questão ambiental teve maior cobertura na mídia privada, especialmente sobre o Porto de Jaconé e o emissário submarino do COMPERJ. Os canais de participação popular foram pouco noticiados pela imprensa privada, com maior destaque no canal oficial da Prefeitura, "Notícias Maricá". As lutas sindicais e as questões dos vendedores ambulantes e pescadores de Zacarias tiveram pouca visibilidade na imprensa local.

O emissário seguiu a mesma linha do COMPERJ, onde as audiências públicas são apenas consultivas no processo de licenciamento. Apesar da polêmica com ambientalistas, a cobertura oficial invisibiliza as mobilizações contrárias. A necessidade de investimentos em saneamento, oferecidos pela Petrobras, mostra a fragilidade dos municípios frente à descentralização sem garantias de recursos, obrigando prefeituras como a de Maricá a captar verbas complementares, o que enfraquece a defesa de reivindicações locais contra os interesses da Petrobras (Carvalho, 2012).

Carvalho (2012) destaca que as modificações no projeto do emissário do COMPERJ, influenciadas por ambientalistas, permitiram negociar contrapartidas ambientais, especialmente nas áreas de Itaipuaçu e Inoã, que enfrentam segregação espacial devido à expansão imobiliária. O blog "Maricá Info" relata acordos entre a Prefeitura de Maricá e a Petrobras para a construção de um emissário submarino, gerando preocupações sobre o impacto ambiental. Ambientalistas, apoiados pelo Ministério Público, contestaram o projeto, resultando na suspensão temporária da obra em 2014, embora relatos de 2019 indiquem sua possível conclusão. Esse conflito evidencia a necessidade de processos participativos e transparentes na tomada de decisões ambientais, equilibrando desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

A Petrobras (2019) analisou os impactos cumulativos de suas atividades na região de Maricá e Baía de Guanabara, com foco em temas como emprego, finanças públicas, infraestrutura e qualidade de vida. A análise mostrou um aumento nas publicações sobre problemas nos serviços públicos e desemprego, especialmente após 2016. Maricá foi a cidade com maior atenção midiática, destacando-se a dependência dos *royalties* do petróleo, investimentos portuários e questões de habitação e meio ambiente. Embora a Petrobras tente legitimar suas ações, o processo de desenvolvimento permanece marcado por conflitos entre governo, população e empresas, reforçando a importância da participação popular em busca de um projeto sustentável e socialmente justo.

Ou seja, mesmo após a Petrobras se envolver na tentativa de respaldar suas iniciativas, não cabe aqui julgar se tais ações são boas ou ruins. Importa destacar que o processo de desenvolvimento envolve conflitos entre a população, o governo e as empresas, e este processo evolui continuamente ao longo do tempo. Por isso, é fundamental a participação popular no processo decisório, visando à adequação de um projeto de desenvolvimento que seja ambientalmente consciente e socialmente justo.

Capítulo 3. Rendas do subsolo: Entre a prosperidade e a sustentabilidade

As rendas extraordinárias²² derivadas da exploração de recursos naturais não renováveis são centrais no debate internacional sobre desenvolvimento baseado em recursos naturais. Este debate envolve questões sobre o que e quanto os operadores devem pagar, a quem, por que, e como esses recursos serão utilizados, refletindo disputas sociais complexas dentro de regimes democráticos. As decisões sobre a compensação pela exploração desses recursos são influenciadas por variáveis socioeconômicas e políticas específicas de cada nação e época (Silva, 2017).

Globalmente, poucos modelos de produção são observados, mas eles variam para se adaptar às condições nacionais, refletindo a tentativa de capturar lucros extraordinários por meio de tributação. No Brasil, as rendas provenientes da produção de petróleo são cruciais para a economia e a composição fiscal das regiões produtoras, gerando intensos debates sobre sua distribuição federativa²³. Estes pagamentos variam conforme a etapa do processo produtivo e são partilhados entre diferentes esferas de governo, conforme regras estabelecidas, já que as riquezas do subsolo pertencem à União (Silva, 2017).

No Brasil, as rendas compensatórias pela exploração de petróleo são divididas em quatro categorias: bônus de assinatura (pago uma vez no início do contrato), pagamento pela ocupação ou retenção da área (anual), *royalties* (mensais) e participações especiais (trimestrais). Essas rendas são recolhidas aos cofres da União e distribuídas conforme regras estabelecidas por lei. As primeiras regras para essa distribuição datam dos anos 1980, com a Constituição Federal. Mas as

²² As rendas extraordinárias derivadas, segundo Ricardo (1982), referem-se a rendas obtidas devido às diferenças na fertilidade ou na localização das terras agrícolas. Essas rendas, também chamadas de "diferenciais", surgem porque algumas terras são naturalmente mais produtivas ou estão situadas em locais mais vantajosos em relação aos mercados. Por exemplo, terras mais férteis podem produzir mais alimentos com a mesma quantidade de esforço e capital, proporcionando uma renda adicional aos seus proprietários. Da mesma forma, terras localizadas mais perto dos mercados podem reduzir os custos de transporte, resultando em rendas extraordinárias. Esses conceitos são fundamentais na teoria ricardiana da distribuição, que analisa como o produto da terra é dividido entre proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores. Esse conceito é fundamental pois é base para a forma que utilizam para distribuir as rendas dos *Royalties*, mas, isso entra em um outro debate acerca da forma que essa distribuição é realizada pelo país.

²³ Em matéria de maio deste ano mostra que, segundo a ANP o pagamento de *royalties* pela indústria de extração de petróleo e gás no país totalizou R\$ 53,6 bilhões em 2023. De acordo com projeções da agência, Campos dos Goytacazes deve entrar futuramente no clube dos municípios que recebem mais de 1 bilhão de reais por ano com receitas petrolíferas, hoje composto por: Macaé, Saquarema, Maricá e Niterói. Juntos, estes municípios concentram cerca de 60% do total que é repassado para os municípios do país, enquanto todos os outros municípios de São Paulo concentram pouco mais de 10% deste total. Fonte: <https://epbr.com.br/cresce-numero-de-cidades-com-royalties-bilionarios-do-petroleo-veja-o-ranking/>.

principais mudanças ocorreram nos anos 1990, com a flexibilização do monopólio estatal e a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os *royalties* e participações especiais, sensíveis às variações na produção e preços internacionais, têm sido cruciais para a economia do estado do Rio de Janeiro, especialmente na região da Bacia de Campos. Embora tenha havido flutuações na produção, a discussão sobre o papel do setor petrolífero no desenvolvimento regional permanece intensa, focando na efetividade das compensações financeiras e seu impacto nas economias locais (Gobetti, 2011; Araújo, 2001 APUD. Silva, 2017).

O município de Maricá tem passado por grandes mudanças em seu espaço urbano, em parte devido ao aumento das receitas municipais após a descoberta do Pré-sal em 2006. Essa descoberta, acompanhada dos repasses de *royalties* e participações especiais, impulsionou significativamente a arrecadação municipal, atingindo bilhões de reais. Contudo, Maricá também enfrenta desafios importantes, como as mudanças climáticas e a especulação imobiliária, que exigem uma abordagem cuidadosa e sustentável para o desenvolvimento do território.

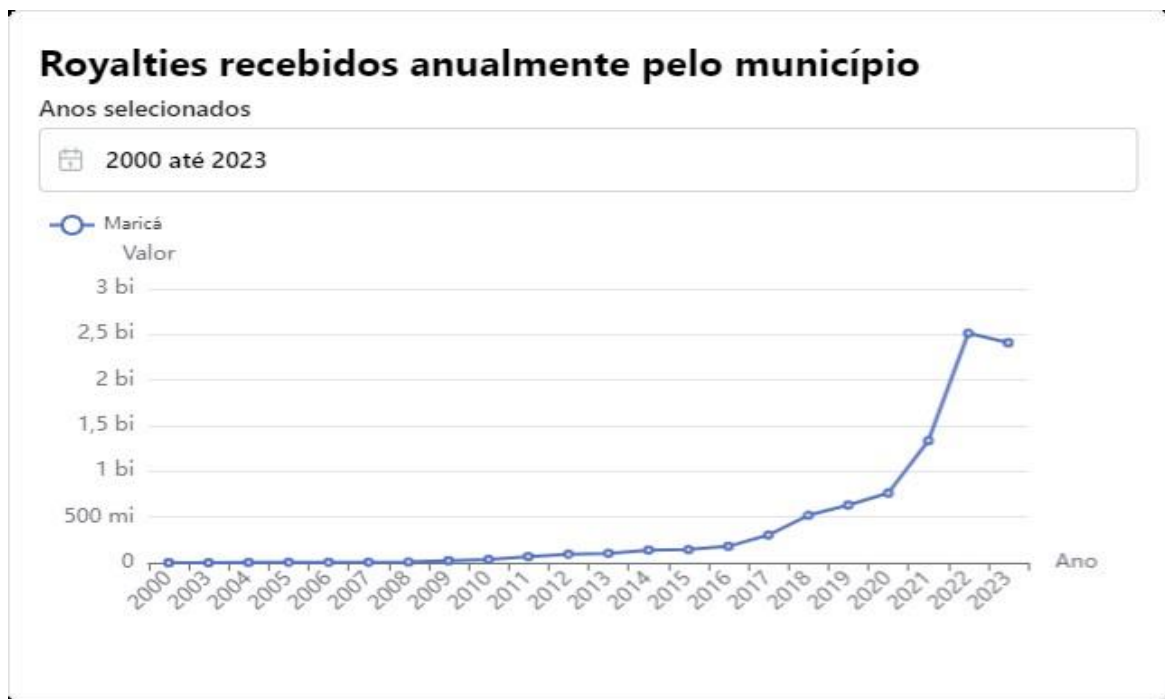
Vamos apresentar os dados referentes ao faturamento recente oriundo de fontes petrolíferas e apontar avanços que o município analisado vem desenvolvendo com essas rendas. Em sintonia com o que foi apresentado por Senra (2010) e os demais autores analisados sobre o desenvolvimento regional. Ainda que seja passível de críticas e refinamentos quanto aos avanços já em andamento, Maricá pode ser um local inovador e que inspire mais municípios do país.

3.1. Da descoberta a prosperidade

Os *royalties* e participações especiais são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social dos municípios que os recebem, fornecendo receitas adicionais provenientes da exploração de recursos naturais, como petróleo e gás. Essas receitas são frequentemente utilizadas para financiar projetos de infraestrutura, como construção de estradas, escolas e hospitais, além de melhorar os serviços públicos, como saúde, educação e saneamento básico, elevando a qualidade de vida da população local. Além disso, essas receitas podem contribuir para a diversificação econômica, incentivando investimentos em setores alternativos como turismo e agricultura, o que ajuda a reduzir a dependência econômica dos recursos naturais. Os *royalties* também desempenham um papel crucial na sustentabilidade financeira dos municípios, permitindo investimentos essenciais sem depender exclusivamente de transferências estaduais ou federais.

A figura a seguir ilustra o recebimento de *royalties* pelo município de Maricá no período de 2000 até 2023. Esses *royalties*, originados da exploração de petróleo e gás, são uma importante fonte de receita para a cidade e fonte de financiamento para uma série de políticas no âmbito municipal.

Gráfico 3: *Royalties* recebidos anualmente pelo município de Maricá (2000-2023)



Fonte: InfoRoyalties²⁴

Podemos identificar três momentos distintos no gráfico a seguir: O primeiro se refere ao período de 2000 a 2010, quando se inicia o recebimento dos *royalties*, ainda de forma muito incipiente. Vale destacar a ausência de *royalties* nos anos de 2001 e 2002. Vai sendo percebido um aumento gradual ao longo dos anos seguintes, de 2003 em diante, mas ainda abaixo dos R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O segundo momento cobre o período de 2011 a 2018, quando o município não só aumenta o recebimento de *royalties*, mas também passa a receber participações especiais. No terceiro momento, de 2018 a 2022, as arrecadações de *royalties* atingem pela primeira vez a casa do meio bilhão nos anos de 2018, 2019 e 2020. A arrecadação total permanece na casa dos bilhões a partir do ano de 2022. Em 2021, o valor das participações também

²⁴ Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br>.

passa da casa dos bilhões, estabelecendo um recorde absoluto em comparação com todos os municípios do país.

Este último momento fica ilustrado com a tabela seguinte. Elaborada com base nos dados da ANP²⁵ podemos ver esse ganho considerável dos últimos 5 anos.

Tabela 5: Recebimento de *royalties* e participação especial em Maricá (2000-2023)

Ano	ROYALTIES (Roy)		PARTICIPAÇÃO ESPECIAL (PE)		Roy + PE	
2000	R\$	4.825,94	R\$	-	R\$	4.825,94
2001	R\$	-	R\$	-	R\$	-
2002	R\$	-	R\$	-	R\$	-
2003	R\$	572.091,55	R\$	-	R\$	572.091,55
2004	R\$	3.535.212,72	R\$	-	R\$	3.535.212,72
2005	R\$	5.229.714,86	R\$	-	R\$	5.229.714,86
2006	R\$	5.828.500,12	R\$	-	R\$	5.828.500,12
2007	R\$	5.563.217,38	R\$	-	R\$	5.563.217,38
2008	R\$	7.026.179,83	R\$	-	R\$	7.026.179,83
2009	R\$	22.243.994,36	R\$	-	R\$	22.243.994,36
2010	R\$	36.942.403,32	R\$	-	R\$	36.942.403,32
2011	R\$	67.680.389,01	R\$	861.397,55	R\$	68.541.786,56
2012	R\$	93.829.683,88	R\$	32.371.858,92	R\$	126.201.542,80
2013	R\$	102.961.250,45	R\$	49.188.444,80	R\$	152.149.695,25
2014	R\$	137.585.295,52	R\$	104.449.232,66	R\$	242.034.528,18
2015	R\$	141.826.000,78	R\$	143.908.191,17	R\$	285.734.191,95
2016	R\$	158.747.804,41	R\$	187.484.877,30	R\$	346.232.681,71
2017	R\$	303.034.223,77	R\$	503.155.590,95	R\$	806.189.814,72
2018	R\$	518.355.214,02	R\$	996.040.580,90	R\$	1.514.395.794,92
2019	R\$	630.235.640,61	R\$	999.950.242,00	R\$	1.630.185.882,61
2020	R\$	682.052.527,66	R\$	752.488.343,00	R\$	1.434.540.870,66
2021	R\$	897.561.547,37	R\$	1.553.775.151,10	R\$	2.451.336.698,47
2022	R\$	3.391.926.492,43	R\$	1.799.596.938,69	R\$	5.191.523.431,12
2023	R\$	2.408.774.084,07	R\$	1.574.010.609,54	R\$	3.982.784.693,61

FONTE: ANP e elaboração do autor.

Segundo ANP, o município recebeu R\$ 2.408.774.084,07 (dois bilhões, quatrocentos e oito milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitenta e quatro reais e sete centavos) de *royalties* e R\$ 1.574.010.609,54 (um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões, dez mil, seiscentos e nove

²⁵ São valores pagos com base em estimativas levando em conta o câmbio e a variação do preço do petróleo *brent* disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes>. Os dados foram extraídos das tabelas anuais com base na somatória dos repasses constitucionais para saúde e educação e os repasses diretos, tanto de *royalties* quanto os repasses feitos de participação especial.

reais e cinquenta e quatro centavos) de participação especial, no ano de 2023. Ou seja, o município recebeu pouco menos de 4 bilhões de reais no ano anterior.

Criado em dezembro de 2017, o Fundo Soberano de Maricá (FSM) foi instituído pela Lei Municipal nº 2.785 de 14 de dezembro de 2017, posteriormente revogada pela Lei Municipal nº 2.902 de 03 de dezembro de 2019. Esta última lei define o FSM como um instrumento de política econômica destinado a mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e constituir um fundo de poupança para o município. De acordo com o art. 2º da nova norma, os objetivos incluem fomentar projetos de interesse estratégico municipal, criar fontes de receita, fortalecer a autonomia financeira, formar poupança pública, garantir sustentabilidade fiscal e mitigar a volatilidade da arrecadação proveniente das indenizações pela exploração de petróleo e gás natural. O art. 3º amplia as possibilidades de constituição de receita, permitindo que os gestores apliquem de 1% a 15% dos recursos arrecadados, aumentando significativamente a arrecadação municipal e estimulando programas e projetos, governamentais ou não, por meio de microcréditos, promovendo o desenvolvimento local e gerando emprego e renda (Maricá, 2019b).

Além disso, O FSM tem como função assegurar a continuidade das políticas públicas no futuro, já que a cidade possui uma gama de serviços gratuitos como transporte tarifa zero (Vermelhinhos) e programa de distribuição de renda que depende dos repasses dos recursos dos *royalties*. Atualmente, em maio de 2024, o Fundo Soberano de Maricá tem R\$ 1.758.469.670,02 (um bilhão, setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta reais e dois centavos) em recursos²⁶.

Um estudo de grande relevância para a presente pesquisa sobre rendas provenientes do petróleo foi realizado por Bretas et al. (2019). Nesse trabalho, as autoras analisam os níveis de dependência dos orçamentos municipais na região do Rio de Janeiro em relação às receitas petrolíferas e oferecem reflexões importantes sobre o tema. A dependência das rendas petrolíferas afeta significativamente os orçamentos municipais no Rio de Janeiro. Essas rendas provenientes do petróleo e gás natural desempenham um papel crucial no financiamento de políticas públicas e serviços essenciais nas cidades do estado. No entanto, a volatilidade e incerteza associadas a essas receitas, devido à natureza finita e não renovável dos recursos e à flutuação dos preços no mercado internacional, representam riscos consideráveis para a estabilidade financeira dos municípios. O

²⁶ Valor disponível em <https://fundosoberano.marica.rj.gov.br/#:~:text=R%24%201.758.469.670%2C02> sítio eletrônico:

grau de dependência das rendas petrolíferas é calculado como a relação entre o total das receitas municipais provenientes do petróleo e gás natural e o total geral das Receitas Municipais Líquidas, expressa como uma porcentagem. Essa dependência pode impactar diretamente a capacidade dos governos locais de manter serviços fundamentais, como saúde, educação e infraestrutura urbana, afetando a qualidade de vida da população residente. Portanto, é fundamental que as administrações municipais estejam preparadas para lidar com possíveis variações nas receitas petrolíferas, adotando estratégias de gestão financeira e planejamento que garantam a continuidade das políticas públicas e minimizem os efeitos negativos sobre a comunidade local (Bretas et. al. 2019).

Para um efeito mais atualizado do que propõem as pesquisadoras, utilizando a mesma metodologia de cálculo, atualizaremos os dados para fontes mais recentes, do ano de 2023. Bretas et. al. (2019) utilizaram como base de dados o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) do Ministério da Saúde²⁷ para obter informações sobre as receitas municipais. Para o somatório de *royalties* e compensação financeira do petróleo e gás natural (ROY&PE) utilizamos fontes da ANP e para a população total, utilizamos as estimativas do Censo 2022, do IBGE²⁸. Esse cálculo permitiu avaliar o peso das rendas do petróleo e gás natural no contexto das receitas municipais, identificando o grau de dependência de cada município em relação a essas fontes de recursos (Bretas et. al., 2019).

Tabela 6: Grau de dependência dos municípios do Rio de Janeiro da Zona de Produção Principal - ZPP (2023)

Municípios ZPP	Grau de Dependência	Roy & PE <i>per capita</i>
Maricá	64,71%	R\$ 17.785,21
Arraial do Cabo	64,12%	R\$ 13.513,31
Squarema	64,00%	R\$ 19.427,66
Carapebus	50,80%	R\$ 7.922,07
Quissamã	47,08%	R\$ 10.168,70
Casimiro de Abreu	44,20%	R\$ 5.338,76
Parati	42,46%	R\$ 3.910,83
Niterói	39,16%	R\$ 4.322,10
São João da Barra	38,84%	R\$ 8.953,20
Macaé	31,45%	R\$ 4.956,32
Campos dos Goytacazes	27,95%	R\$ 1.701,02

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/siops/demonstrativos-e-dados-informados/dados-informados/municipios>.

²⁸ Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/RJ_POP2022.pdf.

Armação dos Búzios	27,45%	R\$	3.840,62
Cabo Frio	24,63%	R\$	1.656,39
Rio das Ostras	20,32%	R\$	1.452,35
Itaguaí	14,34%	R\$	1.053,79
Angra dos Reis	9,85%	R\$	1.328,61
Duque de Caxias	4,13%	R\$	218,68

Tabela elaborada pelo autor com base em Bretas et. al. (2019).

Os dados apresentados na Tabela 6 indicam o grau de dependência dos municípios do Rio de Janeiro localizados na Zona de Produção Principal (ZPP) em relação às rendas provenientes de *royalties* e participações especiais (Roy & PE) *per capita*, para o ano de 2023. Observa-se que Maricá possui o maior grau de dependência. Outros municípios como Arraial do Cabo e Saquarema também exibem altos graus de dependência, na casa dos 64%, com rendas *per capita* de R\$ 13.513,31 e R\$ 19.427,66, respectivamente. No outro extremo, Duque de Caxias apresenta o menor grau de dependência, de apenas 4,13%, com uma renda per capita de R\$ 218,68, seguido por Angra dos Reis e Itaguaí, com graus de dependência de 9,85% e 14,34%, respectivamente. A análise desses dados revela uma considerável variação na dependência econômica dos municípios em relação aos *royalties* do petróleo. Municípios com altos graus de dependência tendem a enfrentar maiores riscos econômicos associados à volatilidade dos preços do petróleo. Estes dados sublinham a importância de estratégias de diversificação econômica para reduzir a vulnerabilidade fiscal dos municípios dependentes dos recursos provenientes do petróleo.

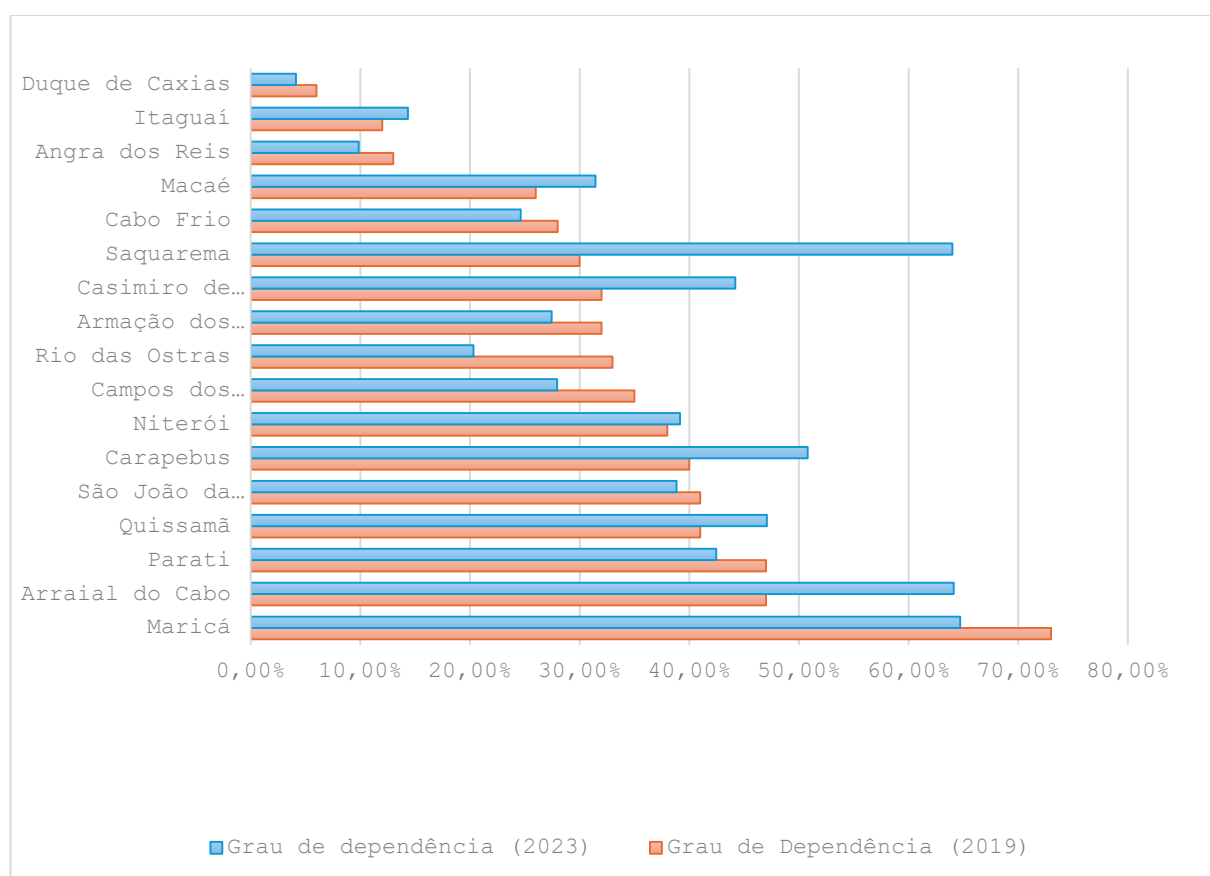
Apesar da elevada dependência dos *royalties* do petróleo, com um grau de 64,71% e uma renda per capita de R\$ 17.785,21 em 2023, o município de Maricá tem implementado estratégias para reduzir sua dependência orçamentária dessas fontes. Iniciativas como a criação do FSM têm sido fundamentais para essa transformação, proporcionando um mecanismo de poupança e investimento que visa mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e diversificar as fontes de receita do município. Além disso, investimentos em infraestrutura, educação e desenvolvimento econômico local têm atraído novos negócios e fomentado setores alternativos, contribuindo para uma economia mais resiliente e menos vulnerável às flutuações dos preços do petróleo. Essas medidas demonstram um compromisso com a sustentabilidade financeira e a autonomia econômica de Maricá.

Quando analisamos os dados de forma comparativa fica evidente que Maricá, apesar de ter quase dobrado o quantitativo *per capita* de *royalties* e participações especiais (Figura 3), teve a

capacidade de reduzir a sua dependência (Figura 2), segundo a metodologia apresentada. E isso se deve, em boa medida, aos investimentos públicos que vêm tentando diversificar e ampliar a base produtiva e fomentar a sustentabilidade no município.

O que mais chama atenção nos gráficos seguintes são as diferenças que se apresentam no município de Maricá para os demais que também fazem parte da ZPP.

Gráfico 4: Comparativo do grau de dependência dos municípios fluminenses da ZPP (2019-2023)

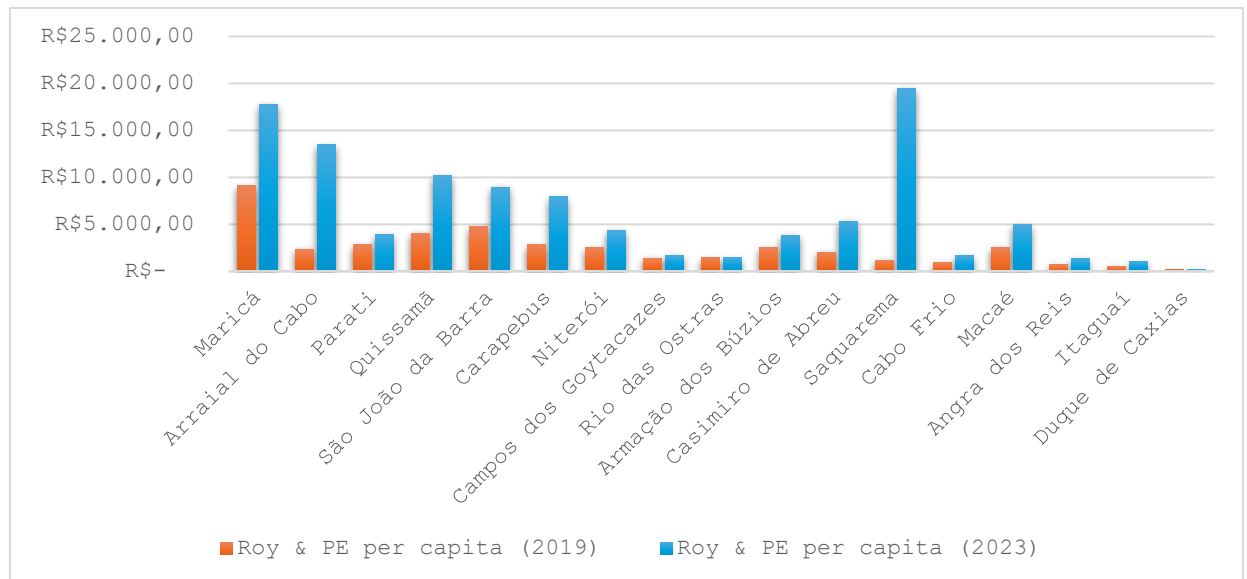


Elaboração do autor com base nos dados de Bretas et. al. (2019).

Ao passo que Maricá conseguiu reduzir a sua dependência orçamentária das transferências do Pré-sal, os municípios de Saquarema, Arraial do Cabo, Macaé, Carapebus e Casimiro de Abreu, ao todo 8 em 17 da ZPP, tiveram um aumento em termos de dependência dessa fonte. Lembrando que elevados níveis de dependência das rendas petrolíferas podem trazer riscos de perda súbita de recursos, impactos negativos nas políticas públicas, que dependem de receitas orçamentárias para serem executadas. Além de comprometer a capacidade de investimento em serviços essenciais e a

diversificação econômica, afetam diretamente a população que mais depende que políticas públicas sejam realizadas (Bretas et. al., 2019).

Gráfico 5: Comparativo da soma ROY & PE *per capita* dos municípios fluminenses da ZPP (2019-2023).



Elaboração do autor com base nos dados de Bretas et. al. (2019).

A figura 3 apresenta um comparativo dos valores per capita de *royalties* e participação especial (Roy & PE) em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2019 e 2023. Em Maricá, observou-se um aumento significativo nos valores per capita de Roy & PE, passando de menos de R\$ 5.000,00 em 2019 para cerca de R\$ 10.000,00 em 2023. Esse aumento pode ser atribuído a políticas municipais eficazes de gestão de recursos provenientes do petróleo, além de possíveis investimentos em infraestrutura e desenvolvimento local que podem ter contribuído para esse crescimento.

Arraial do Cabo destacou-se com um aumento expressivo nos valores per capita de Roy & PE, que subiram de aproximadamente R\$ 5.000,00 em 2019 para pouco mais de R\$ 20.000,00 em 2023. Este é um dos maiores aumentos registrados no gráfico e indica um incremento substancial nas receitas provenientes da exploração de petróleo e gás. Esse crescimento pode ser decorrente de um aumento na produção ou de mudanças favoráveis na legislação de distribuição de *royalties*.

Parati também mostrou um aumento significativo nos valores per capita de Roy & PE, passando de pouco mais de R\$ 1.000,00 em 2019 para aproximadamente R\$ 7.000,00 em 2023.

Embora não seja tão expressivo quanto Arraial do Cabo, este aumento ainda representa um crescimento relevante e pode estar relacionado a melhorias na gestão dos recursos naturais ou a novos investimentos na região.

Outros municípios, como Quissamã, São João da Barra, Carapebus, Niterói, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Saquarema, Macaé, Angra dos Reis, Itaguaí e Duque de Caxias, também mostraram aumentos nos valores per capita de Roy & PE entre 2019 e 2023. No entanto, esses aumentos foram menos acentuados, com valores per capita em 2023 variando entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00. Isso indica um crescimento mais modesto, possivelmente devido a uma menor dependência de receitas de petróleo ou a uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Cabo Frio registrou o maior valor per capita em 2023, quase atingindo R\$ 25.000,00, um aumento substancial em relação a 2019, quando os valores per capita eram de cerca de R\$ 2.000,00. Esse crescimento acentuado pode ser explicado por um aumento significativo na produção de petróleo ou por políticas favoráveis de distribuição de *royalties*. Esse dado ressalta a importância das receitas de petróleo para a economia local e o impacto positivo que uma gestão eficaz desses recursos pode ter no desenvolvimento municipal. Em suma, o gráfico destaca um aumento generalizado nos valores per capita de *royalties* e participação especial em todos os municípios listados entre 2019 e 2023, com Arraial do Cabo e Cabo Frio mostrando os crescimentos mais notáveis. Esses aumentos refletem a importância das receitas de petróleo para os municípios do Rio de Janeiro e ressaltam a necessidade de uma gestão eficaz desses recursos para promover o desenvolvimento sustentável e equitativo na região.

Reforçando o argumento de que Maricá está tentando ir em caminhos opostos ao que apresentam os demais municípios analisados, iremos apresentar nas próximas sessões uma análise da legislação do município, destacando a preocupação com o meio ambiente e uma tentativa de ajustar os interesses empresariais com as necessidades sociais da população por habitação e da expansão urbana que ocorre no local. Ademais, iremos apresentar projetos da Codemar e das demais empresas que estão em andamento e que visam promover as mudanças sustentáveis no local.

3.2. Legislação e Sustentabilidade

Nesta sessão iremos destacar a preocupação que permeou os governos do PT no município, sejam eles na questão do zoneamento da região ou na implementação de políticas públicas que

perduram até hoje. Isso marca uma continuidade no pensamento político alinhado com interesses que prezam pelo meio ambiente e pelo ordenamento da cidade que acompanhe boas práticas ambientais. A análise das políticas urbanísticas e econômicas em Maricá, principalmente da legislação acerca destes temas, sob as administrações de Quaqué e Fabiano Horta revela um panorama de intensas transformações e conflitos, refletindo o modelo de desenvolvimento discutido por Hirschman (1983). A seguir, uma análise crítica dessas iniciativas, destacando os conflitos inerentes e os impactos socioeconômicos e ambientais.

Logo em seu primeiro ano de governo, Quaqué já estabeleceu nova lei sobre a criação de Área de Especial Interesse Social, através da Lei nº 2301, em 2009. Esse projeto tinha como diretrizes reconhecer a diversidade local no processo de desenvolvimento urbano e ampliar o direito à cidade e à cidadania; estimular a regularização fundiária, a capacitação de lideranças comunitárias e a produção de Habitação de Interesse Social; ampliar a oferta de serviços e equipamentos urbanos em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e promover a diversificação de usos em empreendimentos de interesse social, incluindo unidades comerciais e equipamentos urbanos de interesse coletivo voltados para a via pública e ligados à rede urbana; a preservação de áreas verdes e a introdução de novas espécies, considerando as características locais, também são aspectos importantes; viabilizar a diminuição do déficit habitacional municipal, priorizar o atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos e a famílias que estejam ocupando áreas de risco e a produção de unidades habitacionais na cidade direcionada pelo Cadastro Socioeconômico realizado pela Subsecretaria de Habitação (Maricá, 2009).

Fica evidente que a questão da urbanização era latente nesta época. Com a exploração do Pré-sal, novos investimentos de elevada monta chegando na cidade era necessário que fossem realizadas mudanças no processo de urbanização do município. Ao analisarmos as diretrizes da Lei nº 2.301 (Maricá, 2009) fica evidente a preocupação social e ambiental norteia sua formulação e traça prioridades para o município.

Em 2013, em edição do Jornal Oficial de Maricá (JOM) ficou registrado o recebimento de um repasse de R\$ 22.000.000,00 oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²⁹. Além de dar outras providências acerca do zoneamento e criação de Área de Especial Interesse Urbanístico e Econômico, voltada para atividades de Logística, Portuária e Industrial – AEIUE-LPI localizada no bairro de Bambuí. Dentre outras mudanças como a criação de AEIUE-LPI, nos

²⁹ https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/lei_n__2480__de_23_de_outubro_de_2013.pdf

bairros de Jaconé, Condado e Bananal, todas no mesmo ano (Maricá, 2013). Novamente, a questão do zoneamento e a criação de novas áreas de habitação está presente.

Em relação ao bairro de Jaconé, podemos destacar um conflito relacionado com a construção do Terminal Ponta Negra (TPN), um porto projetado com o intuito de escoar o petróleo refinado no COMPERJ.

O projeto do TPN, desenvolvido pela DTA Engenharia S.A., está dividido em duas fases: implantação e operação. O porto teria capacidade para receber 850 mil barris de petróleo por dia, ocupando 2 km da orla e custando R\$ 5,4 bilhões. A sociedade civil se mobilizou contra o TPN, argumentando que Maricá não possui infraestrutura para um empreendimento dessa magnitude. Alterações no Plano Diretor de Maricá para permitir a construção do porto geraram disputas legais e protestos. Em 14 de dezembro de 2011, a Câmara de Vereadores alterou ilegalmente³⁰ o uso do solo do bairro de Jaconé de "residencial e de especial interesse turístico" para "zona industrial e comércio". Essas mudanças foram realizadas sem as audiências públicas obrigatórias e foram contestadas judicialmente (Silva, 2014, p.9).

Essas mudanças foram eventualmente anuladas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) em 25 de fevereiro de 2013, revertendo o uso do solo para suas designações originais. Em resposta às preocupações ambientais, foram realizadas audiências públicas e estudos de impacto. No entanto, as questões sobre a viabilidade e os efeitos do projeto permanecem controversas, com defensores destacando os benefícios econômicos e opositores apontando os riscos ambientais e sociais (Silva, 2014; 2015).

Esta é outra questão que reforça o ponto de Hirschman (1983) acerca dos conflitos inerentes do processo de desenvolvimento. A mobilização da sociedade civil, neste último caso, foi crucial para que se preservasse o meio ambiente costeiro.

Com a aprovação da Lei nº 2.448 em 2013, Maricá criou o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social, visando reduzir a desigualdade social através da transferência de renda. Essa iniciativa deu início a várias ações solidárias, como as feiras livres municipais, onde produtores locais podem vender seus produtos.

³⁰ O termo ilegalmente se deve ao fato de a mudança ter sido feita na última sessão do ano, na câmara municipal, e feita sem o devido debate social que envolve uma mudança dessa natureza, o Art. 17 define que a Zona de Indústria e Comércio 3 (ZIC3) é destinada a grandes indústrias voltadas para construção naval, óleo e gás, e atividades de apoio logístico. Inclui terminais marítimos, instalações portuárias e retro portuárias, e instalações ferroviárias. (Jornal Oficial de Maricá. Ano IV, Edição Especial nº 71, 21 de dezembro de 2011, p. 2).

Além disso, o programa “Renda Mínima Mumbuca” foi instituído, criando a moeda social “mumbuca” e um banco comunitário, que transfere mensalmente um valor mínimo para a população carente, aceito apenas por comerciantes locais para promover o comércio dentro do município (Maricá, 2013b).

De acordo com o Código Florestal Nacional (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), os imóveis rurais devem manter uma área de Reserva Legal, que continua obrigatória mesmo quando esses imóveis são inseridos no perímetro urbano ou passam por processos de urbanização. Além disso, a legislação municipal pode prever multas para o descumprimento dessas normas. Dois anos depois, seguindo a legislação federal, a Lei nº 2.550, de 23 de setembro de 2014, alterou o Código de Obras municipal, para dar mais poder de fiscalização para as autoridades com a finalidade de melhorar a preservação e a regulamentação da estrutura urbana que vinha se expandindo desde os anos anteriores. De modo que passaram a conter a obrigatoriedade da manutenção da Reserva Legal do imóvel rural, quando da sua inserção no perímetro urbano ou quando da sua urbanização. Além de prever legalmente multas em caso de descumprimento das normas municipais (Maricá, 2014c).

Ainda no ano de 2014, foi expedido o Decreto nº 113, de 03 de novembro de 2014, que dispunha sobre a normatização e instituiu a documentação necessária para compor os processos administrativos relativos ao parcelamento, uso e ocupação do solo, atribuídos à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Além de centralizar os procedimentos, o decreto apresentava a necessidade de comprovação de estudos técnicos por membros credenciados nos órgãos municipais e estaduais para atestar que as obras estavam de acordo com os requisitos e interesses socioambientais (Maricá, 2014d).

Ao passo que, no mesmo dia, foi publicado o Decreto nº 116, regulamentando a Lei Complementar nº 157, de 19 de março de 2007, e estabelecendo a regularização das construções iniciadas irregulares e instituiu a contribuição de mais valia. Segundo os artigos 94 a 102 da Lei Complementar nº 157, ficavam estabelecidos os critérios e os procedimentos para a regularização das construções iniciadas irregulares e/ou fora dos padrões urbanísticos. A lei menciona a ausência dessa regulamentação vir provocando inúmeros casos controversos, suscitando entendimentos e pareceres diversos, dentro do corpo técnico da administração municipal, quanto aos procedimentos necessários para a regularização de obras iniciadas sem a correspondente licença (Maricá, 2014e).

Há dez anos, portanto, a questão das obras de Maricá vem sendo tratada de maneira mais incisiva pelo poder público. A expansão populacional no município evidencia que a entrada das

receitas do petróleo está atraindo um número crescente de pessoas para a região. Esse crescimento tem demandado esforços da burocracia local para alinhar os interesses das empresas e da população que desejam se estabelecer na área.

Ainda em 2014, foi publicada a Lei nº 2.563, de 06 de novembro de 2014 criando o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações, no município. O Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água. A Lei também prevê ações destinadas à conscientização da comunidade por meio de campanhas educativas, inclusão do tema nas aulas das escolas da Rede Pública Municipal e palestras, entre outras atividades, abordando o desperdício de água, métodos de conservação e seu uso racional (Maricá, 2014f).

A preocupação com a água se dá pelo fato da escassez sazonal em algumas regiões do município pela elevada expansão do território e visa melhorar a captação, armazenamento e distribuição deste bem para toda a população. O território contava com apenas 2 estações de tratamento de esgoto que não tinham capacidade para retorno do efluente tratado para reutilização humana e fazem o trabalho de tratamento para o retorno aos corpos hídricos do município.

Já em 2017, no governo do sucessor de Quaquá, Fabiano Horta, a Lei nº 2.777, de 05 de dezembro de 2017 definiu critérios para os empreendimentos e atividades, tanto privados quanto públicos, em áreas urbanas do município, que necessitarão da elaboração de um estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as aprovações de projetos e alvarás de licença do poder público. Estabeleceu os requisitos, elementos, medidas e etapas para a elaboração, análise e julgamento do EIV, além de instituir a contrapartida municipal urbana (Maricá, 2017).

Esta lei também prevê um termo de compromisso assinado pelo responsável pelo empreendimento ou atividade no qual este assume o compromisso de execução de medidas mitigadoras (prevendo, reparando ou compensando os impactos), medidas potencializadoras e a Contrapartida Municipal Urbana³¹, nas condições e prazos estipulados pelo poder público. O artigo 17 da Lei diz que a contrapartida municipal urbana é um pagamento financeiro que o empreendedor

³¹ Essa contrapartida é calculada pela fórmula: “ $C = i [FC (pp + pt + pm) \%]$ ”, onde FC representa o “fator de correção” que será sempre igual ou menor que 2 e será definido por Decreto Municipal; “C” representa a contrapartida municipal urbana; “i” representa o investimento; onde “pp” representa o potencial de impacto pelo porte; “pt” representa o potencial de impacto pelo tipo; “pm” representa o potencial de mitigação.

deve ao poder público municipal devido à impossibilidade de recuperar ou mitigar totalmente os impactos adversos em bens, direitos ou serviços públicos que possam ocorrer devido à instalação, ampliação, funcionamento, alteração, paralisação ou desativação de um empreendimento. Esses impactos podem ser irreparáveis, inevitáveis, imprevisíveis ou sinérgicos com outros empreendimentos ou atividades (Maricá, 2017). A Lei municipal 2.777/2017 marca a preocupação ambiental intrínseca que envolve a modificação territorial e prevê que se compense de alguma forma, para o poder público, tal alteração.

Ainda na primeira gestão de Fabiano Horta, foi criada pela Lei Complementar nº 295 de 26 de março de 2018, a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) - Nova Cidade, conforme o art. 133 do Plano Diretor, destinada a um projeto específico de ordenamento do espaço urbano, prevendo a construção de um novo centro cívico e a ligação viária entre bairros. O projeto busca promover a ocupação urbana provendo infraestrutura prioritária de serviços como água, esgoto, pavimentação, iluminação pública e comunicação. Isso garantirá que as áreas urbanas tenham os recursos básicos necessários para um desenvolvimento adequado e sustentável. Além disso, a iniciativa atenderá às diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, assegurando uma melhor organização e acessibilidade nas áreas envolvidas (Maricá, 2018).

O projeto da Nova Cidade se compromete a ser sustentável e inovador, respeitando os condicionantes ambientais locais, como corpos d'água, maciços e ecossistemas preservados de dunas e praias. A criação de uma estrutura viária que promova o uso de transporte coletivo e não motorizado, conectando a área com os bairros vizinhos, é outra meta importante, incentivando modos de transporte mais ecológicos e eficientes. O projeto integrará o uso e ocupação do solo com a estrutura viária e diferentes modais de transporte, promovendo a segurança urbana por meio da instalação de equipamentos e medidas que aumentem a sensação de segurança, especialmente na Estrada dos Cajueiros e nos novos eixos viários. Além disso, a ocupação contará com uma infraestrutura de drenagem para prevenir alagamentos e minimizar riscos de acidentes naturais em áreas lacustres e inundáveis, garantindo uma ocupação segura e resiliente frente aos desafios ambientais (Maricá, 2018).

De modo a promover uma reflexão acerca do tema da terra que se prologa à anos devemos pontuar que, após a reeleição de Fabiano Horta, já no ano de 2023 foi regulada a instalação de hotéis e pousadas, incluindo um grande empreendimento em uma área de restinga, evidenciando os desafios contínuos de equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O projeto

turístico empresarial Maraey, que visa construir um resort na Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá, conhecido como Maraey, tem uma história marcada por disputas e desafios. O processo de licenciamento enfrentou diversos impasses, refletindo uma das disputas mais longevas do município e está relacionado ao decreto nº 1.058/2023 (Maricá, 2023). Desde 2006, a empresa IDB, composta por empresários internacionais liderados pelo Grupo Cetya e o Grupo Abacus, planeja desenvolver o projeto Maraey em uma extensa área de 844 hectares, com um investimento superior a R\$ 11 bilhões (Maraey, 2021 apud. Carraco et. al. 2023).

A construção do resort na APA de Maricá gerou preocupações significativas quanto aos impactos ambientais, socioeconômicos e culturais. A região abriga duas populações tradicionais: a comunidade pesqueira de Zacarias, presente na restinga há mais de 200 anos, e a comunidade indígena guarani Aldeia Mata Verde Bonita, estabelecida na APA após um incêndio em 2008. A inclusão e o respeito aos direitos dessas comunidades durante o desenvolvimento do projeto são essenciais para buscar soluções socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, conciliando o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental (Carraco et. al., 2023).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto de resort na APA identificou diversos impactos ambientais. Entre os positivos estão a preservação, conservação e recuperação do ambiente, juntamente com a criação de oportunidades recreativas, como campos de golfe e um Centro Hípico. Além disso, a geração de empregos na região e a oferta de áreas recreativas e de lazer foram mencionadas como benefícios do projeto. Por outro lado, os impactos negativos incluem a supressão de vegetação, atropelamento de fauna, perda de habitat, contaminação ambiental e questões relacionadas às condições sanitárias e qualidade dos recursos. A situação da comunidade indígena residente na APA não foi abordada adequadamente, levantando preocupações sobre a sustentabilidade e preservação da região afetada pelo empreendimento turístico (Carraco et. al., 2023).

As comunidades locais enfrentam diversas formas de impacto. A comunidade pesqueira de Zacarias lida com ameaças como a supressão de vegetação, possíveis impactos na fauna local e mudanças na atividade pesqueira tradicional, essencial para sua subsistência e economia regional. A comunidade indígena guarani Aldeia Mata Verde Bonita corre o risco de ser deslocada das terras onde está estabelecida há uma década. A falta de inclusão adequada dessa comunidade no processo de desenvolvimento do empreendimento, juntamente com a possível negligência em relação aos

seus direitos territoriais, gera incertezas sobre seu futuro e a preservação de sua identidade cultural e territorial, resultando em protestos contra a realização das obras (Carraco et. al., 2023).

Em agosto de 2022, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proibiu a realização de obras do resort espanhol da empresa IDB Brasil e de qualquer outro empreendimento na unidade de conservação em Maricá, RJ. Segundo a DPERJ, a suspensão dos pedidos de licenciamento, loteamento, construção ou instalação de empreendimentos na APA de Maricá continua válida, e o processo aguarda julgamento de recursos no Tribunal de Justiça. Essa decisão resulta de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e pela DPERJ, em resposta à mobilização das associações ACCAPLEZ e Apalma, contra o licenciamento ambiental do empreendimento imobiliário na APA de Maricá.

Essas questões destacam a importância de considerar e respeitar os direitos e interesses das comunidades locais afetadas, garantindo uma abordagem sustentável e inclusiva no desenvolvimento do projeto na APA de Maricá (Carraco et. al., 2023).

O fortalecimento das capacidades estatais por meio da inovação organizacional em Maricá é crucial para enfrentar os desafios do desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com Hirschman (1983), em sua discussão sobre crescimento desequilibrado, ao aceitar que é possível manter, pelo menos temporariamente, estados intermediários de desequilíbrio que incentivem o desenvolvimento, um impulso maior pode ser dividido em várias etapas menores. Em outras palavras, Hirschman (1983) defende o uso da energia que conecta pequenos núcleos econômicos na construção do desenvolvimento. Logo, o caso aqui pode ser emblemático no sentido de que podemos pensar que, no caso de um estágio mais duradouro de manutenção de investimentos, é necessário fortalecer os atores locais, como as comunidades indígenas e a ACCAPLEZ e Apalma, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento do local, além de se investir maciçamente em projetos megalomaniacos.

Aplicando esse pensamento ao contexto de Maricá, como um todo, o município precisa desenvolver capacidades em várias frentes para sustentar posições intermediárias de desequilíbrio que estimulem o desenvolvimento. Isso inclui a capacidade de planejar e gerenciar projetos complexos como o Maraey de maneira inclusiva e sustentável. A inovação organizacional deve focar na criação de mecanismos de governança que integrem as comunidades locais no processo decisório, garantindo que seus direitos sejam respeitados e que suas vozes sejam ouvidas.

Ademais, é crucial fortalecer as capacidades institucionais em monitoramento ambiental e gestão de impactos, para assegurar que os benefícios econômicos do projeto não sejam alcançados às custas da degradação ambiental e da perda de patrimônio cultural. O desenvolvimento de uma infraestrutura de fiscalização eficiente e a promoção de práticas empresariais responsáveis também são fundamentais, assim como as empresas envolvidas em projetos voltados para a sustentabilidade tem papel crucial em promover o desenvolvimento sustentável, podem auxiliar neste sentido.

Senra (2010); Carraco et. al. (2023) indicam que a criação de parcerias entre o setor público, privado e as comunidades locais pode ser uma estratégia eficaz. Essas parcerias podem promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, criando um ambiente propício para a inovação e sustentabilidade.

O exemplo do imbróglia de Maraey evidencia os conflitos relacionados ao meio ambiente e o desenvolvimento. Este decreto recente destaca algumas das questões controversas que envolvem o desenvolvimento do município. Maricá é sabidamente dependente de receitas provenientes da exploração de petróleo, uma fonte finita e altamente emissora de carbono. Portanto, é urgente que o município busque formas de se tornar independente dessa fonte e melhore sua infraestrutura. Isso pode ser feito, por exemplo, expandindo o setor hoteleiro e atraindo mais turistas para a região conhecida como "O portal da Região dos Lagos". Alternativas incluem o desenvolvimento de formas inovadoras de agricultura e produção local, incentivando estudos sobre culturas regionais e ampliando a área produtiva. Além disso, a criação de hubs de excelência em conhecimento e ciência pode atrair estudantes para a região, enquanto a expansão do setor de serviços pode ser alcançada com melhorias na infraestrutura da cidade.

De qualquer forma, não é um caminho simples de ser traçado e existem iniciativas incipientes que valem destaque e menção neste estudo. Veremos como as empresas públicas, as autarquias e o poder público exercem um papel fomentador do desenvolvimento que busca trilhar os caminhos descritos acima.

4. Conclusões e Reflexões de um futuro mais sustentável

A pesquisa oferece *insights* significativos sobre a evolução socioeconômica e política do município de Maricá, destacando a estratégia desenvolvimentista, que contrasta com a o modelo neoliberal e privatizador de desenvolvimento. Maricá tem adotado políticas públicas voltadas para a diversificação e sustentabilidade da economia, com resultados que merecem uma análise mais profunda. A análise incluiu uma avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e teorias de desenvolvimento local, fornecendo uma base teórica robusta para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas do município. Esse embasamento teórico permite situar as estratégias desenvolvimentistas de Maricá em um contexto mais amplo de políticas nacionais de desenvolvimento.

A análise do caso de Maricá também revela uma redução significativa da dependência da renda petrolífera no orçamento municipal, o que contrasta com a vulnerabilidade econômica de municípios vizinhos que vem aprofundando a sua dependência dessa receita. A diversificação econômica de Maricá indica uma maior resiliência financeira e estabilidade a longo prazo, sendo este um movimento estratégico que reflete o papel do Estado na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado. Nesse sentido, a atuação das empresas públicas locais se destaca como um fator chave para a promoção do desenvolvimento regional, contrariando o argumento comum de ineficiência do setor público.

Autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira (2019) contribuem para o debate ao destacar o papel do Estado desenvolvimentista, defendendo que, as limitações da reforma gerencial, ao focar na eficiência como fim, muitas vezes negligenciam a importância de um planejamento estratégico para o desenvolvimento de longo prazo. O município de Maricá, de caráter desenvolvimentista, com uma burocracia inspirada num modelo neoweberiano ambientalmente consciente, parece indicar um bom caminho para o desenvolvimento de políticas públicas modernas. Esse debate é essencial para entender que a participação estatal, por meio de empresas públicas como a Codemar, tem sido um diferencial para a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades regionais (Drechsler e Kattel, 2008; Mazzucatto, 2014; Bresser-Pereira, 2019).

A pesquisa também adotou a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) para examinar os documentos oficiais, as notícias de jornais locais e atores envolvidos, fornecendo uma compreensão mais aprofundada das estratégias e práticas adotadas no município. A análise de

conteúdo permitiu identificar a convergência entre os objetivos socioeconômicos e ambientais das empresas públicas locais e evidenciar os conflitos do processo de desenvolvimento desequilibrado Hirschman (1983). Seja no projeto Maraey ou no desenvolvimento do COMPERJ, a sociedade estava presente e sendo ativa no processo de construção destes projetos, no município e na região, indicando que é necessária uma melhora nos canais de contato do poder público e da sociedade. O fortalecimento de canais de comunicação entre a sociedade civil organizada, a população e as empresas públicas do município, bem como com empresas como a Petrobras, é fundamental.

Projetos inovadores como o Lagoa Viva e a Biofábrica, reforçam a importância da sustentabilidade ambiental e social no desenvolvimento local, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida da população. A trajetória de Maricá demonstra como o poder público pode liderar iniciativas que visam a inclusão social e a equidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento. A atuação de empresas públicas, como o ICTIM e o Banco Mumbuca, tem proporcionado serviços essenciais e oportunidades de qualificação profissional para os moradores, em sintonia com parcerias estratégicas como o Pronatec. A diversificação da base produtiva da região, fortalecida por essas empresas, reflete a articulação entre diferentes atores – academia, setor público e sociedade – para a promoção do desenvolvimento sustentável, como aponta Chang (1999; 2004).

Portanto, o estudo evidencia que a atuação integrada entre a prefeitura de Maricá e suas empresas públicas têm sido essencial para fomentar o desenvolvimento local sustentável, fortalecendo práticas que priorizam o bem-estar coletivo e a preservação ambiental. Os dados quantitativos analisados até o momento sugerem que essa relação entre governo municipal, empresas públicas e a população é positiva, mas o estudo reconhece a necessidade de incluir a perspectiva dos atores locais por meio de entrevistas qualitativas para validar essas observações.

Este estudo não pretende ser uma verdade absoluta do desenvolvimento, mas buscou apresentar dados, limitações e conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento. O caso de Maricá é destacado pela importância de enfrentar os desafios modernos, que exigem uma nova modelagem do desenvolvimento, considerando o meio ambiente, a sustentabilidade e a articulação entre os diversos atores envolvidos.

Referencias

- ABDALLA, M. M. & FARIA, A. (2018) **Desenvolvimento local versus projeto de globalização neoliberal: Refletindo sobre cidades orientadas ao mercado**. Revista de Administração Pública (RAP) DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170088>. Artigo recebido em 11 abr. 2017 e aceito em 05 jun. 2018. ISSN: 1982-3134.
- ABRUCIO, F. L. (1997) **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. Brasília: ENAP, 1997. (Cadernos ENAP, n. 10).
- ALBUQUERQUE, F. (1999) *Cambio estructural, globalización y desarrollo económico Local*, Santiago, Cepal, 1999, disponível em <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/285/3/RCE3.pdf>
- ALVES, J. C. S. (2011) **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011.
- ANDRADE, D. P. (2019) **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais**. Revista Sociedade e Estado/ Vol. 34, Número 1, janeiro/abril 2019. Doi: 10.1590/s0102-6992-201934010009. Artigo recebido em 25 de junho de 2017 e aceito em 14 de maio de 2018.
- ARAÚJO, J. L. (2001) **Indústria de petróleo e economia do Rio de Janeiro**. In: FREIRE, Américo A.; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva (Org.). **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 249-282.
- BARBOSA, A. C. da C. (2021) **Utilização da Moeda Social como Meio de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso da Inovação Social Ocorrida em Maricá/RJ**. 2021. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Seropédica, RJ, 2021. Disponível em: <https://sipac.ufrjr.br/documentos/>.
- BARDIN, L. (2011) **Análise de conteúdo**, São Paulo: Edições 70, 2011, 229.
- BASTOS, P. P. Z. (2012) A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/4RDKgrpJftSs5mpfRcdtrdt/?format=pdf&lang=pt>.

BELL, D. (1973) *The Coming of Post-Industrial Society*, New York: Basic Books, 1973, 264.

BESKOW, D. J., & PELLANDA, N. M. C. (2017) **Neoliberalismo e a construção do sujeito contemporâneo: um dilema para o desenvolvimento regional**. *Redes*, 9(2), 157-179.

BIELSCHOWSKY, R. (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPA/INPES.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006) **O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. *São Paulo em Perspectiva*, 20(3): 5-24, 2006.

_____. (2010) *Globalization and Competition: why some emergent countries succeed while others fall behind*. Cambridge University Press, 2010.

_____. (2019) **Modelos de Estado desenvolvimentista**. *Revista de Economia*, v. 40, n.73, p. 231-256, Universidade Federal do Paraná, 2019.

_____. (2019b) Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. *Nova Economia*, v. 29, n. 1, p. 135-160, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/3881>.

BLOCK, F. et al. (2023) *Revisiting the hidden developmental state*, Berkeley, CA 94705, USA. *Politics & Society*, 1-33. [sagepub.com/journals-permissions](https://www.sagepub.com/journals-permissions) DOI: 10.1177/00323292231152061.

BRANDÃO, C. A. (2019) **Dinâmicas e Transformações Territoriais Recentes: o Papel da PNDR e das Políticas Públicas não Regionais com Impacto Territorial**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9090/1/TD_2460.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 1971. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7tc7t2z>>. Acesso em: 10 de agosto 2023.

_____. Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: < <http://goo.gl/h8WAw>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

_____. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004b e alterações posteriores PPA (2003-2007). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y65xkxsl>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016a. Disponível em:< <http://goo.gl/gjDTBT>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Painel do setor de Saneamento (2022)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

BRASIL DE FATO. **Tarifa zero em Maricá: ônibus "vermelhinhos" poupam 20% da renda das famílias.** Brasil de Fato, 6 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRETAS, A. M. et. al. (2019) **Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do RJ.** Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 35, e48410, 2019 | DOI: 10.12957/geouerj.2019.48410.

CANO, I.; e DUARTE, T. (2012) **No Sapatinho: A Evolução das Milícias no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: LAV-UERJ, 2012.

CARDOSO, N. P. (2019). **De te fabula narratur: Conexões entre o símbolo COMPERJ e a valorização da terra e da moradia em Itaboraí e Maricá-RJ.** / Nicolle Peres Cardoso; Sônia Maria Taddei Ferraz, orientadora. Niterói, 2019. 186 f.:il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGAU.2019.m.12463888717>.

CARRACO ET. AL. (2023) **Análise do projeto de resort na APA de Maricá (RJ): impactos ambientais presentes no RIMA.** Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói, RJ. Vol. 11, nº 16. 2023 http://www.periodicos.uff.br/uso_publico. DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2023.v11n16p71>.

CARVALHO, A. de S. (2012) **Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá: uma análise crítica das "regras do jogo".** 2012. 2v. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CASTELLS, M.; (1999) **Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação.** em: Luiz Carlos Bresser Pereira; Jorge Wilhelm; Lourdes Sola (orgs.) – Sociedade e Estado em transformação – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

CAVALCANTI, C.; (2012) **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica.** Revista Estudos Avançados 26 (74), 2012.

CHALMERS, J. (1982) **MITI and the Japanese Miracle.** Stanford: Stanford University Press.

CHANG, H-J. (1999) **The Economic Theory of the Developmental State.** In M. Woo-Cumings, ed. The Developmental State. Ithaca/London: Cornell University Press.

_____. (2004) **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica** / Ha-Joon Chang; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. - São Paulo: Editora UNESP, 2004. ISBN 85-7139-524-1.

_____. (2011) **23 Things They Don't Tell You About Capitalism**. Bloomsbury Press, 2011.

COELHO, F. C.; MAY, P. H.; DUARTE, F. J. M. (2022) **Microeconomia neoclássica contra a Natureza**. Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica, 2022, Vol. 35, Núm. 1, p. 73-93. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Revibec/article/view/418638>.

COLOMBO, L. A. (2020) **A trajetória institucional da Sudene: a influencia de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste**. Em: *Intellèctus*, ano XIX, n.2, 2020 ISSN: 1676-7640.

COSTA, P. H. E. L. da; KHAN, A. S. (2014) **Neodesenvolvimentismo e o abandono do meio ambiente**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v. 6, n. 1, p. 187-201, Dez. 2014, Jan., Fev., Mar., Abr., Mai. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2015.001.0015>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CROCOMO, F. C.; GUILHOTO, J. J. M. (1998) **Relações inter-regionais e intersetoriais na economia brasileira: uma aplicação de insumo-produto**. Título do periódico: Economia Aplicada. Brazilian Journal of Applied Economics Volume/Número/Paginação/Ano: v. 2, n. 4, p. 681-706, out./dez. 1998

CURADO, M. & FERNANDEZ, L. (2018). **O mito da leniência fiscal no pensamento econômico desenvolvimentista**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 1, p. 61-87, abril 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000100061&lng=en&nrm=iso.

DIAS, A. K. C. A. (2022) **Renda Básica Universal – implementação e governança social: os casos do Alasca (EUA), Madhya Pradesh (Índia) e Maricá (Mumbuca)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Trabalho Final para obtenção de título de Mestre Profissional em Governança Global e formulação de políticas internacionais sob a orientação do Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan, 2022.

DINIZ, E. (2013) **Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do Século XXI**. Dossiê "Empresariado, Estado e

Desenvolvimento" • Rev. Sociol. Polit. 21 (47) • Set 2013 • <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300002>.

DOWBOR, L. (2015) **O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil** / Ladislau Dowbor. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 144 p.: il.; 19 cm. ISBN 978-85-7643-266-1

Drechsler, W. e Kattel, R. (2009) **Rumo ao Estado Neo-Weberiano? Talvez, mas certamente Adieu, NPM!, NISPAcee JPAP** [Preprint]. Disponível em: https://www.academia.edu/7798848/Towards_the_Neo_Weberian_State_Perhaps_but_Certainly_Adieu_NPM_. Acesso em: 20 ago. 2024

EVANS, P. (1995) *Embedded Autonomy: State and industrial transformation*. Princeton: Princeton University.

_____. (2004) **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, Cap. 2 e 3.

_____. (2010) *Constructing the 21st Century Developmental State: potentialities and pitfalls*. In: EDIGHEJI, O. (ed.). *Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: potentials and challenges*. Cape Town: HSRC.

FREITAS, M. C. P. de; PRATES, D. M. (2001) **A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, p. 81-111, dez. 2001.

FUNASA. (2009) 100 anos de saúde pública: a visão da Funasa. Brasília: Funasa, 2009

FURTADO, C. (2003) **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

FURTADO, M. L. de A. (2021) **Maricá: da pré-história aos tempos do petróleo e gás**/ Maria Luisete de Almeida Furtado. – 2ªed. Maricá, RJ: Ed. da Autora, 2022. ISBN 978-65-00-42513-0.

GABBI G. & TICCI E., (2014) *Implications of financialisation for sustainability* Working papers wpaper47, Financialisation, Economy, Society & Sustainable Development (FESSUD) Project.

GERSCHENKRON, A. (1976) *Economic Backwardness in Historical Perspective*. A Book of Essays. Cambridge, MA: Harvard University Press.

GOBETTI, S. (2011) **Federalismo e rendas petrolíferas no Brasil e no mundo**. In: _PIQUET, Roselia (Org.). **Mar de riqueza, terras de contraste: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

GODOY, A. S. (1995) **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.**, RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, nº 2, p. 53-63, 1995.

HEAD, B. W. (2008) **Wicked problems in public policy**. *Public Policy.*, v. 3, n. 2, p.101-118, 2008.

HIRSCHMAN, A. O. (1958) **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press.

HIRSCHMAN, A. O. (1983) **A estratégia do desenvolvimento reconsiderada**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-38, 1983.

HOOD, C. (1991) **A Public Management for All Seasons?** *Public Administration*, 69, 3-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Organizadores: Pedro Cavalcante ... [et al.]. – Brasília: Enap: Ipea, 2017.

_____. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro: Ipea, 2017b. 475 p.: il.: gráfs.; maps. color. ISBN – 978-85-7811-292-9.

LAMOUNIER G. M., & MEDEIROS, M. N. (2012) **A proteção ambiental diante dos impactos do Pré-sal: análise do princípio do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade**. *LIBERTAS: Revista De Ciências Sociais Aplicadas*, 3(1), 89–107. Recuperado de <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/32>

LIMA, P. C. R. (2008) **Os desafios, os impactos e a gestão da exploração do Pré-sal**. Estudo da Câmara dos Deputados, Praça dos 3 Poderes, Consultoria Legislativa Anexo III – Térreo Brasília – DF/Consultor Legislativo da Área XII Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos.

LUSTOSA, R. A. V. (2022) **Parceria público privada e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre os projetos da Companhia de Desenvolvimento de Maricá**. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L.; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; GIFFONI PINTO, R.; GONÇALVES, R.; COELHO, T. (2016) **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco|Vale|BHP Billiton**. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco|Vale|BHP Billiton*. pp. 17-49. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARAEY. Maraey - O Projeto. Disponível em: <<https://www.maraey.com/pt/maraey-o-projeto/>>. Acesso em: 01 maio de 2024.

MARQUES, L. (2023) **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência** / Luiz Marques. – São Paulo: Elefante, 2023, 624 p. ISBN 978-85-391115-84-4.

MAZZUCATO, M. (2014) **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

_____. (2015) **From market fixing to Market-creating**: a new framework for economic policy. ISIGrowth, 2015. p. 15-25.

MENDONÇA, T. (2020) **Milícias: breve histórico e suas relações com o poder**. Teoria e Debate, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MILANEZ, B. et al. (2018) **A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, v. 2, n. 2, p. 1-43, 2018. Disponível

em:<https://www.researchgate.net/publication/329718078_A_Estrategia_Corporativa_da_Vale_S_A_um_modelo_analitico_para_Redes_Globais_Extrativas>. Acesso em Maio de 2024.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M., (1994) **Qualitative Data Analysis**. Sage, 1994.

MOLLO, M. de L. R.; FONSECA, P. C. D. (2013) **Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho, 2013.

MORAIS, L. SAAD-FILHO, A. (2011) **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política. [online]. 2011, vol.31, n.4, pp. 507-527. iSSn 0101-3157.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Lei Complementar nº 183, de junho de 2009. Autoriza a criação de sociedade que terá como objetivo prestar o serviço público de saneamento ambiental de abastecimento de água e coleta e tratamento do esgotamento sanitário no município de maricá. JOM. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano III • Edição nº 161. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2009/08/jom-161.pdf>>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei nº 2.301 de 16 de novembro de 2009. Estabelecem diretrizes para a Política Habitacional do Município de Maricá, critérios para ampliação e criação de AEIS, padrões especiais de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo nas AEIS e normas relativas a edificações e grupamentos de edificações aplicáveis a empreendimentos de interesse social vinculados à política habitacional federal, estadual e municipal. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano III • Edição nº 180. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/lei_n__2301_de_16_de_novembro_de_2009.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 5, n. 383, 8 jul. 2013b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yb6fhot2>>. Acesso em: 05 de agosto de 2023

_____. Lei nº 2.480, de 23 de outubro de 2013b. Dispõe sobre a criação de Área de Especial Interesse Urbanístico e Econômico, voltada para atividades de Logística, Portuária e Industrial – AEIUE- -LPI, na Unidade de Planejamento 08 – Bambui. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano V • Edição nº 415. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/lei_n__2480__de_23_de_outubro_de_2013.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Decreto nº 41, de 25 de abril de 2014. Abre créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 999.990,00 (novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa reais) para reforço de

dotações consignadas no orçamento em vigor e dá outras providências. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano VI • Edição Especial nº 115. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/jom-especial-115.pdf>>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Decreto nº 087 de 12 de setembro de 2014b. Fica aprovado na forma do anexo único deste Decreto o Edital Normativo nº 001, de 12 de setembro de 2014, destinado a regular o processo seletivo simplificado com vistas à contratação de servidores para integrarem o quadro de pessoal da Autarquia Municipal Empresa Pública de Transportes, criada pela Lei Complementar nº 244, de 11 de setembro de 2014, por tempo determinado e para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano VI • Edição nº 499. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-499/>>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei Nº 2.550, de 23 de setembro de 2014c. Estabelece as condições de uso, ocupação e parcelamento do solo para o Município de Maricá e dá outras providências. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano VI • Edição nº 503. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/lei_n__2301_de_16_de_novembro_de_2009.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Decreto nº 113, de 03 de novembro de 2014d. Dispõe sobre a normatização e institui a documentação necessária para compor os processos administrativos relativos ao parcelamento, uso e ocupação do solo, atribuídos a secretaria municipal de desenvolvimento urbano. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano VI • Edição nº 518. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/decreto_n__113_de_03_de_novembro_de_2014.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Decreto nº 116, de 03 novembro de 2014e. Regulamenta a Lei Complementar nº 157, de 19 de março de 2007, que estabelece a regularização das construções iniciadas irregulares e institui a contribuição de mais valia. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano VI • Edição nº 527. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/decreto_n__116__de_03_de_novembro_de_2014.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei nº 2.563, de 06 de novembro de 2014f. Cria o programa de conservação e uso racional da água nas edificações, no município de Maricá e dá outras providências. **Jornal Oficial de**

Maricá (JOM), Ano VI • Edição nº 521. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/lei_2563_de_06_de_novembro_de_2014.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei Nº 2.777, de 05 de dezembro de 2017. Define os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, em área urbana, no município de Maricá, que dependerão da elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), para obter do poder público as aprovações de projetos e alvarás de licenças que menciona, estabelecendo os requisitos, elementos, medidas e etapas para elaboração, análise e julgamento do EIV, bem como institui a contrapartida municipal urbana. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano IX • Edição nº 817. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/jom_817_13_12_2017_web2.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei complementar nº 295, de 26 de março de 2018. Cria a Área de Especial Interesse Urbanístico AEIU - Nova Cidade, nos termos do art. 133 do Plano Diretor, destinada para projeto específico de ordenamento do espaço urbano, com a previsão de novo centro cívico e de ligação viária entre bairros. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano X • Edição nº 846. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/jom_846_09_04_2018_web.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei nº 2.804, de 3 de julho de 2018c. Estabelece os componentes municipais do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – Sisan, criado pela Lei federal no 11.346, de 15 de setembro de 2006, e revogação da Lei no 2.208 de 16 de julho de 2007. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 10, n. 872, 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycumrcs5>>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Decreto nº 198, de 17 de agosto de 2018c. Dispõe sobre a criação da Empresa de Saneamento de Maricá – Sanemar, e define as suas atribuições. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano X • Edição nº 198. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/jom_846_09_04_2018_web.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei Nº 2.862, de 20 de maio de 2019. Cria o sistema de bicicletas compartilhadas no município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano XI • Edição nº 957, 27 de maio. Disponível em: < <https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1011/>>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Lei nº 2.902, de 3 de dezembro de 2019b. Dispõe sobre a criação do fundo soberano de Maricá – FSM, sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e revoga a Lei 2.785, de 14 de dezembro de 2017. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Anexo XI, n. 1011, 09 dezembro. 2019. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1011/>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

_____. Lei complementar nº 325, de 11 de dezembro de 2019c. Cria a Autarquia Municipal de Inovação - INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ - ICTIM, na estrutura da Administração Indireta, vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e dá outras providências. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Anexo XI, ESPECIAL nº 246, 12 dezembro. 2019. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1011/>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

_____. Lei nº 3.097, de 15 de dezembro de 2021. Autoriza a constituição da Maricá Alimentos, subsidiária da Companhia de Desenvolvimento de Maricá – Codemar. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano XIII • Edição nº 1252. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/JOM_1252_17-12-2021.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

_____. Decreto nº 1.058, de 13 de abril de 2023. Dispõe sobre a instalação de hotéis e pousadas no município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, Ano XV • Edição nº 1440. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/JOM_1440_14-04-2023_2-1.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2024.

NAÇÕES UNIDAS (2015). Transformando nosso mundo: **a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt-br/sustainable-development-goals/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NORONHA, I. R. de; ET. AL. (2018) **Riscos e danos ambientais associados às atividades da cadeia produtiva do petróleo: instrumentos de comando e controle para mitigação dos impactos de vazamentos de óleo**. R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 596-613, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018596-613>. Acesso em: 9 jun. 2024.

OLIVEIRA A. C. B. de (2021) **Análise da política pública de educação ambiental em Maricá: Um estudo de caso**. / Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Tese de Doutorado de Ana

Carolina Brasil de Oliveira. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2021. 242 f.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) (2016). **Água impulsiona criação de empregos e crescimento da economia, diz novo relatório**. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/agua-impulsiona-criacao-de-empregos-e-crescimento-da-economia-diz-novo>. Acesso em: 8 jun. 2024.

PAULANI, L. M. (2017) **A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v.12, n. 20, pp. 135-155. Jan-jun. 2017.

PEDOTE, J. P. ET. AL (2022) **Capacidades Estatais Municipais na Implementação do Programa de Renda Básica de Cidadania de Maricá (RJ)**. Relatório final de pesquisa apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), representada pelo FGV EAESP Pesquisas e Publicações, como Resultado do Projeto Conexão Local, 2022.

PEREIRA ET. AL. (2020) **As políticas públicas de Economia Solidária no Município de Maricá**. Economia Solidária e Políticas Públicas, em: Mercado de Trabalho nº 70; ed. Setembro de 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/economiasolidaria3>.

PETROBRAS. (2019) **Levantamento de Mídia Petrobras 2019 - Maricá e Baía de Guanabara**. Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC. Relatório Técnico Final (Produto 2.3.1 - Fase 2) Volume 02. Dezembro de 2019. 4o

PETROBRAS. (2022) **Exploração e produção**. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/exploracao-e-producao>. Acesso em: 07 jun. 2024.

PIRES, R. R. C.; CARDOSO JR., J. C. (2011) **Dilemas entre controle e autonomia de gestão: alternativas e possibilidades de superação**. Em: CARDOSO JR., José Celso; LINHARES, Paulo. Gestão Pública e Desenvolvimento: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2011. p. 243-254.

PORTAL MARICÁ. **Maricá é a cidade de todo o Brasil que mais cresce no PIB em 17 anos**. Disponível em: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2024.

PORTUGAL, R. e SILVA, S. A. (2020) **História das políticas regionais no Brasil** / Rodrigo Portugal, Simone Affonso da Silva. – Brasília : IPEA, 2020. 130 p. : il. Capítulo 7. P.97-. ISBN: 978-65-5635-006-6

PREFEITURA DE MARICÁ. **Mais de 100 mil residências foram visitadas em Maricá nas ações de combate à dengue.** Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/mais-de-100-mil-residencias-foram-visitadas-em-marica-nas-acoes-de-combate-a-dengue>. Acesso em: 09 jun. 2024.

QUAGLIO, G. de M.; PAIVA, C. C. (2017) **A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).** Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art3>.

QUAQUÁ, W. e BRAGA, A. (2017) **Finanças solidárias: Maricá a caminho da economia solidária e popular sustentável.** Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, v.1.1, 2017, p. 176-187.

RICARDO, D. (1982) **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1982.

RODRIGUES, D. P. & NEUMANN, D. M. (2021) **Moeda social e desenvolvimento local em Maricá (RJ)** Danilo Pitarello Rodrigues, Denise Maria Neumann. - 2021. 138 f. Orientador: Nelson Marconi. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

SAD, J. A., & SANTOS, E. O. (2022) **Análise dos potenciais impactos sociais e ambientais da implantação do emissário terrestre e submarino no COMPERJ na APA de Maricá e entorno.** RISUS - Journal on Innovation and Sustainability volume 13, número 3 – 2022. ISSN: 2179-3565

SEABRA, V. da S. (2006) **Dinâmica do uso e cobertura do solo na planície costeira de Maricá (1985-2001).** NADC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SEABRA V. da S., & da ROCHA-LEÃO, O. M. (2020) **Razões para as enchentes e inundações no residencial Carlos Marighella: uma análise multitemática da bacia do Rio Vigário, em Maricá-RJ.** Revista Da ANPEGE, 15(26), 114–137. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/9617>

SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENRA, K. V. (2010) **Políticas e instituições para o desenvolvimento econômico territorial: O caso do Brasil**. Serie Desarrollo Territorial 8, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). <https://ideas.repec.org/p/ecr/col046/7257.html>

SILVA, E. T. M. da F. (2014) **O Novo Desenvolvimentismo e os Conflitos Socioambientais: o caso do Porto de Jaconé (Maricá/RJ)**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória-ES. Anais do VII CBG – Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

SILVA, E. T. M. da F. (2015) **Grandes projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais: um estudo sobre os conflitos em torno do licenciamento do projeto Terminais Ponta Negra (Porto de Jaconé) em Maricá/RJ**. 175 f. Dissertação (Mestrado em **Produção** social do espaço: natureza, política e processos formativos em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

SILVA, S. P. da (2016) **Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de desenvolvimento regional no Brasil**. Rev. Serv. Público Brasília/ IPEA. 67 (3) 351-376 jul/set 2016.

SILVA R. D. da (2017) **Royalties e desenvolvimento regional: Uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro**. Em: Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 475 p. [348-366] : il.: gráfs.; maps. color.

SILVA et. al. (2022) **Políticas socioeconômicas de reação à crise da Covid-19 no Município de Maricá, Rio de Janeiro** em: IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL, org. Sandro Pereira Silva Carlos, Henrique Corseuil, Joana Simões Costa. Cap. 26 <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo26>. Brasília – IPEA – 2022.

SILVA, R. de O. & MARQUES, M. D. (2020) **Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil**. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, 10, 348–369. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2686>

SOUZA, P. H. N. et al. (2019) **Avaliação dos Impactos Ambientais do COMPERJ nos Municípios do Entorno**. ResearchGate, 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-COMPERJ-e-municipios-afetados_fig1_332358779. Acesso em: 09 jun. 2024.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. de. (1999) **Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 48, p. 187-212, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/4936>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TEIXEIRA, A. (2014) **A Territorialidade das Milícias e a Expansão sobre os Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista de Estudos de Segurança Pública, v. 10, n. 3, p. 45-67, 2014.

TEIXEIRA, R. A. & PINTO, E. C. (2012) **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: <https://www.economiaesociedade.org.br>. Acesso em: 05 juho. 2024.

TESOURO NACIONAL. **Finanças Municipais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/assuntos/contabilidade-publica/financas-municipais>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

VALPASSOS, C. A. M., & MELLO, M. A. da S. (2019) **Os pescadores da Lagoa Feia e da Lagoa de Maricá: história, ambiente, memória social e conflitos em torno dos impactos de implementação das políticas públicas de saneamento no estado do Rio de Janeiro**. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (45). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i45.a41848>.

VILHENA, E. J. (2019) **Royalties do petróleo: compensação financeira aos Estados, Municípios e Órgãos da Administração Direta afetados**. Instituto Serzedello Corrêa. Coletânea de Pós-Graduação, v.4 n.6 Governança e Controle da Regulação em infraestrutura. Brasília, 2019.